

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

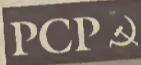
Semanário • ISSN 0870-1865 • 27 de Outubro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1090 • Director: Carlos Brito

## Carlos Carvalho no Norte

# COM O PCP

Debate  
com o País

para  
uma nova  
política



# A ALTERNATIVA É POSSÍVEL

Págs. 4 e 5

# Propostas comunistas contra o flagelo da TOXICODPENDÊNCIA

Pág. 19

## Vasco Lourenço no encerramento das comemorações de Abril

Pág. 23

## *O PS e a concertação social*

• Artigo de  
Edgar Correia

Pág. 18

## Entrevista com Dinis de Almeida



Centrais





A Associação 25 de Abril encerra solenemente as comemorações dos 20 anos da Revolução

## RESUMO

19  
Quarta-feira

Na sessão solene de abertura do ano parlamentar, Carlos Carvalhas sublinha que se deve evitar que o Governo continue até às eleições legislativas ■ O PCP considera ilegal a autorização de despesa adicional em 8,5 por cento face à dotação orçamental atribuída pelo Governo aos hospitais ■ Teresa Gouveia dá luz verde à construção da nova ponte sobre o Tejo ■ O Ministério do Ambiente denuncia o acordo de cooperação com a Lacticoop, devido ao desastre ecológico de Sever do Vouga ■ Ocorre um atentado em Telavive, reivindicado pelo Hamas, matando 22 pessoas e ferindo 42 ■ Têm lugar confrontos entre as forças do Governo e da oposição da Tchetchénia, causando mais de 160 mortos ■ Aristide anuncia medidas de reconciliação e justiça entre ricos, pobres, civis e militares do Haiti.

20  
Quinta-feira

Inicia-se o debate da moção de censura do CDS-PP ao Governo ■ São divulgadas as opções da Câmara do Porto na área urbanística e de desenvolvimento da cidade ■ Dois «skinheads» são acusados de agressão a trabalhadores portugueses, na Alemanha ■ O Governo israelita reforça os serviços de segurança e encerra a Cisjordânia e a Faixa de Gaza ■ O proprietário dos armazéns Harrods revela que há alguns anos «alugou» dois deputados conservadores para defender os seus direitos no parlamento inglês ■ Deputados do Governo e da oposição italiana envolvem-se numa cena de violência no Parlamento.

21  
Sexta-feira

A moção de censura ao Governo é chumbada pelos deputados do PSD ■ Realiza-se em Lisboa o encerramento das comemorações do vigésimo aniversário da revolução de Abril ■ A Resistência Maubere manifesta a sua indignação contra as declarações da embaixadora dos EUA, que deu como adquirida a soberania de Jacarta sobre Timor ■ Realiza-se, em Braga, um «buzinão» ao Governo pelos trabalhadores de empresas paralisadas e em processo de falência ■ Morrem três operários num acidente num estaleiro na Areosa ■ A secção central da ponte Sangsoo, em Seul, cai, provocando 32 mortes.

22  
Sábado

Abre o «Debate com o País», promovido pelo PCP, participando Carlos Carvalhas em iniciativas no Porto, em Braga e Viana do Castelo ■ Os juízes recusam-se a trabalhar por turnos, aos fins-de-semana, em assembleia geral da sua Associação Sindical ■ Sabe-se que o Tribunal de Contas confirmou irregularidades no Fundo de Fomento Cultural ■ Quarenta e cinco mil estudantes italianos participam numa manifestação contra o

Governo e pelo «direito aos estudos, ao trabalho e um futuro» ■ O presidente do parlamento do Iraque declara-se disposto a deslocar-se ao Kuwait para iniciar negociações para a resolução do conflito entre os dois países ■ O representante de Butros Ghali para Angola desloca-se ao Huambo, para ultimar os preparativos para a rubrica do protocolo de Lusaca.

23  
Domingo

O Governo israelita prende dezenas de activistas do Hamas e decide eliminar os líderes do movimento «onde quer que eles estejam» ■ Em Argel, são assassinadas a tiro duas freiras espanholas ■ A Forpronu afirma que a acção do exército bósnio está a colocar em perigo a população da Sarajevo ■ O regime muçulmano de Sarajevo admite tirar as suas forças da zona desmilitarizada de Igman ■ Realizam-se as eleições para o Parlamento Regional do País Basco, sem qualquer incidente. Os nacionalistas vencem, mas com menos votos.

24  
Segunda-feira

O PCP realiza uma conferência de imprensa sobre questões relativas à toxicod dependência e narcotráfico ■ Realiza-se uma reunião da comissão executiva da CGTP-IN, em Lisboa ■ No seu relatório anual, a Sedes diz que, para consolidar a retoma económica, os parceiros sociais devem ser chamados a pronunciar-se ■ O rei dos zulus almoça, em Belém, com Mário Soares ■ Ali Alatas afirma em Jacarta que a Amnistia Internacional está envolvida numa campanha política contra a Indonésia ■ Realiza-se uma cimeira entre John Major e Albert Reynolds, o primeiro-ministro irlandês ■ Um atentado no Sri Lanka provoca mais de 50 mortos. Tudo aponta para que os Tigre tamil sejam os responsáveis ■ A Armija inicia a retirada do monte Igman ■ Eclode um novo caso de corrupção, em França, relacionada com o pagamento ilegal de uma ponte, em Nantes ■ Helmut Khol inicia negociações para formar o Governo alemão.

25  
Terça-feira

Carlos Carvalhas parte para uma visita a Espanha e França ■ Sindicatistas da administração pública manifestam-se no Largo Camões, em Lisboa ■ A Associação Nacional de Freguesias promove uma manifestação junto às escadarias da Assembleia da República ■ Realiza-se uma reunião do conselho directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses ■ O reitor da Universidade de Coimbra adia a cerimónia de abertura do ano lectivo, em que Cavaco Silva se recusou a participar por temer protestos estudantis ■ Começa, em Macau, uma reunião plenária do Grupo de Ligação Luso-Chinês ■ Demite-se do Governo britânico o secretário de Estado do Comércio e Indústria, acusado de se ter deixado «comprar» por um empresário árabe.

## Bipolarizar para quem?

**E**stá em curso uma nova campanha para forçar a bipolarização.

Irrrompe numa altura em que o isolamento governamental se acentua, o PCP preconiza que cada força política clarifique a sua posição face ao destino do Governo e começa a ser admitido (por quem até agora não o fazia) que a existência deste possa ser interrompida antes de Outubro de 1995.

Surge especialmente no meio das discussões em torno da moção de censura, como se um arripio (de susto?) tivesse percorrido as espinhas de, praticamente, todos aqueles ilustres cidadãos que estão em posição de fazer (ou de mandar fazer) opinião nas diferentes instâncias da comunicação social (e não só).

É como se a todos tivesse ocorrido ao mesmo tempo a mesma ideia - a de que é preciso salvar de qualquer maneira o «statu quo».

É como se os mais experientes se lembrassem (e os outros fossem atrás) que a maneira de o fazer, já tantas vezes comprovada, é segurar o PS, convencê-lo de que está com um grande presente e que vai ter um grande futuro, desde que se mantenha sozinho.

E vieram as reportagens, os comentários e as análises do debate da moção de censura. Quase todos só viram duas partes - o Governo e o PSD, dum lado, o PS, do outro - num honroso confronto e num honroso «empate técnico». Mais ninguém em campo a não ser para ser desvalorizado.

É um verdadeiro escândalo o silenciamento das intervenções do PCP, em especial a de Octávio Teixeira, seguramente das mais consistentes e de maior novidade de quantas foram feitas no debate.

Mas voltemos às manhas bipolarizadoras. Marcelo Rebelo de Sousa foi especialmente comovido. Elogiou, claro (também ele) o PS, pela maneira como se comportou na pugna parlamentar, mas aplicou-se, desta vez, ao mesmo tempo, a desvendar os altos desígnios patrióticos que levam Cavaco Silva a lutar por uma terceira maioria absoluta.

A bipolarização, entre nós sempre apresentada para sustentar a alternância entre o PSD e o PS, tem, de facto, como fundamental objectivo a discriminação, o silenciamento e o isolamento do PCP. Mas a experiência mostra que ela também tem sido penalizadora para o PS.

Ao apresentar-se como alternativa sozinho ao PSD, o PS retira credibilidade à própria ideia de alternativa. A bipolarização assim concebida

já deu duas maiorias absolutas a Cavaco Silva.

**A**o participar em várias iniciativas realizadas no Porto, Braga e Viana do Castelo, no quadro do «Debate com o País para uma nova política», Carlos Carvalhas, deu oportunas respostas às questões que se relacionam com a alternativa, salientando nomeadamente:

«A nosso ver está absolutamente comprovado que uma nova maioria só é possível pelo conjunto dos votos democráticos, designadamente PS e PCP e nunca pelo resultado eleitoral do PS.»

E noutro passo: «É pelos resultados eleitorais do PCP que passam mais seguramente as possibilidades de formação de uma nova maioria, de um

**Ao apresentar-se como alternativa sozinho ao PSD, o PS retira credibilidade à própria ideia de alternativa. A bipolarização assim concebida já deu duas maiorias absolutas a Cavaco Silva.**

novo governo e seguramente de uma nova política.»

Não temos dúvida que o «Debate com o País», ao mesmo tempo que aprofunda o exame sobre os problemas nacionais e a necessidade de lhes encontrar saída, vai pôr ainda mais em evidência esta imprescindibilidade do PCP, tanto para a definição de uma nova política para o nosso país, como para a solução governativa capaz de concretizá-la.

A nova vaga bipolarizadora aí em curso não procura influir apenas nas questões de alternativa, visa desde já operar como um narcótico em relação ao profundo descontentamento que alastra no país e impedir que ele se transforme em acções de protesto e luta.

As importantes lutas em curso, designadamente de trabalhadores, atiram, porém, por terra esta pretensão.

Cumpra a propósito destacar, entre outras, as lutas dos trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo, da Siderurgia Nacional, do calçado, da chapalaria, da Telecom, da Rodrigues e Quaresma, da Cimianto, do sector automóvel, da administração central e local e o buzinao dos trabalhadores de Braga,

todas elas com um tratamento desenvolvido na respectiva secção da presente edição do «Avante!».

Importa também chamar a atenção para a concentração de 10 de Novembro que está a ser convocada pela União dos Sindicatos de Lisboa, no quadro das iniciativas que a CGTP está a preparar para a segunda semana de Novembro.

Todos estes processos e outros que estão em gestação confirmam que, após o fracasso da chamada concertação social, as condições são mais favoráveis para conter a ofensiva governamental e patronal e avançar na luta reivindicativa.

**C**avaco Silva acaba de dar mais uma flagrante demonstração de arrogância autoritária.

Ao cancelar, à última hora a sua participação na sessão de abertura do ano lectivo da Universidade de Coimbra, a pretexto de «acções contestatárias de minorias» que estariam em preparação, o Primeiro-Ministro pôs em evidência mais uma vez o horror com que enfrenta a vida democrática, a crítica e a oposição.

É muito importante que isto se torne claro, sobretudo porque o confronto não com as alegadas «minorias» mas com toda a academia coimbrã que se manifesta indignada, através das suas instâncias mais representativas.

Ao fugir ao diálogo com os estudantes e ao embate com as suas reivindicações, Cavaco só contribui para que estas adquiram mais força e mais premência e que tenham que ser encontradas novas formas de luta para as veicular, pois, como diz António Aleixo, «o ribeirinho não morre / vai correr por outro lado». É com certeza o caso presente.

Este episódio, que promete importantes desenvolvimentos, chama também a atenção para uma questão central da nossa vida política - a democracia participativa.

São autênticas lágrimas de crocodilo a daqueles que choram a propósito da abstenção nas eleições, do afastamento entre eleitos e eleitores, da ausência de participação popular na vida política, da «apatia e desinteresse dos cidadãos pela coisa pública», da necessidade de «reconciliação entre a sociedade civil e a classe política» e depois promovem e praticam a bipolarização partidária.

A bipolarização é uma das principais causas, a principal no plano político, de todas aquelas doenças que dilaceram o nosso sistema político e que se agravarão, com perigos evidentes para a própria democracia, se a bipolarização avançar.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Sotero Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Sotero Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
75-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 75-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapala Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sines  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IV  
Rua B. L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 75-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-75-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## Chamem-lhe loucura

O discurso de Duarte Lima na abertura do novo ano parlamentar foi, ao contrário do que certamente estava planeado, a melhor ilustração dos malefícios de uma maioria absoluta, como a actual do PSD.

Se a ideia era provar que as instituições funcionam normalmente, o resultado foi igualmente desastroso.

O jeito apalçado e a soltura verbal que o líder parlamentar laranja adoptou, acompanhado do gargalhar contínuo da sua vasta bancada, constituíram um momento demonstrativo de como pode ser degradada a imagem da Assembleia e das instituições democráticas por uma maioria que se julga acima de qualquer controlo e a quem falta o sentido do Estado e escasseia a cultura democrática.

Pior ainda foi o conteúdo e o sentido institucional do que foi dito.

A Assembleia da República tem como uma das suas fundamentais competências o acompanhamento e a fiscalização dos actos do Governo e da Administração e não dos actos do Presidente da República.

A maioria laranja nunca percebeu que estava obrigada a actuar no quadro das competências da Assembleia da República e por isso a sua atitude em relação aos actos do Governo é, a um tempo, a de uma verdadeira claqué que aplaude acriticamente tudo o que este submete à apreciação da Assembleia, e a de um autêntico cão de fila que salta às canelas de quem quer que o critique e o conteste.

O discurso de Duarte Lima combinou os dois aspectos desta atitude.

Assim, logo no início anunciou: «O Grupo Parlamentar do PSD reafirma a sua confiança política no Governo»...

Quanto ao Presidente da República, o libelo acusatório culminou afirmando:

«Não tem o direito de erigir-se no principal crítico e no principal obstáculo à execução do programa do Governo.»

Há que registar, além disto, que foi falando em representação do partido do Governo que Duarte Lima lançou o mais directo desafio a Mário Soares, nestes termos: «Considera o Pre-

sidente que a maioria abusa e não respeita as minorias, guilhotinando-as e paralisando o Parlamento? Se considera, como o não dissolveu?»

Entretanto, ao ser interpelado no debate da moção de censura sobre se sustentava este desafio de Lima, Cavaco Silva não respondeu. Por outro lado, no recente Conselho Nacional do PSD, o Primeiro-Ministro terá elogiado o discurso do líder parlamentar mas, ao propor que o próximo congresso do partido se realize em Março, terá acrescentado «se não houver nenhuma loucura na política nacional».

Isso... agora chamem-lhe loucura.

Loucura verdadeira e trágica, para os interesses do nosso povo e do nosso país, não será antes a forma como a maioria absoluta cavaquista tem actuado? Tudo espezinhando, tudo desestabilizando e tudo querendo submeter ao seu império!

Uma loucura a precisar de camisa-de-forças...

■ Carlos Brito

## Há mais mundos

O tratamento noticioso e os comentários dos principais meios de comunicação social em torno do debate da moção de censura apresentada pelo CDS acabam de fornecer um novo e relevante exemplo de como uma deriva comandada pelo preconceito e pela discriminação anti-PCP, pela devoção à causa da «bipolarização» e pelo artificialismo estão transformando a vida e a luta políticas num jogo de aparências e de «imagens» profundamente desprovido de substância e verdade.

E essa deriva que explica que, designadamente a SIC, a TVI e a TV2 tenham ostensivamente silenciado quer a marcante intervenção de Carlos Carvalhas na sessão de abertura do Parlamento quer, em geral, as intervenções do PCP no debate da moção de censura. E é ainda essa deriva que explica uma longa lista de apreciações, balanços e conclusões vertidas em letras de imprensa onde faltam um elementar bom senso e sentido das proporções e onde sobram um extremo proselitismo e um patente empenho em fazer engenharia das almas.

É assim que uma jornalista do «Público» sentenciou que «o PCP terá desvalorizado esta moção em excesso e saiu mais apagado» e escrevia isto depois de, umas linhas atrás, ter ela própria desvalorizado o PCP ao afirmar que o discurso de Octávio Teixeira «tinha apresentado muitos pontos em comum com o de [Jaime] Gama», quando, uma vez que o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP falou antes do novo líder parlamentar do PS, o que a jornalista devia então ter escrito é que o discurso de Gama tinha «muitos pontos em comum» com o de Octávio Teixeira.

Mas nem estas apreciações nem estes pequenos truques são de estranhar, uma vez que, na véspera do debate da moção de censura, o director do «Público» já tinha decretado que «o PCP tornou-se excessivamente prisioneiro da lógica extraparlamentar - que, de resto, foi sem-

pre inerente à sua cultura - para poder promover uma censura que fosse mediática e politicamente credível no terreno estrito da Assembleia da República». É claro que o director do «Público» nunca se dará ao trabalho de explicar aos seus leitores como é que o PCP, prisioneiro de tal «lógica» e tributário de uma tal «cultura», apenas com treze deputados, conseguiu ser na penúltima sessão legislativa o partido que apresentou maior número de iniciativas legislativas (83 para 82 do PS, 49 do PSD e 13 do CDS) e, na última sessão, ficar em segundo lugar (com 78 para 81 do PS, 25 do PSD e 9 do CDS).

É também assim, pelo virtuoso caminho de torcer a realidade até ela se encaixar nos esquemas previamente definidos e estabelecidos, que foi possível ler no «Público» que «Censura repõe bipolarização», e que, apostando tudo «em cinco minutos que ele quis decisivos», Guterres «pode com isso ter adquirido o princípio da verosimilhança política que há longos meses lhe faltam para se vestir de alternativa» e ler no «Expresso» que Cavaco Silva «em dois dias recuperou o fôlego perdido do PSD» e que António Guterres reocupou «o lugar de condutor da oposição».

Acontece que, no meio desta viagem alucinante a este universo fechado e doentio de comentadores e analistas, os nossos olhos foram parar a uma notícia de oito linhas no «Público» onde se dá conta da adopção de uma nova forma de luta desencadeada pelos «operários da Cimianta, em Alhandra, em greve há dez dias» contra «as propostas de zero por cento de aumentos salariais».

Pois é. Operários. Em greve há dez dias. Provando que, para além deste mundo de nevoeiro e ficção política, há mais mundos. Feitos de verdade, de problemas reais, de luta.

■ Vítor Dias

## O dado essencial

A necessidade de uma nova política é hoje vivamente sentida pela maioria dos portugueses. O descontentamento, os protestos, as reivindicações multiplicam-se em todas as áreas da vida nacional. O Primeiro-Ministro e o seu Governo denotam um nervosismo evidente que procuram disfarçar acentuando com arrogância as grandes linhas da sua política e, simultaneamente, preparando uma operação demagógica de dimensões gigantescas e dando rédea solta ao seu pendor repressivo.

São grandes as possibilidades de derrotar esta política e de a substituir por uma política de esquerda. Aproveitá-las é a questão essencial que hoje se coloca a todos os que têm sofrido as consequências do longo reinado cavaquista. Daí a necessidade de cada um reflectir sobre a evolução da situação nos últimos anos, sobre o papel desempenhado

pelas diversas forças políticas face à política de direita, sobre as propostas dessas forças com vista a uma nova política e aos caminhos para a conquistar.

A postura do PCP face à política de direita, a sua acção decisiva na condução da luta contra essa política, o seu esforço na procura de soluções para os problemas existentes, a sua persistência na necessidade de entendimento democrático, não deixam margem para dúvidas quanto ao papel do PCP na vida nacional e na concretização de uma alternativa democrática. É neste contexto e objectivos que deve ser visto o «Debate com o País para uma nova política».

Por outro lado, os «Estados Gerais para uma nova maioria» (significativamente não para uma nova política) indiciam uma perigosa insistência do PS em velhas ideias de alternância já

claramente derrotadas e grandes responsáveis pela longa permanência da direita no Poder. (Velhas ideias de alternância que assentam sempre no velho sonho de esvaziar eleitoralmente o PCP — ou seja: de enfraquecer a força que mais consequente e determinadamente tem combatido a política de direita.)

Temos dito, e pensamos que isso corresponde à realidade, que a concretização de uma alternativa a este Governo e a esta política exige o entendimento das forças democráticas. Tal afirmação tem sido considerada como um «namoro ao PS», uma predisposição para lhe «servir de muleta». Vê mal quem persistir nessa visão das coisas: insistimos no entendimento democrático porque o consideramos fundamental para derrotar a direita, mas não só não o mendigamos, como pensamos que ele só será possível a partir da definição de uma

política de sentido oposto à que tem vindo a ser praticada.

Por mais que a pluralista comunicação social silencie, oculte e deturpe a actividade, as posições e o papel do PCP, a realidade mostra todos os dias, de forma clara e incluível, que o PCP tem sido a única oposição séria e a sério à política de direita, e que sem o PCP não há alternativa a esta política e a este Governo.

Quer isto dizer que a concretização de uma alternância ao Governo e à política de Cavaco Silva, será tanto mais fácil e rapidamente conseguida quanto mais forte e influente for o PCP.

Este é, aliás, o dado essencial a ter em conta na situação presente e num momento em que as eleições legislativas começam a ser tema dominante da vida política nacional.

■ José Casanova

## CORRUPÇÃO

### Alternativa é precisa

Há meses que os jornais franceses vêm noticiando os desenvolvimentos da nova vaga de «affaires» de corrupção que abalam hoje a Direita, com Balladur no governo da França, tal como ontem abalaram, até à queda, a governação socialista. O que aliás não será de estranhar, porque os interesses defendidos e as políticas praticadas eram bastante semelhantes (o que bem mostra que a alternância não basta, uma real alternativa é precisa). Quando o dinheiro é Rei, suja tudo - resume a primeira página do dia 14 do l'Humanité. Os jornais portugueses têm-se feito eco de alguns casos. E na Revista do Expresso da semana passada o seu correspondente em Paris, Daniel Ribeiro, resume o essencial no pertinente dossier 'Mãos Limpas' à francesa para que remetemos o leitor.

Mas o fenómeno não é só de França. Ou de Itália - onde os estragos foram mais fundo e continuam, com fascistas já no governo e o grande patrão da Fininvest no cadeirão de primeiro-ministro. Berlusconi que, de visita por estes dias a Moscovo, desabafa com desfaçatez o seu desejo de ter, em Itália, os «mesmos poderes executivos» que o «democrata» Ieltsine conquistou (a tiro de canhão sobre o Parlamento). Os jornais dos últimos dias trazem novas similares da Grã-Bretanha, com «deputados de aluguer» ao serviço dos grandes armazéns Harrods, promovidos depois ao governo Major, ao mesmo tempo que se tornam conhecidas as «luvas» de 3 milhões de contos que Mark Thatcher terá embolsado pela feliz conclusão de uma mirífica venda de armamento à Arábia Saudita, promovida pela sua mãe, a austera «Dama de Ferro». E aqui ao lado, em Espanha, os folhetins sucedem-se dos Dons Diñero, sejam Rubios, Las Rosas, ou muitos outros quejandos figuras da alta finança e baixa política. Podíamos ver espectáculos idênticos em muitos outros países capitalistas desenvolvidos (e não só) se olhássemos em volta - inclusive cá pelo nosso burgo...

Em regra, o mal é tão grande e vai tão fundo que só aflora à tona a ponta do iceberg. Acossados pela crise da economia real e a ferocidade da sacrossanta competitividade, dopados pela financeirização da economia de casino e com as mãos mais livres pela «desregulamentação» neoliberal - políticos corruptos e padrões corruptores (con)fundem-se no Capitalismo Monopolista de Estado dominante, alternando cargos e funções, acumulando poderes e o Poder, ao serviço da cada vez maior (sobre)acumulação de Capital. Eles são os sacerdotes zelosos do império do Deus-Lucro. E não lhes faltam prestimosos acólitos ideólogos para justificar o status quo e confundir as mentes.

Denunciar é preciso, mas não basta, porque a banalização mediática leva à habituação e esta ao conformismo. Moral é preciso, mas não um moralismo hipócrita e superficial. Justiça é preciso, mas juizes e cadeias não substituem a prevenção. As metástases da corrupção continuarão a proliferar se não conseguirmos extirpar pela raiz o foco cancerígeno. O problema é político, quer dizer, é de todos nós, respeita aos homens todos e ao sistema económico-social em que vivemos, com a prevalência totalitária do interesse privado sobre o bem público, do lucro como fim supremo acima das necessidades dos homens. É uma questão de alternativa de política e de sociedade. E de mais e mais democracia. E de transparência. Pela acção cívica e a luta das massas.

C.A.I.





## Reformas e pensões

De Lisboa escreve-nos o nosso leitor J. Sequeira Basto a manifestar o seu acordo com a proposta do PCP «para um aumento imediato de 5 mil escudos de todas as reformas inferiores ao salário mínimo nacional».

«É um mínimo que se pode exigir», diz-nos ele e acrescenta: «Eu fico revoltado quando ouço esses governantes cavaquistas falar de razoáveis progressos das reformas. Mas que razoáveis? Pode-se viver com uma reforma de menos 17 contos como é a Pensão Social? Ou com uns 26 contos como é a mínima do regime geral? Eu queria vê-los a viver com essa miséria de dinheiros! Verbas dessas gastam eles numa só janturada ou numa bancada central de um grande jogo de bola ou num espectáculo no Centro Cultural de Belém. Pode-se falar de progressos com tanta injustiça?»

## «Não tem desculpas...»

De uma exposição de Joaquim Pereira Ribeiro, do Porto, ao Primeiro-Ministro, de que nos foi enviada cópia pelo autor, transcrevemos: «O Povo Português está a passar fome... Não tem dinheiro para pagar as rendas de casa em que vive! Não se alimenta de auto-estradas; nem pode viver nas auto-estradas! Então onde estão as promessas que V. Ex.º fez nas eleições? Aonde estão as casas de rendas acessíveis? Chamadas rendas económicas? Aonde está um Portugal para todos os portugueses? Especialmente para os mais desfavorecidos?! O Senhor Primeiro-Ministro não tem desculpas...»

«Eu conheço um jovem de vinte e nove anos, desempregado. Tem uma filha de trinta meses e a mãe, que ganha de reforma vinte e seis mil e duzentos escudos por mês. Ele ganha no Fundo de Desemprego cerca de cem contos por mês, mas está a acabar! Paga de renda ainda passa de noventa contos por mês. Paga água, luz e condomínios! Que vai ser dele?»

## «205 anos da Carta dos Direitos Humanos»

Sobre o artigo com este título, da autoria da nossa colaboradora Paula Assunção, publicado na edição de 22 de Setembro do «Avante!», escreveu-nos a camarada Laura Lopes, apresentando-nos, entre outras, a seguinte observação:

«Ora eu não conheço nenhuma «Carta dos Direitos Humanos» e muito menos com a magnífica idade de 2 séculos mais 5 anos. Tal idade tem a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de Agosto de 1789, importante e belo documento, bem representativo dos ideais da Rev. Francesa (...).»

Consultada, a autora endereçou-nos os seguintes esclarecimentos: «A carta dos Direitos Humanos que completou 205 anos é efectivamente a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de Agosto de 1789. O título

«205 anos...» remete implicitamente para o documento fundamental da Revolução Francesa que influenciou (e influencia ainda hoje) Constituições, declarações de princípios, constituindo-se, assim, como uma verdadeira Carta de Direitos Humanos pela universalidade de conceitos que ganhou, se bem que com limites.»

«Estamos de acordo, quer Laura Lopes, quer eu própria, que a Revolução Francesa e a sua Declaração (entendida hoje em toda a sua universalidade), embora tenha dado passos gigantescos quanto aos direitos do homem, não considerou os da mulher.»

## «Novos descobridores do Alentejo»

A propósito do artigo com este título, da autoria do camarada Lino de Carvalho, escreveu-nos Miguel Sousa Tavares, contestando várias referências pessoais que lhe são feitas. Do que nos diz salientamos: «Durante todos estes anos, nunca deixei de alimentar o sonho de ter uma casa no Alentejo, o que consegui finalmente fazer, com o produto de 23 anos de trabalho.»

Relativamente aos apoios que teria solicitado para a referida casa, afirma, mais à frente: «Com a Cooperativa, as únicas relações que tive e tenho é a frequência ocasional das suas instalações para lá comprar abastecimentos que, obviamente, pago. Quanto à Câmara Municipal, gostava de saber se se pode entender por apoios o pedido de autorização, de vistoria e legalização de obra, feito após ter instruído o processo com todos os elementos que a lei manda e ter pago todas as taxas respectivas, ou se se entende por apoio a requisição, habitual e generalizada, dos serviços de um tractor da Câmara que igualmente paguei.»

Consultado, Lino de Carvalho remeteu-nos a seguinte resposta: «Registamos a afirmação de Miguel Sousa Tavares de que não pediu nenhuma espécie de apoio à Câmara ou à Cooperativa. Também registamos que o seu conhecimento do Alentejo é antigo, datando de 1969. Só lamentamos que esse contacto velho de anos não lhe tenha permitido perceber que a Reforma Agrária não «sucumbiu à demagogia, ao oportunismo ou à tentação do roubo», mas sim à política inconstitucional e ilegal de cerco, de destruição e de terra queimada desencadeada por meras razões políticas e ideológicas por sucessivos Governos, desde o PS ao PSD e ao CDS.»

## Apelo de coleccionador

Álvaro Antunes da Cruz escreveu-nos para nos significar: «Sou um homem de 53 anos (...) e faço a minha vida quase normal, estou na situação de reformado por invalidez e digo quase normal por quanto a paralisção total dos membros inferiores e amarrado a uma cadeira de rodas (desde a infância) não me permite a desenvoltura indispensável a uma vida alegre e situação monetária desafogada.»

Pede-nos, a seguir, que publiquemos «um apelo aos vossos leitores e amigos para obtenção das sobras que tiverem disponíveis do que eu coleciono», isto é, esclarece-nos noutro lado: «selos, postais ilustrados universais, calendários de bolso usados ou novos, canetas, porta-chaves, isqueiros, emblemas, artigos desportivos e carteiras de fósforos.» Tudo pode ser enviado para a Praceta do Alto Varejão, 1.º Esq. - 1900 Lisboa.

Em Braga, Viana do Castelo e Porto

# Carvalhas abre «Debate com o País para uma nova política»

## «Somos o Partido da Alternativa»

Cerca de quatro centenas de pessoas assistiram, no passado sábado, no Porto, ao lançamento da iniciativa «Debate com o País, por uma nova política, que contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido.

A sessão subordinada ao tema «Por uma Política Inovadora e de Esquerda», foi aberta por Emídio Ribeiro que sublinhou a importância do diálogo e da convergência dos democratas, apelando à participação dos presentes no sentido de darem o seu contributo para uma nova política que faça de Portugal um País novo, onde as carências e desigualdades não sejam tão gritantes e onde as liberdades, tão duramente conquistadas, voltem a ser uma realidade.

Este dirigente destacou a seguir as iniciativas já programadas sobre situações e temas específicos como as liberdades e direitos democráticos, a integração europeia, a escola pública, a saúde, a competitividade e desigualdades económicas e sociais, o desenvolvimento regional, entre outras que cobrirão os problemas do distrito do Porto e do País. A terminar sua intervenção, Emídio Ribeiro formulou o voto de que os verdadeiros protago-

nistas do debate fossem os intervenientes.

### Dar resposta às graves carências

Seguiu-se-lhe, no uso da palavra, Carlos Carvalhas, salientando que «é necessário e urgente dar resposta às graves carências e agudos problemas dos cidadãos, às suas insatisfações e inquietações e a naturais expectativas de uma vida melhor, mais segura e mais tranqüilla.»

«Mas não há nada a esperar de um Governo e de um Partido que constantemente fabricam e encenam uma imagem de devoção ao interesse público e não partidário, mas cuja prática está marcada pela partidização da Administração Pública, por numerosos escândalos envolvendo destacadas figuras do poder, pelo clientelismo, pelo espezinhamento da isenção e da ética políticas, pelas manobras de diversão e ausência de respostas face aos alertas públicos

quanto à falta de meios para o combate à corrupção» disse Carvalhas, concluindo que «é por isso necessário dar força e conteúdo a uma alternativa para uma nova política.»

O secretário-geral explicou que «o debate visa ser elemento dinamizador do diálogo democrático, catalizador dum movimento de opinião que possa conduzir à alteração do quadro político, viabilizando que uma nova maioria necessária se torne numa nova política indispensável.»

Carvalhas considerou que «para que não se frustem expectativas» as alterações de correlação de forças na decorrerência das eleições têm de ter «correspondência numa política efectivamente diversa da seguida pelo PSD.»

### Os eixos do debate

Carlos Carvalhas referiu mais adiante que «constituem eixos do Debate com o País» o desenvolvimento económico e o emprego, no qual se coloca a «questão dialéctica da recuperação dos grupos económicos que prevalece sobre o interesse público e a questão do desenvolvimento, competição e emprego.»

O objectivo da justiça social como condição de desenvolvimento é outro tema central, no qual «coloca-se por exemplo a necessidade de questionar a concentração da riqueza num pólo da sociedade, os mecanismos económicos e a intervenção do poder político, (o clientelismo) que o viabilizam e os custos sociais daí decorrentes. Questão da maior acuidade, quando assistimos a uma ofensiva global contra salários, os direitos e a segurança social.»

Por outro lado, para o PCP é igualmente importante «a problematização da política espectacular que caracteriza a actuação do Governo, o esvaziamento efectivo da vida política que conduz, a questão do esvaziamento da democracia participativa, a governamentalização do Estado em geral e o autoritarismo crescente que caracteriza o regime laranja». A este propósito, Carlos Carvalhas interrogou-se sobre «que participação e motivação para a participação dos cidadãos quando estes vêem que as encenações substituem o debate das ideias, que a hipocrisia e as promessas ocupam o lugar da verdade da autenticidade e da coerência?».



## Sessão participada em Viana

«Alternância ou alternativa democrática» foi o tema escolhido para o arranque do «Debate com o País», no distrito de Viana. A esta sessão, seguir-se-á um conjunto de iniciativas já programadas, procurando cobrir os vários aspectos da situação regional, bem como preocupações de âmbito nacional que se colocam aos comunistas de Viana.

Este primeiro debate, realizado na manhã de sábado passado, contou com a participação do secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, e de várias dezenas de pessoas, entre as quais quadros do partido, sindicalistas, autarcas e independentes que aceitaram o convite de debater de forma aberta questões candentes do país e da região.

Laçando o debate, Carlos Carvalhas explicou os objectivos do «Debate com o País», que se caracteriza por um diversificado e descentralizado conjunto de iniciativas de debate e reflexão sobre os problemas nacionais e sobre a nova política necessária ao progresso do País.

Entre as várias questões colocadas pelos presentes, sobressaíram os receios de que uma nova maioria formada pelo PS viesse a frus-

trar as expectativas de um verdadeira mudança de política. Por outro lado, como salientou um outro interveniente, é urgente acabar com os clientelismos e garantir que eles não venham renascer numa nova maioria.

O futuro da regionalização, a produção agrícola com destaque para os vinhos da região, e os constrangimentos impostos pelos acordos comunitários foram igualmente temas abordados na sessão, onde ainda foi relatado com pormenores preocupantes, o caso da construção de uma lixeira intermunicipal na cidade de Viana, cujo processo está cheio de irregularidades e já mobilizou o protesto de autarcas da CDU e da população.

A finalizar Carvalhas, respondendo a perguntas colocadas, exigiu a clarificação da posição do PS: se afirma que o Governo está grangrenando o País, então terá de concluir que não pode continuar a governar até ao final do mandato. O secretário-geral alertou ainda para o perigo da revisão da Constituição, cujas conversações entre o PS e PSD, apesar de findo o prazo estabelecido por este último partido, prosseguem no segredo dos gabinetes.



## Debate com o País

### para uma nova política **PCP**

Outro eixo do debate abrange a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura como «sectores estratégicos de desenvolvimento». Como referiu o secretário-geral «coloca-se a questão da desresponsabilização e desinvestimento do Estado nestas áreas, com o correspondente agravamento das desigualdades e exclusões, a questão da chamada *crise do Estado* — providência e as regressões sociais e a hipoteca de um desenvolvimento integrado e integrador dos cidadãos que decorre dessas políticas».

Por fim, Carlos Carvalhas salientou a questão da soberania nacional numa Europa e Mundo de acrescidas interdependências, considerando que é necessário analisar «os constrangimentos impostos do exterior que condicionam o nosso desenvolvi-

mento», bem como se deve colocar «o problema da sua aceitação ou de os contrariar no quadro da nossa acção soberana». A este propósito, Carvalhas pergunta «que Europa queremos, qual o significado do princípio da coesão económica e social?».

«Rejeitando os nacionalismos como defender os interesses nacionais e contribuir para um Europa de paz e cooperação?», questionou o dirigente comunista, afirmando que só a abordagem crítica destes e doutros problemas «pode conduzir a novas respostas, a uma nova política inovadora e de esquerda, a uma nova política alternativa».

Dirigindo-se aos presentes, não escondeu «as dificuldades para a alternativa democrática. Mas há caminhos a trilhar e sobre eles temos opiniões», disse

o secretário-geral que acrescentou de seguida:

#### Alternativa é possível

«A nosso ver a alternativa é possível se houver um resultado eleitoral que conduza a mais deputados do PS e PCP que do PSD e do CDS».

«A questão não se coloca assim em saber qual o Partido mais votado, coloca-se sim em saber se vai haver mais votos no PS e no PCP que nos partidos de direita. Isto é, se o número de deputados eleitos pelo PCP e pelo PS é superior ao número de deputados eleitos pelo PSD e pelo CDS».

«A nosso ver está absolutamente comprovado que uma nova maioria só é possível pelo conjunto dos votos democráticos, designadamente PS e PCP e nunca pelo mero resultado eleitoral do PS. A insistência pelo PS na tese de *só PS* é eleitoralista à esquerda, redutora e contribui para enfraquecer a credibilidade da alternativa».

«A existir uma maioria numérica de deputados do PS e PCP é indispensável que ela se assuma como maioria política».

«Para que haja alternativa são necessárias uma nova maioria, uma nova solução governativa e uma nova política profundamente diversa da do PSD. Por isso estes debates, por isso a imprescindibilidade da contribuição do PCP».

«Por isso, no nosso entender, é pelos resultados eleitorais do PCP que passam as possibilidades de formação de uma nova maioria, de um novo governo e seguramente de uma nova política».

«E sendo conhecida a posição do PS, na insistência da mistificação da maioria absoluta, nós afirmamos então que cada Partido deve assumir as suas responsabilidades. Pela nossa parte assumimo-nos com verdade como o Partido da Alternativa, o grande partido de esquerda, que empunha a bandeira dos valores da esquerda e da sua modernidade».

«Discutir uma política inovadora e de esquerda, procurar com abertura novos elementos integradores dessa política, novas ideias e contribuições que incorporem uma política alternativa, dando assim corpo a uma alternativa política, tal é o quadro do debate de hoje».

«O reforço do PCP, social, política e eleitoralmente é a condição essencial para uma efectiva e verdadeira alternativa; temos uma grande confiança nos trabalhadores e no Partido que somos e queremos continuar a ser: Partido Comunista e Português ao serviço do povo e de Portugal».



No final da sessão em Braga teve lugar um animado convívio

## Um debate animado

Foram múltiplas as intervenções no debate do Porto que se marcou pelo repúdio da política autoritária, arrogante e de submissão ao capitalismo estrangeiro e nacional e de solidariedade para com todos aqueles que mais sofrem as consequências dos desmandos desde Governo.

Entre vários temas abordados, foi dado particular destaque à necessidade de aumentar a votação no PCP, de forma a forçar o PS a inverter a sua política de alianças. Só o voto no PCP, nas eleições legislativas que se aproxima, poderá alterar o rumo dos acontecimentos.

A denúncia das carências no distrito do Porto, a todos os níveis, desde a habitação, passando pela saúde e educação foi igualmente salientada por muitos dos presentes, que criticaram ainda o poder centralizador do Governo e a má distribuição dos fundos comunitários.

Noutras intervenções, foi salientado o descontentamento generalizado do povo português por esta política responsável pelo desemprego, salários em atraso, trabalho precário, miséria, fome e instabilidade social.

A encerrar a sessão, Carlos Carvalhas assinalou exactamente a existência de um descontentamento generalizado na sociedade portuguesa, notando, porém, que aquele poderá não se traduzir em mobilização e em votos. Identificando como causas principais o desemprego, o trabalho precário, os problemas do ensino e da saúde, Carlos Carvalhas assinalou que na base do desagrado da população está, de facto, a condução de uma política de direita, dirigida para a concentração da riqueza e de pulverização da pobreza.

Condenando a falta de resposta do Governo a todos estes problemas, o secretário-geral afirmou que a postura dos comunistas é totalmente diferente: «não fazemos promessas que não possamos cumprir e não mentimos nem ocultamos nada ao País».

Carvalhas destacou ainda a importância da luta no terreno, afirmando que «as lutas não devem ser só canalizadas para as empresas ou para as questões económicas e sociais. Veja-se como exemplo a contestação na Ponte 25 de Abril».

«O PCP tudo fará para interromper esta política» declarou, explicando que «não fazemos como o PS que diz que a laranja está podre mas de forma incoerente afirma que este Governo se deve manter até ao fim do seu mandato. Nós não pensamos assim porque a coerência é um valor que sempre temos cultivado ao longo da vida do Partido e vamos continuar a fazê-lo».

A terminar, Carvalhas exprimiu o sentimento generalizado de confiança no papel que o PCP tem na derrota desta política e na resolução dos problemas do País. «Para isso contamos com o voto de todos. Contamos com o voto do Povo Português».

## Sala cheia na Junta de S. Victor

A sala da Junta de Freguesia de S. Victor, em Braga, foi pequena para a numerosa assistência que ali ocorreu, na noite de sexta-feira, para participar na sessão de abertura, no distrito, do «Debate com o País para uma nova política», que contou com a presença de Carlos Carvalhas.

Entre a assistência estava um elevado número de quadros do Partido, sindicalistas, autarcas, bem como um número significativo de independentes, médicos, professores, sindicalistas. O debate marcou-se ainda pela forte presença e intervenção de jovens do ensino superior e secundário.

Num ambiente franco e directo, os intervenientes colocaram as suas interrogações sobre a situação nacional, constatando a degradação da situação económica e social, bem como da limitação das liberdades democráticas. A necessidade de encontrar uma alternativa à política do PSD, foi por diversas vezes salientada, ressaltando-se em várias intervenções que «não basta uma nova maioria. É necessário que uma nova maioria garanta a aplicação de uma política de esquerda».

Abrindo a sessão subordinada ao tema «Para uma nova política, que alternativa?», Jorge Matos disse algumas palavras sublinhando que é chegado o momento de mobilizar todas as forças para permitir a mudança necessária na política do País.

Logo a seguir, José Antunes referiu-se à situação do distrito que considerou como «deveras preocupante».

«A destruição do aparelho da região tem originado a falência de muitas dezenas de empresas industriais que, por sua vez, lançam no desemprego milhares de trabalhadores. Na agricultura,

prossegue o processo de destruição de pequenas e médias unidades de produção familiar».

«Desertifica-se o interior do mundo rural na região. Crescem os casos reveladores de uma enorme degradação social, a delinquência e extrema miséria de alguns estratos da população».

José Antunes assinalou a falta de saídas profissionais para os jovens, o crescimento da economia clandestina e o aumento da dívida das empresas à segurança social, que no distrito está calculada em 40 milhões de contos.

A finalizar, o responsável pela DORB anunciou um conjunto de iniciativas e debates programados, o primeiro das quais se realizou no passado sábado, em Guimarães, dedicada ao acordo económico e social e os direitos dos trabalhadores, com a participação de Jerónimo de Sousa. Seguem-se no próximo domingo, 30, em Braga, revisões da Constituição: aperfeiçoamento ou subversão do regime democrático», que conta a presença de João Amaral; no dia 5 de Novembro, em Vila Nova de Famalicão, estará Domingos Abrantes para debater «O Mercado e Competitividade: uma política democrática, de desenvolvimento e justiça social»; no dia 10 de dezembro, em Guimarães, com Luís Sá, estará em foco «O Sistema Político e participação dos cidadãos».

Outros temas serão em breve agendados versando sobre a Universidade, a defesa do mundo rural, a modernização do tecido industrial, o turismo, património e política cultural.

O encerramento deste conjunto de iniciativas está previsto para Maio de 1995, com a realização de um fórum regional que fará a síntese do «Debate com o País».



## Carlos Carvalhas com intelectuais de Lisboa

Carlos Carvalhas participou na passada semana no plenário do sector intelectual de Lisboa, que decorreu no centro de Trabalho Vitória. Na reunião, realizada na quinta-feira, participaram camaradas das artes e letras, da comunicação social, juristas, professores, quadros técnicos, novos quadros e estudantes do ensino superior.

## Emigração dinamiza actividade

No passado fim-de-semana, o camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado do Comité Central, deslocou-se a alguns países da Europa, onde contactou com organismos do Partido na Emigração.

Na Suíça, participou na Assembleia da Organização que apreciou a situação e a intervenção dos organismos do Partido, salientou a importância da sua ligação aos trabalhadores emigrantes e às suas estruturas representativas. A Assembleia elegeu o Organismo de Direcção Nacional e o participante na Conferência Nacional do PCP.

O camarada Blanqui Teixeira reuniu também na capital francesa e em Stuttgart, na Alemanha, com quadros do Partido nas respectivas regiões. A situação política nacional, o reforço do Partido assente numa maior ligação aos trabalhadores emigrantes e ao movimento associativo, a preparação da Conferência Nacional e o «Debate com o País», voltado concretamente para os emigrantes portugueses, foram alguns dos temas debatidos.

Entretanto, foi anunciado que em Paris e Stuttgart irão realizar-se ainda este ano as respectivas Assembleias de Organização.

## Viana marca 2.ª assembleia regional

Reunida no passado sábado, a Direcção da Organização de Viana do Castelo procedeu à análise da situação política local e regional, tendo decidido realizar, no próximo dia 10 de Dezembro, a sua 2ª Assembleia Regional, que para além da análise dos problemas do distrito irá fazer o balanço do funcionamento orgânico, definir orientações para o trabalho político e eleger os organismos de direcção.

A direcção regional decidiu ainda promover um conjunto de debates sobre a situação regional e o seu desenvolvimento, a saúde, educação, problemas sociais e dos trabalhadores.

## Abertura do ano escolar

Após várias semanas da abertura do ano escolar, permanece sem solução um vasto conjunto de problemas nas escolas de Ovar, denunciado em comunicado a Comissão Concelhia do Partido.

O PCP assinala que os novos edifícios escolares construídos no concelho não estão dotados dos necessários pavilhões gimnodesportivos, caso da Escola Secundária Júlio Dinis e da C+S de Valega, sendo incompreensível que o Executivo Municipal tenha parado as obras dos acessos e arruamentos da zona escolar da cidade de Ovar, com todos os prejuízos daí decorrentes e que tenderão a agravar-se com o aproximar da época das chuvas.

Por outro lado, «os assaltos repetidos à escola do 1º ciclo da Habitovar e os recentes casos de tentativas de violação na zona escolar reclamam que a Câmara, Junta e forças policiais tomem medidas adequadas com vista a uma maior segurança de toda a área envolvente».

## Aveiro em obras

A Comissão Concelhia de Aveiro veio a público responsabilizar a Câmara pela falta de ordenamento nas obras em curso por toda a cidade ligadas com a instalação da rede de gás.

Também em relação aos trabalhos de limpeza dos canais, o PCP considera que «deveriam ter sido antecedidos de estudos sobre as suas implicações. Esses estudos não foram feitos e o resultado está à vista: muros a cair, brechas nas estradas, um aspecto desolador daquilo que é uma das maiores belezas da cidade».

Os comunistas pronunciam-se contra a intenção do Governo de construir um aterro de resíduos industriais no concelho vizinho de Vagos, no lugar de Cardal, considerando que tais infra-estruturas não devem ser instaladas em zonas que não produzem lixo industriais, alegando ainda que no referido local existem nascentes de água que, no caso de serem poluídas, afectarão o concelho de Aveiro.

## Barreira abate sobre IP3

A Comissão Concelhia de Vila Verde já tinha alertado, em comunicado que publicámos na semana passada, para o perigo de desabamento dos perfis longitudinais do IP3. Contudo, tais alertas não foram ouvidos pelas entidades competentes e o pior veio acontecer: uma barreira abateu no troço de Montemor-Figueira da Foz interrompendo o trânsito durante vários dias.

Os comunistas exigem explicações públicas do sucedido e consideram «ridículas» as afirmações do Presidente da JAE de que «os terrenos são muito complicados».

# PCP/Açores prepara Congresso regional

Com a participação de muitas dezenas de militantes e simpatizantes, decorreu na passada semana no centro de trabalho «António Duarte» na Horta, um almoço-convívio promovido pela Comissão de Ilha do Faial do PCP, que se inseriu no âmbito da preparação do 5º Congresso regional.

A iniciativa foi escolhida para a apresentação do primeiro documento de preparação do Congresso que agora se encontra em distribuição e se intitula «um Partido maior para um futuro melhor».

Na ocasião, interveio o coordenador regional, José Decq Mota, que salientou os principais objectivos do 5º Congresso e analisou vários aspectos da situação política regional, sublinhando a necessidade de se aprofundar o esforço no sentido de possibilitar uma nova política.

Quanto à próxima apresentação e discussão do Plano e Orçamento para 1995, José Decq Mota acentuou que «nada de novo é de esperar, nem quanto ao volume do investimento público, nem quanto à definição de melhores prioridades, nem quanto à melhoria do rigor na execução».

Referindo-se em particular à privatização do BCA, Decq Mota afirmou que «tal decisão em nada contribui para que sejam tomadas as medidas específicas que a economia regional carece, torna mais vulneráveis a maioria das pequenas e médias empresas regionais e vai funcionar como um factor de descaracterização, num sentido desfavorável a quem trabalha, da estrutura económica da região».

A terminar a abordagem da questão da privatização do sector público financeiro da região, José Decq Mota afirmou que «se isto for

feito como está a ser desenhado, muitos pequenos e médios empresários privados e os trabalhadores por conta de outrem vão rapidamente verificar que serão os verdadeiros prejudicados pela adopção de um modernismo politicamente não adequado à realidade regional e à dimensão desta».

O almoço-convívio terminou com iniciativas de angariação de fundos para o financiamento das despesas do 5º Congresso.

## PCP apresenta projecto na ALR

O PCP/Açores, através do seu deputado, Paulo Valadão, apresentou, na Assembleia Legislativa Regional, um projecto de decreto legislativo regional que visa criar condições para que todos os arrendatários de terra possam fazer prova da existência de contrato, mesmo quando tal contrato não tenha sido reduzido a escrito.

Esta medida é considerada indispensável pois a obrigatoriedade actual de provar a existência do contrato apenas por apresentação do mesmo por escrito, tem levado a que numerosos lavradores e agricultores que são rendeiros se vejam impossibilitados de recorrer aos fundos socioestruturais da Comunidade Europeia.

O PCP/Açores tem assim como objectivo responder à justa pretensão da lavoura açoriana de ver cabalmente resolvido este problema altamente lesivo dos interesses de muitos arrendatários e da economia regional.

# Escândalo em Braga Patrões devem 40 milhões à Segurança Social

A DORBraga exige que sejam explicados publicamente os factos denunciados pela União de Sindicatos sobre a situação da Segurança Social no distrito.

Os comunistas consideram que é escandaloso que alguns patrões sem escrúpulos não só não cumpram as suas obrigações como se coloquem fraudulentamente na condição, eles próprios, de beneficiários da sistema de segurança social, dando

parte de doença e recebendo subsídios de doença na ordem dos 10 a 15 mil escudos por dia. O PCP afirma que, só no distrito, as dívidas do patronato à Segurança social atingem os 40 milhões de contos.

Por outro lado, a própria situação interna do centro sub-regional de Braga da Segurança Social é preocupante já que, segundo indica a DORB, as medidas centralizadoras do

Governo colocaram-no na dependência do Porto o que veio piorar o seu funcionamento. Foi reduzido o número de trabalhadores, esgotando a capacidade de resposta dos serviços concelhios, onde a falta de equipamento informático leva, por exemplo, a que o processamento do subsídio de desemprego de Braga seja feito em Vila Real.

Na sua reunião de sábado passado, a DORB fez um balanço positivo do lançamento do debate com o País no distrito, com a participação de Carlos Carvalhas, e analisou o processo de preparação da Conferência Nacional do Partido para a renovação e reforço da intervenção e organização no seio dos trabalhadores.

A DORB debruçou-se ainda sobre o agravamento da situação

social no distrito, assinalando, na sequência da destruição do aparelho produtivo, o alastramento do desemprego e precariedade nas zonas mais industrializadas.

Reafirmando a responsabilidade do Governo pela grave situação económica e social, a DORBraga chama a atenção para «as dívidas surgidas na imprensa sobre a transferência para Portugal de um apoio comunitário aos têxteis, no valor de 80 milhões de contos» e exige que o PS esclareça a sua posição. «Segundo tais notícias, as dificuldades agora surgidas resultam de uma decisão, em matéria orçamental, tomada no Parlamento Europeu e do Grupo Socialista Europeu, posição comungada pelos socialistas portugueses.»

## Escolas de Lisboa estão na ruptura

«Só na região de Lisboa tiveram de fechar total ou parcialmente cerca de 90 escolas e generalizam-se as manifestações de descontentamento e de exigência de medidas por de professores, pessoal auxiliar, pais e autarquias», concluiu o plenário da DORL que esteve reunido na passada segunda-feira.

Os comunistas do distrito recordam que «a ministra da Educação, em entrevista televisiva, pretendeu fazer passar a imagem de que o novo ano lectivo se tinha iniciado na mais perfeita normalidade, e que o despedimento de milhares de trabalhadores auxiliares, contratados a prazo na sua maioria há mais de três anos, em nada iria afectar, antes pelo contrário, o normal funcionamento destas».

Face aos acontecimentos, a ministra foi obrigada a reconhecer «o buraco e de forma expedita avança com a decisão de serem agora os conselhos directivos das escolas a contratarem, novamente a prazo, o pessoal necessário ao funcionamento mínimo das escolas». Esta medida, afirma a DORL, «não resolveu nem resolve o problema de fundo» e na ordem do dia continua «a necessária estabilidade do funcionamento das escolas».

A nota da DORL refere-se ainda ao processo de privatização do Hospital Amadora-Sintra, defendendo a sua suspensão. Para o PCP, o hospital foi construído com dinheiros públicos e representa um investimento de 18 milhões de contos, devendo ser colocado ao serviço das populações e não «à mercê da gula das empresas que querem engordar os seus lucros à custa do dinheiro dos contribuintes e da utilização dos serviços de saúde».

O plenário assinalou a pesada derrota do Governo e do patronato ao fracassar a assinatura do Acordo Económico e Social, alertando no entanto para a continuação da estratégia de liquidação dos direitos e de intensificação da exploração dos trabalhadores. A confirmar-lo está a proposta do Governo para o Orçamento de Estado para 95 que «inclui mecanismo de clamorosa injustiça social».

## Alcácer do Sal recusa resíduos

A população do concelho de Alcácer do Sal continua a contestar a intenção da ministra do Ambiente de localizar o aterro de resíduos tóxicos no Barrancão. Segundo uma nota da Comissão Concelhia de Alcácer do Sal, este não é o local mais apropriado para instalar uma unidade de tratamento ou de deposição. Concordando que os resíduos devem ser tratados, a Comissão Concelhia afirma que o Governo não pode «empurrar para concelhos e regiões menos habitadas os sistemas de tratamento», pois estas populações «nada beneficiaram das riquezas produzidas pelos centros produtores dos resíduos».

Os riscos de acidente são maiores do que é apregoado, pois, se assim não fosse, «não haveria problema em situar o aterro junto às indústrias. O transporte até seria mais barato», declara. Ainda não foram feitos os estudos de impacte ambiental, nem «estão definidos os cenários de emergência e a dimensão das consequências de possíveis acidentes», acrescenta no comunicado.

Em Junho passado, na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, foi aprovada por unanimidade uma moção de protesto contra a localização da lixeira, apresentada pelos eleitos da CDU. No seu seguimento, o PCP reafirma a sua firme disposição para lutar ao lado da população contra as opções do Governo.



# Conferência Nacional

## — os objectivos e importância

Marcada para 26 de Novembro, a Conferência Nacional do Partido está a ser preparada por todas as organizações. O texto que publicamos visa facilitar esse trabalho, sintetizando os principais objectivos e temas que vão estar em debate.

São objectivos da Conferência o reforço e renovação da organização e intervenção dos trabalhadores comunistas e dos organismos partidários virados para a acção do PCP junto dos trabalhadores. Que implicam a concretização articulada de medidas de organização e formas de intervenção política que tenham em conta as alterações nas estruturas económicas e sociais e nas condições objectivas e subjectivas que os trabalhadores enfrentam; medidas de direcção que reforcem a atenção e os meios para o trabalho junto e entre os trabalhadores.

Tendo como finalidade o reforço das organizações partidárias de (e para os) trabalhadores, a Conferência deverá dar um importante contributo para a criação de condições e instrumentos necessários à dinamização da luta de massas, para a defesa da natureza e identidade do Partido, para o reforço global do PCP e da sua influência na sociedade portuguesa.

### Na preparação da Conferência, todos contam, todos são precisos

Não deve haver organismo nem organização nem militante que julgue a Conferência como coisa dos outros. Todos devem encontrar o espaço para intervir no debate preparatório e transmitir as conclusões e os contributos colhidos.

### Partir do concreto

A Conferência prepara-se a partir da reflexão sobre a realidade, sobre o que há, as situações orgânicas existentes, os recursos e as forças que temos, as empresas e locais de trabalho onde se concentram os trabalhadores, a avaliação de medidas e experiências, de sucessos e de falhas, de dificuldades e potencialidades.

A Conferência deve integrar de modo crítico e criador as

reflexões e orientações produzidas e concretizadas no debate preparatório.

### Uma questão central: a organização dos trabalhadores por empresa/ local de trabalho

A célula de empresa ou de local de trabalho não é (não pode ser) a única forma de organização dos trabalhadores comunistas. Mas é

uma questão-chave para o sucesso do desenvolvimento orgânico do Partido em extensão, em influência, em quadros, em eficácia política e social, a constituição de células e de outros organismos dirigidos para o trabalho nas empresas e sectores profissionais.

### Questões principais em debate

1. As alterações intersectoriais (produção/serviços) nas estruturas empresariais e da

### Horário e organização dos trabalhos da Conferência:

- Plenário: 10.30 - 12.30 horas
- Intervalo para almoço: 12.30 - 14.00 horas
- Funcionamento de 4 Secções de Debate: 14.00 - 17.30 horas
- Intervalo: 17.30 - 18.00 horas
- Plenário de encerramento: 18.00 - 19.30 horas

### Secções de debate:

1. Indústria, Agricultura e Pescas
2. Transportes, Comunicações e Energia
3. Serviços
4. Administração Pública



organização do capital: modificações e destruição do aparelho produtivo; política de privatizações e destruição da Reforma Agrária; alterações regionais; «deslocalização» de empresas; «externalização» de actividades; novas tecnologias e modos de organização do trabalho; novas formas de organização e concentração do capital; crescimento dos serviços e do assalariamento de quadros técnicos e intelectuais, etc.

2. A situação, as mutações e as alterações na condição e na consciência dos trabalhadores; a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e as modificações nas relações de trabalho; o aumento efectivo da jornada de trabalho; as modificações na consciência e nas práticas políticas e sindicais; o quadro actual das reivindicações; etc.

3. O Partido na empresa hoje: o conteúdo da acção partidária das células e outros organismos profissionais; a sua função política e ideológica; as for-

mas de organização nas condições actuais; a relação dos comunistas com as estruturas unitárias; o papel da imprensa do Partido; o recrutamento e a renovação de quadros e estruturas; etc.

4. A experiência de organização, luta e unidade dos trabalhadores: as condições, os problemas e características actuais da luta e das formas de organização unitária; as linhas prioritárias no combate à ofensiva económica, política e ideológica do capital; o contributo dos comunistas para o fortalecimento do movimento sindical e das CT's; os caminhos do reforço da unidade e solidariedade dos trabalhadores, etc.

5. Outros temas exigindo reflexão própria: jovens trabalhadores, mulheres trabalhadoras, trabalhadores precarizados, «independentes», desempregados, reformados e pré-reformados — os problemas, os direitos, os modos de participação e organização.

## O desmembramento da EDP e a luta dos trabalhadores

O Governo e o Conselho de Administração concretizaram, durante o mês de Agosto, o desmembramento da EDP em 14 empresas, passando de 13 para 134 os membros que passam a constituir os Corpos Sociais das novas empresas.

A concretização do processo de cisão da EDP constitui um passo significativo para a destruição do sector eléctrico nacional, na óptica de um serviço público que sirva os interesses do País e dos consumidores, bem como põe em causa a actual uniformização de direitos e regalias dos trabalhadores.

A electricidade é um bem (de consumo e produção) essencial; o sistema eléctrico nacional é, em consequência, uma infra-estrutura básica da economia nacional. Deverá, pois, ser explorado como um serviço público, não adoptando critérios de maximização do lucro.

É para nós evidente que o sector público deve ter um peso determinante no sector eléctrico, para salvaguarda dos interesses do País e como meio essencial para combater assimetrias regionais ainda fortemente existentes, permitindo ainda uma permanente actualização de um Plano Energético Nacional.

Antes da nacionalização (1975), a produção e o transporte de energia eléctrica eram quase totalmente garantidos por uma empresa. A distribuição estava a cargo de 160 entidades distribuidoras (61 empresas privadas e 99 empresas públicas, das quais 95 eram autárquicas), tendo 69 âmbito de actuação inferior ao concelho.

A tarifa praticada variava ao longo do País de acordo com o grau de desenvolvimento das regiões servidas, indo os preços médios de venda de \$62/Kwh (grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa e Porto), até 3\$08/Kwh (nas regiões com menor grau de desenvolvimento). Eram patentas as faltas de capacidade de investimento das redes, bem como a falta de formação tecnológica e em muitos casos o subdimensionamento das equipas de pessoal.

As relações de trabalho e a Contratação Colectiva apresentavam tal diversidade que conduziam a uma grande disparidade de situações salariais e sociais para os trabalhadores do sector. A população não servida atingia cerca de um milhão e meio de habitantes, mais de 30 anos depois de publicada a chamada Lei de Electrificação Nacional.

A nacionalização do sector eléctrico e a constituição da EDP em 1976 representaram um salto qualitativo importante na nacionalização do sector eléctrico.

Constituída para servir as populações e a economia nacional a EDP em 18 anos de existência recuperou um atraso de dezenas de anos de abandono da electrificação do País, tendo:

- Definido e aplicado um tarifário único;
- Desde 1979 a 1988 electricizou 6250 lugares, beneficiando 350 mil habitantes. Destes, 110 mil viviam em 4350 lugares com menos de 50 habitantes. Durante este período o número de consumidores de electricidade quase triplicou, passando de 1080 mil para 3890 mil;
- Neste momento a EDP fornece energia a cerca de 4,6 milhões de consumidores.

- Uniformizado as relações de trabalho, pela aplicação de um Acordo de Empresa e de um Estatuto Unificado de Pessoal;
- Estabelecido contratos-programa com indústrias do sector metalomecânico, fornecedores de material eléctrico e empresas de montagem de linhas e sub-estações;

- Projectado e construído novos centros produtores e um elevado número de linhas de transporte;

- Introduzido novos e potentes sistemas de gestão de natureza empresarial, que colocam a EDP na linha de frente das grandes empresas nacionais e mesmo a par das suas congéneres europeias.

Como era previsível a EDP, apesar da melhoria da qualidade do serviço, não pôde fugir ao ataques movidos contra o Sector Empresarial do Estado pelos governos do PSD.

O Governo PSD/Cavaco Silva e a administração esgrimem argumentos falsos para justificar a cisão/privatização da EDP:

- Dizem que a cisão se destina a «aproximar a administração do cliente» e encerram 139 Agências e Postos de Atendimento prejudicando cerca de 800 mil consumidores e obrigando à transferência de 396 trabalhadores;

- Dizem que querem «acabar com o gigantismo da empresa». Mas a verdade é que, no nosso País, uma empresa única favorece um investimento nacional que não vise meramente o lucro e que satisfaça os legítimos interesses das populações — aliás a nível europeu a EDP é uma empresa de dimensão regional;

- Dizem que é necessário «acabar com o monopólio da EDP». Mas é uma evidência que a electricidade é um monopólio natural, não pode mudar de fornecedor de energia eléctrica como se muda de fornecedor de botijas de gás ou de cerveja.

Para combater esta política e gestão seguidista, que sacrifica os interesses nacionais aos interesses económicos de grupo, a Comissão de Trabalhadores e as Organizações Sindicais constituíram uma Plataforma Comum e em unidade realizaram importantes e muito participadas jornadas de luta de que destacamos:

- Deslocação à Assembleia da República de cerca de 200 activis-

tas para entregarem uma Petição subscrita por cerca de 9000 trabalhadores.

- Greve de 24 horas com concentração junto à Administração da Empresa e desfile até ao Ministério do Emprego, que teve uma participação de mais de 3000 trabalhadores de todo o País.

- Um Tribunal de Opinião.
- Uma Vigília.
- Greve de 48 horas.
- Concentração na Assembleia da República aquando da discussão da Petição.

De realçar que as greves tiveram elevadas percentagens de adesão, atingindo 100% em muitos locais de trabalho.

Para o êxito dessas lutas muito contribuiu a unidade na acção dos trabalhadores e das suas Estruturas Representativas, salientando-se o facto de, pela primeira vez, as greves terem sido convocadas por todos os sindicatos subscritores da Plataforma Comum, que é constituída pela Comissão de Trabalhadores e pelos Sindicato da CGTP, da UGT e dos TSD's.

Tal espírito de unidade e a justeza dos objectivos a atingir levam a que, na Comissão de Trabalhadores, que tem maioria absoluta da Lista e é constituída por elementos do PCP, UDP, PS, PSD e Independentes, todas as decisões contra a cisão da EDP tenham sido tomadas por unanimidade!

Os comunistas, trabalhadores da EDP e o seu Partido — o PCP — apoiaram e defenderam desde a primeira hora a nacionalização do sector eléctrico nacional e a constituição da EDP. Sentimos legítima satisfação por, em conjunto com os trabalhadores e a sua luta, termos dado contributo decisivo para criar a EDP e a obra que realizou ao serviço do Povo e do País.

O PCP opõe-se frontalmente à cisão da EDP e à opção política do governo do PSD de proceder à sua privatização. Pela sua natureza e objectivos continuamos a defender uma EDP única e de capitais exclusivamente públicos tendo, com este objectivo, apresentado um Projecto de Resolução na Assembleia da República sobre a cisão e privatização da EDP, que aguarda agendamento.

A luta dos trabalhadores da EDP não terminou no dia 18 de Agosto. Ela vai prosseguir e intensificar-se, no sentido de garantir os direitos adquiridos, na defesa dos postos de trabalho e dos interesses do País.

**Artur Malheiro,**  
membro do Secretariado da Célula da EDP



## INSPECÇÃO SÓ ACTUA NO HORÁRIO NORMAL

Ao contrário do que afirmou na TVI o presidente do IDICT, a inspecção de trabalho «apenas fiscaliza, quando o faz, durante o horário normal de trabalho», afirma a federação sindical da Construção, Madeiras e Mármore, que acusa aquele responsável de ter mentido ao País «para tentar livrar a cumplicidade do Governo nos acidentes de trabalho». Numa nota de imprensa divulgada dia 20, refere-se uma das reuniões da comissão técnica de acompanhamento da campanha para a melhoria da segurança no trabalho no sector da construção (comissão que é presidida pelo responsável do IDICT e integra representantes dos parceiros sociais), onde, após uma intervenção do representante da federação, «ficou claro que não havia fiscalização após o horário normal de trabalho».

A federação afirma que, depois disto, o presidente do IDICT deve demitir-se desse cargo e do de director daquela campanha.

Depois de analisar as informações recolhidas sobre o acidente na central termoelectrica de Setúbal, a comissão executiva da federação reclamou do Procurador Geral da República a abertura de um processo «para que os responsáveis sejam punidos como homicidas». A federação da Construção anunciou ainda que o sindicato do Porto «já desenvolveu demarches no terreno» para que sejam punidos os culpados do acidente que vitimou três trabalhadores na Areosa. «Os patrões não aceitam recomendações, por isso têm que ser punidos», protesta a federação.

## VIABILIZAR A TOMÉ FETEIRA

Os trabalhadores da Fábrica de Aços Tomé Feteira, de Vieira de Leiria, paralisada desde Janeiro, entregaram, segunda-feira, ao Governador Civil de Leiria um abaixo-assinado exigindo a viabilização da empresa, cuja assembleia definitiva de credores está convocada para hoje. O documento, subscrito por mais de 1300 pessoas, considera que a viabilização da empresa «é determinante em relação ao futuro próximo de Vieira de Leiria, pois da sua produção dependem as fábricas de limas aí instaladas há mais de 140 anos».

## TORRALTA ADIADA

A assembleia de credores definitiva da Torralta, que reuniu, terça-feira à tarde, no Tribunal de Grândola, foi suspensa, retomando os trabalhos no dia 14 de Novembro - noticiou a Lusa. A suspensão da reunião foi decidida pelo próprio tribunal, segundo informou a juíza que acompanha o processo, Amélia Dias, duas horas e meia após ter sido aberta a sessão. Antes deste, houve já três adiamentos sucessivos, a pedido dos representantes do Estado, o maior credor, de quem está dependente a aprovação da proposta de viabilização apresentada pelo administrador judicial.

## REFINARIA DO PORTO

Um recente estudo de uma empresa de consultadoria deu origem a mais uma série de afirmações que ameaçam o futuro da Refinaria do Porto da Petrogal, alertou recentemente a sub-comissão de trabalhadores daquela unidade. Respondendo aos que admitem não ser necessária a produção da refinaria ou afirmam haver excedentes de pessoal, a sub-CT refere que a maior parte do consumo de combustíveis situa-se no Norte do País; o encerramento da Refinaria do Porto seria *ouro sobre azul* para as petrolíferas espanholas; a refinaria tem uma boa localização (e os seus terrenos são por isso cobijados), um elevado grau de eficiência e um adequado investimento (nomeadamente na fábrica de combustíveis) aumentaria significativamente a capacidade de produção, sem aumento de custos e com o mesmo número de trabalhadores.

## AINDA MAIS GRAVE SITUAÇÃO EM ÉVORA

Desde o levantamento feito há um ano pelos sindicatos (por ocasião da «estafeta da solidariedade» da CGTP), a situação social no distrito de Évora tem sofrido um continuado agravamento. A União dos Sindicatos do Distrito, que na semana passada divulgou um pormenorizado balanço dos problemas vividos nos principais sectores e empresas eborenses, afirma que «o Governo e todos os seus serviços desconcentrados são responsáveis pela política que tem sido prosseguida na região alentejana», salientando que «os indicadores que dependem do poder local são hoje, no Alentejo e no distrito de Évora, dos melhores do País».

## PROTECÇÃO NA MATERNIDADE

O alargamento da licença de parto para 14 semanas, no mínimo (mais uma semana e quatro dias que o limite actual) seria uma das principais consequências da transposição para o Direito nacional da directiva da CE sobre a protecção na maternidade. Para a CGTP é «inadmissível» que o Governo de Cavaco Silva, «que apresentou essa directiva como um dos seus grandes *trunfos* na altura em que presidiu à Comunidade, nem sequer respeite o prazo limite para a transposição», que expirou no dia 19. A directiva obriga também à actualização de legislação sobre o contacto das trabalhadoras com substâncias perigosas para a sua segurança e saúde, proíbe o trabalho nocturno durante a gravidez e um determinado período após o parto. «Entretanto, tudo indica que o Governo e o patronato do nosso País querem aproveitar-se da licença de parto para incentivarem o trabalho a tempo parcial» - alerta uma nota do departamento de informação da *Inter*.

# Acidentes de trabalho: nem 181 mortes, nem 862

A CGTP acusa o Governo de insensibilidade e hipocrisia, aponta causas da falta de segurança e exige penalização dos responsáveis.

A Comissão Executiva da CGTP-IN acusou, segunda-feira, o Governo de «insensibilidade, hipocrisia e desprezo pela vida e pelos direitos humanos», particularmente os que dizem respeito a segurança e higiene no trabalho, num comentário acerca do número «chocante» de acidentes registados no País.

Apontando a disparidade entre as estatísticas sobre acidentes de trabalho, em 1993, dos ministérios da Justiça (862 mortes) e do Emprego (181 mortes), o coordenador da CGTP defendeu, em conferência de imprensa, a criação de uma comissão que «estabeleça mecanismos para abordar com frontalidade este assunto» - noticia a agência Lusa. O combate à precariedade no emprego, a evolução legislativa no sentido de «penalizar quem não respeita a vida» e a protecção e reparação de acidentes deverão ser - segundo a Intersindical Nacional - objectivos desta comissão.

Para Carvalho da Silva - acompanhado na conferência de imprensa por Maria do Carmo Tavares e Manuel Lopes -, os números fornecidos pelo Ministério da Justiça (que têm por base os processos judiciais levantados pelos familiares dos trabalhadores acidentados) são os que mais se aproximam da realidade, apesar de ainda pecarem por defeito: em 1993, o MJ registou 15033 acidentes de trabalho, 862 dos quais mortais; 10942 deram origem a uma *desvalorização* das capacidades do trabalhador até 20 por cento.

O Ministério do Emprego registou no mesmo ano 181 mortes, baseando-se no número de comunicações efectuadas pelas seguradoras, contando apenas os falecimentos ocorridos na altura do acidente.

A precariedade no emprego é, para a *Inter*, um dos principais motivos da falta de segurança, uma vez que «pela existência de economia clandestina que leva à falta de vínculos definidos e estáveis, o trabalhador não se encontra em condições de reivindicar».

Em data a definir, a CGTP pretende levar a cabo um dia de luta para assinalar o protesto dos trabalhadores contra a falta de segurança no trabalho.

## 200 mil emigrados

Carvalho da Silva frisou a urgência de resolver os problemas do emprego e da diminuição constante da população activa, a qual atribuiu à emigração - 200 mil pessoas, segundo a CGTP -, considerando que esta escamoteia a dimensão efectiva do desemprego.

A CGTP divulgou uma listagem, ressaltando que é incompleta, de empresas em dificuldades ou com processos de redução de emprego em 1994, bem como dados relativos à evolução do mercado de trabalho em Portugal. Segundo estes números, a população terá diminuído de 9,796 milhões, em 1989, para 9,350 milhões de habitantes, o que «pode estar relacionado com processos de emigração», sustenta a Intersindical. Acrescenta que, entre 1990 e 1993, houve uma diminuição na ordem dos 241 mil empregados, enquanto o desemprego passou a atingir apenas mais 28 mil pessoas.

## CTs em defesa da Constituição

As comissões de trabalhadores estão dispostas a «desenvolver formas de luta, em cooperação com o movimento sindical, designadamente junto da Assembleia da República», «caso não seja suspenso o processo de revisão constitucional e se indicie a concretização das propostas da direita», em particular no que toca às CTs como forma específica de organização dos trabalhadores.

A declaração de «determinação e disponibilidade» para a luta consta da declaração conjunta aprovada no passado dia 20, em Lisboa, no encontro «As CTs - obra dos trabalhadores, direito da democracia», que reuniu 265 representantes de 83 comissões de trabalhadores de empresas onde trabalham 240 mil pessoas.

Naquele documento final, aprovado por unanimidade e aclamação, os membros de coordenadoras, CTs e sub-CTs afirmam que vão «enviar todos os esforços, junto das instituições e dos partidos políticos, para que a Constituição da República não seja descaracterizada, continue a consagrar como parte integrante do regime democrático os direitos dos trabalhadores e mantenha o projecto de sociedade no sentido do progresso, do desenvolvimento e da justiça social ancorado nos ideais de Abril».

Esta iniciativa - convocada pelas coordenadoras das CTs de



Lisboa, do Porto, de Setúbal, de Braga, da Banca, da Indústria Naval, das Comunicações e da Hoechst - tem lugar quando ao movimento das comissões de trabalhadores «estão hoje colocados não só os velhos problemas resultantes duma ofensiva prolongada e profunda por parte dos detentores do capital e do poder político executivo e legislativo, como também perante uma fase nova, carregada de perigos e ameaças já não só contra os seus direitos, mas contra a sua natureza, a sua legitimidade e a sua própria existência», como referiu Jerónimo de Sousa (da coordenadora das CTs da região de Lisboa), na intervenção de abertura, em que acusou o PSD e o CDS de

pretenderem «desferir um golpe mortal nas comissões de trabalhadores, através do processo de revisão constitucional, já que, apesar dum combate desigual nas empresas, não o conseguiram concretizar no terreno».

Enquanto o CDS quer eliminar, pura e simplesmente, todos os direitos das CTs, o PSD propõe-se liquidar os direitos fundamentais das CTs e substituí-las por conselhos de concertação de empresa, que ficariam limitados a gerir ou participar na gestão das obras sociais e a participar (e não intervir) em projectos de reestruturação.

Depois de criticar o PS por ter desencadeado e acelerado «de forma injustificada e inoportuna» um processo de revisão

constitucional «neste quadro tão difícil em que se desenvolve, aprofunda e prolonga uma colossal ofensiva aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores», Jerónimo de Sousa lembrou que o PSD «resolveu dobrar a parada, ameaçando suspender o processo de revisão caso o PS não aceite fazer negócio». «Mas, conhecendo a posição da direita e a falta de posição do PS sobre as comissões de trabalhadores e os seus direitos, não fiquemos na posição de espectadores» - apelou, salientando que os perigos devem ser encarados «não como uma ameaça mortífera, mas como um alerta que nos leve a redobrar esforços para travar com êxito esta batalha».



# Braga ouviu buzirão contra o Governo

Estruturas dos trabalhadores avançam com acções de luta e protesto noutras regiões

O buzirão de protesto contra a ofensiva do Governo e do patronato, promovido na passada sexta-feira em Braga pela União de Sindicatos do distrito (USB/CGTP-IN) mobilizou, segundo a agência Lusa, cerca de duas centenas de trabalhadores de empresas em dificuldades financeiras.

Os manifestantes reuniram-se no Parque da Ponte e desfilaram pelas ruas de Braga tocando gaitas e buzinas num percurso que os levou ao Governo Civil.

O coordenador da USB, Adão Mendes, e representantes dos trabalhadores de sete empresas em processo de falência entregaram ao governador civil de Braga um conjunto de documentos em que denunciam a contínua destruição do aparelho produtivo, a violação de direitos individuais e colectivos, a degradação e desagregação da Segurança Social e a delapidação do património industrial em favor de fortunas privadas.

Os sindicalistas levaram a Ribeiro da Silva o seu protes-

to pelo bloqueamento da contratação colectiva, ataques à dignidade pessoal e profissional dos trabalhadores, falta de protecção e maus tratos aos reformados, pensionistas e idosos e a retirada de direitos aos jovens estudantes e à procura do primeiro emprego.

A delegação da USB solicitou também ao governador civil que interceda junto da Segurança Social para que não seja obstaculizada a viabilização de empresas em que o Ministério do Emprego e Segurança Social é o maior credor.

**Lisboa,  
10 de Novembro**

Integrada na série de acções que as estruturas da CGTP estão a preparar para a segunda semana de Novembro, a União dos Sindicatos de Lisboa anunciou a realização de uma concentração no próximo dia 10, às 16.30, na Rua Augusta, sob a palavra de

ordem «Nova política para uma vida melhor».

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, num comunicado da sua direcção, apela à participação na jornada de dia 10, adiantando que esta incluirá uma deslocação à residência oficial do primeiro-ministro «a fim de lhe mostrar o nosso descontentamento».

Um plenário nacional de dirigentes e delegados sindicais da administração pública, convocado para anteontem no Largo de Camões, em Lisboa, deveria analisar «novas acções de luta», a

levar a cabo, caso o Governo não decida iniciar a negociação da plataforma reivindicativa apresentada pelos sindicatos, que exigem a efectiva revisão intercalar de salários em 1994 e propostas concretas e sérias de aumentos salariais para 1995.

Para ontem, o sindicato da Função Pública da Zona Centro anunciou a realização de plenários e sessões de esclarecimento nos distritos de Coimbra, Aveiro, Guarda, Leiria e Viseu, para «esclarecer e mobilizar os trabalhadores» em defesa das propostas sindicais.

Também ontem a CT da Portugal Telecom promoveu um plenário nacional de trabalhadores, na cantina da Rua Andrade Corvo, em Lisboa. Convocada juntamente com as organizações sindicais mais representativas do pessoal da empresa, a reunião iria analisar o boicote negocial por parte da administração nas negociações do primeiro AE, a tentativa de retirada de direitos, o congelamento de salários, as violações dos acordos de empresa em vigor para os trabalhadores oriundos da Telecom, dos TLP e da TDP (cuja fusão deu origem à PT), e a perspectiva de

privatização dos sectores rentáveis.

As privatizações preconizadas pelo Governo, o bloqueio da negociação colectiva, a defesa dos direitos dos trabalhadores e os problemas do emprego foram analisados ontem na reunião de estruturas representativas do sector empresarial do Estado, convocada pela CGTP-IN, a CIL (coordenadora das CTs da região de Lisboa) e a coordenadora das CTs da Banca. Em debate ia estar, adiantava uma nota de imprensa das organizações promotoras da reunião, a pretensão do Governo de levar as privatizações a áreas de natureza social, alienando as responsabilidades sociais do Estado.

A comissão executiva da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, que reuniu terça-feira na Azambuja, debateu a acção reivindicativa no sector, em particular a pretensão do patronato do sector automóvel de liquidar direitos dos trabalhadores. As medidas a adoptar no imediato deveriam ser analisadas num plenário de representantes do sector, realizado à tarde no mesmo local.



Representantes de trabalhadores do sector da química e farmacêutica concentraram-se no dia 19, no Largo de Camões, em Lisboa. A acção, que teve âmbito nacional e foi promovida pela Fequifa (Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás), destinou-se a protestar pela «dramática» situação económica e social no sector, e a exigir «medidas de emergência que ponham termo à destruição criminosa do aparelho produtivo, ao desemprego brutal e à degradação das condições sociais dos trabalhadores» - refere uma nota da federação. Após a concentração, os sindicalistas deslocaram-se ao Ministério da Indústria e Energia e também à residência oficial do primeiro-ministro

## Em luta

Prossegue a luta dos trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo, que recusam a mísera actualização salarial de dois por cento proposta pela administração, e exigem aumentos de 5,2 por cento, com redução do horário de trabalho. Depois da greve da passada segunda-feira, foi convocado um plenário para 4 de Novembro, cujo objectivo é debater uma proposta de recusa do trabalho extraordinário. Enquanto decorrem plenários sectoriais, novos pré-avisos de greve foram já entregues para os próximos dias 10 e 11 de Novembro.

Na semana passada, a comissão negociadora sindical da RST tentou avistar-se com o ministro Ferreira do Amaral e, depois de falhada esta diligência, entregou na residência oficial do primeiro-ministro um dossier sobre o conflito na empresa, procurando que Cavaco Silva lhe dê a solução que a administração da RST e o ministro dos Transportes recusam.

Com uma adesão que rondou os 80 por cento, no dia 19, e os 100 por cento, no dia 20, estiveram em greve os trabalhadores da Siderurgia Nacional, informou o sindicato dos Metalúrgicos do Porto. Realçando que esta forte adesão se verificou apesar de a administração, nos dias anteriores, ter procurado aliciar trabalhadores «com promessas de promoções e eliminação do seu nome da lista de excedentários», o sindicato denunciou o recurso a empreiteiros para substituir operários em greve - que foi no local confirmado pela inspecção de trabalho.

A luta na SN foi convocada para exigir a suspensão do envio de cartas concedendo «dispensa de comparência nas instalações» aos trabalhadores que a administração quer despedir; parar a destruição da empresa e empreender medidas para a sua modernização e viabilização; e reclamar aumentos salariais, respeito pelos direitos dos trabalhadores e o fim dos despedimentos.

No dia 21, sexta-feira, estiveram em greve os trabalhadores do sector do calçado. Considerando que a adesão global foi «razoável», a Fesete (Federação dos Sindicatos dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles) aponta alguns exemplos de «fortes» índices de paralisação, como as empresas Campeão Português (65%), Campeão Desporto (90%), Guimar (60%), Ara (65%), Ídolo (100%), Brogueira (90%), Elefanta (50%), Andante (90%), Coca (50%), Gefas (40%) e Riker (100%). A greve não abrangeu os distritos de Aveiro e Coimbra, onde os trabalhadores do calçado continuam a recusar-se a fazer mais de 40 horas semanais.

Após a greve, os representantes patronais propuseram aumentos de 9 por cento, para os dois anos de vigência do contrato, ao que os sindicatos contrapõem 13 por cento, uma vez que a inflação nos últimos dois anos ronda os 12 por cento - refere a Fesete, sublinhando que os últimos dados do sector mostram que há condições para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores.

Mais de 350 professores da educação pré-escolar participaram no plenário distrital que teve lugar dia 18, no Porto, e cujas conclusões foram depois entregues ao governador civil do distrito - informou o Sindicato dos Professores do Norte. Os educadores de infância manifestaram-se «indignados e revoltados com o desrespeito e ostracismo a que este Governo tem votado a educação pré-escolar», reafirmando o seu apoio às posições do SPN e da Fenprof na «defesa da educação pré-escolar de qualidade, pública e gratuita».

Anteontem, no Largo de São Paulo, em Lisboa, os trabalhadores da Rodrigues e Quaresma propuseram ir «comer uma tigela de sopa», depois de uma acção de protesto frente ao escritório da administração para exigir o pagamento de retribuições em atraso: 2,5 meses de subsídios de almoço e os subsídios de férias e de Natal desde 1991 - revelou o sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa. Reclamam ainda aumentos de salários dignos e protestam contra a política do Governo, que compromete o futuro das empresas do sector e aumenta o desemprego.

Os trabalhadores de chapelaria realizaram, segunda-feira, um dia de greve como protesto contra a proposta patronal de aumentos salariais de três por cento. José Freitas, do Sindicato dos Têxteis de Aveiro, disse à Lusa que a paralisação está a incidir sobre duas empresas, a Sepsa e a Cortadoria Nacional do Pelo, ambas propriedade do presidente da associação patronal. «Exceptuando-se estas duas empresas, o sector da chapelaria é constituído por unidades de dimensão familiar e por uma outra de maiores dimensões, a Empresa Industrial de Chapela-

ria, com salários já muito acima da média», esclareceu o responsável sindical. A adesão registada nesta greve atingiu, segundo José Freitas, cerca de 95 por cento dos 167 trabalhadores das duas empresas paralisadas, ambas localizadas em S. João da Madeira.

## Na Cimianto valeu a pena

A administração da Cimianto comprometeu-se segunda-feira a processar durante Janeiro de 1995 e a pagar com os salários de Fevereiro, o valor correspondente a 6% das remunerações de cinco meses.

No acordo que permitiu pôr termo à greve naquela empresa de fibrocimentos, a administração e a comissão representativa dos trabalhadores assumem o compromisso de interceder, até dia 2, junto das comissões negociadoras patronal e sindical para que sejam reatadas as negociações de revisão do acordo colectivo de trabalho. Se destas negociações resultar um aumento salarial superior ao acordado na empresa, a administração pagará a diferença; caso o resultado seja inferior, vigorarão na Cimianto os aumentos agora acordados.

Este resultado - que na delegação conjunta de sindicatos de Vila Franca de Xira, tal como entre o pessoal da Cimianto, é considerado uma vitória dos trabalhadores - foi conseguido após vários dias de greve, iniciados a 6 de Outubro (como noticiámos no último número).

No dia 21, os trabalhadores em greve decidiram bloquear a saída de material da fábrica, mantendo-se em piquete durante todo o fim-de-semana, apesar da presença de uma força da GNR, chamada pela administração, que tentou intimidar os grevistas na sexta-feira e durante toda o dia de segunda-feira.



# JCP organiza Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores

O Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas vai realizar-se no próximo dia 10 de Dezembro, em Braga. A decisão foi anunciada no passado fim-de-semana, depois de uma reunião da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa onde foi avaliada a dinamização da Campanha Nacional pelo Emprego, lançada pelos jovens comunistas (ver notícia sobre o assunto). Para promover o Encontro foi entretanto editado esta semana um folheto que, sob o lema «Sem emprego nada feito!», demonstra a realidade nacional no que diz respeito ao emprego juvenil, em contraste com a propaganda governamental e do PSD, numa altura em que se anuncia um novo aumento do desemprego e existem graves notícias sobre problemas de segurança no trabalho.

Numa nota de imprensa distribuída no final da referida reunião, a JCP assinala «positivamente» a não assinatura do Acordo Económico e Social porque «trava os objectivos de restringir os aumentos salariais, de dar mais benesses fiscais ao patronato e de alterar a legislação laboral».

## Ano lectivo desastroso

A Juventude Comunista Portuguesa toma também posição sobre a abertura do ano lectivo e acusa o Governo de «ser responsável pela situação, em alguns casos desastrosa, que hoje se vive nesta área e exige que a ministra da Educação e o primeiro-ministro venham a público admitir que a normalidade que anunciaram, que a escola de sucesso que, com

tanta pompa e circunstância, prometeram, eram uma miragem que só eles fingiram ver, pois conheciam as difíceis condições em que se iniciaria este ano lectivo na generalidade das escolas, já que sabiam o caos que provocaria o despedimento colectivo de cerca de seis mil e 500 auxiliares de educação».

«Na verdade, escolas que encerram, ou por decisão dos concelhos directivos ou pela justa acção dos estudantes, professores por colocar nesta altura do ano ou escolas do Ensino Superior que pedem cheques em branco para obrigar os estudantes a pagar propinas, só são situações de perfeita normalidade para um Governo que aposta na desestabilização social, no agravamento das condições de vida dos portugueses», diz a nota.

## Açores Plano 95 não serve os jovens

A Coordenadora da Juventude Comunista Portuguesa nos Açores emitiu um comunicado onde aprecia a versão «pré-definitiva» do Plano para 95 do Governo Regional, a que teve acesso, onde assinala a retracção no investimento para a Juventude, a evolução negativa do emprego e da formação profissional e uma baixa efectiva no investimento para a educação e ensino já que grande parte das verbas atribuídas são para terminar obras começadas em 94.

Na nota dos jovens comunistas dos Açores, fazem-se duas propostas concretas. No domínio da educação o estabelecimento no Plano 95 de uma verba para garantir uma passagem de ida e volta à ilha de residência a todos os estudantes açorianos que sejam obrigados a transitar de ilha para poderem frequentar o ensino secundário e superior - neste último caso acrescentar-se-iam os estudantes que no Continente frequentam cursos de interesse específico para a Região.

A outra proposta prevê a atribuição de uma verba que permita a aquisição de passes rodoviários bonificados ou gratuitos aos que frequentam cursos de formação técnico-profissional, dado que esses cursos estão concentrados nos estabelecimentos de ensino secundário, os quais são quatro para nove ilhas.

Na apreciação ao Plano 95, avultam as críticas dos jovens

# Vale a pena lutar!

## ESTÃO A DESTRUIR O APARELHO PRODUTIVO!

Há menos emprego!  
Há menos produção!  
O País está mais pobre!

É assim que nos querem obrigar a trabalhar...

A precarização dos vínculos contratuais tornou-se o regime regra das relações de trabalho.

Ao uso e abuso dos contratos a prazo (situação em que o PS, enquanto Governo, tem pesadas responsabilidades), seguiu-se o aparecimento das mais diversas formas de prestação de emprego precário: recibos verdes, à tarefa, à hora, através de

agências, sem contratos escritos, etc. O patronato e o Governo Cavaco/PSD, visam reduzir a capacidade reivindicativa dos trabalhadores, proibí-lhes o exercício de direitos, reduzir os encargos sociais e aumentar os lucros à custa dos trabalhadores!

...mas é assim que queremos emprego!  
- O fim da utilização abusiva do prazo, com o passivo...

Somos os que trabalham mais horas!

42 horas é demais!

Horário Médio Trabalho Semanal  
42h 38,7h 37h

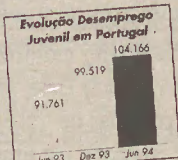
E somos os que menos recebem!

É exploração

Salário Médio Operário/Hora  
1.123.500  
1.414.900  
489.500

Portugal Espanha França (dados de Abril 1993)

Os portugueses ganham 3 a 4 vezes menos do que ganham, em média, os restantes trabalhadores da União Europeia!



Estamos a formar para o desemprego

«Não é verdade que o desemprego só afecta a população com menos formação. Cada vez mais jovens do Ens!

Exigimos mais e melhor emprego

Estamos a recolher...

Finalmente,

na referida reunião, a JCP avaliou a actividade da organização nos próximos meses, destacando a realização por todo o país de Encontros Distritais e Assembleias de Organização e a VII Conferência Nacional do Ensino Superior, a realizar em 17 e 18 de Dezembro.

denúncia da falta de vontade do Governo de ouvir essas organizações «num momento em que está na ordem do dia a discussão do Orçamento de Estado e, neste contexto, das verbas destinadas à área da juventude».

1995, onde a JCP assinala a continuação da política seguida em anos anteriores de «não dar mostra de se pretender atalhar firmemente os problemas juvenis».

Os jovens comunistas decidiram também apresentar propostas que dizem respeito às verbas necessárias para o cumprimento da Lei das Associações de Estudantes e ao reforço do apoio ao associativismo juvenil «em detrimento dos gastos em actividade do aparelho de Estado para esta área».

A «total ausência de funcionamento, há mais de um ano, do Conselho Consultivo da Juventude - órgão criado pelo Governo para consulta das organizações juvenis - e o facto de ter reunido apenas duas vezes em dois anos, levaram os jovens comunistas a decidir promover uma série de contactos com as organizações juvenis, para discutir a situação e programar iniciativas de

Entendeu assim a JCP manifestar a sua solidariedade a todos os estudantes que se opõem a esta política, «sob as mais variadas formas de luta», apelando a todos os jovens para que contribuam para a sua alteração.

## Aumentar subsídio de inserção na vida activa

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa decidiu apresentar, através do Grupo Parlamentar do PCP, uma proposta de aumento do montante e de número de beneficiários do subsídio de inserção de jovens na vida activa.

A decisão resulta de uma primeira avaliação à proposta de Orçamento de Estado para

## Voto pelo emprego contra esta política

«Sem emprego nada feito!» é o lema da Campanha para que a Juventude Comunista Portuguesa lançou, a semana passada, em iniciativa junto à empresa Indelma/Siemens onde foram recolhidos entre os trabalhadores cerca de duas centenas de «votos pelo emprego» que se juntarão a outros a recolher ao longo desta campanha para posterior entrega ao ministro da tutela.

Os jovens comunistas pretendem também alertar para o agravamento das situações de desprotecção social. Dos 386 mil 628 desempregados inscritos em Agosto só cerca de metade recebiam algum apoio. No 1º emprego a situação é ainda mais grave. Dos 51 212 inscritos à procura do 1º emprego só 113 recebiam subsídio de inserção na vida activa.

A este propósito, e integrado nesta campanha a JCP, através do Grupo Parlamentar do PCP, fez um requerimento ao Governo sobre as medidas que o Governo está a tomar para a divulgação deste benefício social. Sobre esta matéria, apresentará ainda nova iniciativa legislativa.

Uma área a que a JCP dará, igualmente, atenção nesta campanha será a das Escolas Profissionais e da Formação Profissional. Este sector, que hoje vive uma situação financeira gravíssima, havendo escolas que não recebem as verbas devi-

das pelo Estado há vários meses, mereceu também do Grupo Parlamentar do PCP um requerimento ao Governo.

Desde logo a empresa onde a JCP decidiu lançar a campanha é um significativo exemplo do que fez, ao tecido produtivo português, a política do Governo PSD/Cavaco Silva.

A INDELMA/SIEMENS, empresa do ramo das cabelagens eléctricas, tem mais de 2000 trabalhadores sendo cerca de 30% contratados a prazo e havendo um número cada vez maior de trabalhadores por conta de subempreiteiros.

A empresa, após ter recebido dinheiro da Comunidade Europeia e do Estado português para a criação de postos de trabalho tentou um processo de despedimento colectivo, apenas travado pela luta dos trabalhadores e dos seus representantes sindicais.

Existem centenas de trabalhadores classificados abaixo da sua categoria profissional, nomeadamente operadoras de máquinas, estando a correr processos em Tribunal sobre a matéria.

Os trabalhadores do 2º turno trabalham 6 horas e meia por dia, por decisão da empresa, só ganhando o correspondente a essas horas e, finalmente, os trabalhadores-estudantes quase sempre têm dificuldades em obter o estatuto de trabalhador-estudante.



# Carlos Carvalhas lança repto a Cavaco Silva Se está tão certo da sua popularidade, por que é que não se demite e dá a palavra ao povo?



"Se está tão certo que os portugueses estão do seu lado, então, demita-se e provoque eleições antecipadas. Aí poderá medir a sua real popularidade." Nestes termos se pronunciou o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas - num desafio directo a Cavaco Silva -, a propósito do alegado apoio popular que o Governo diz ter para a execução da sua política.

Questão substantiva que emergiu no decorrer do debate da moção de censura ao Governo subscrita pelo CDS, para além de confirmar a asserção de que o Executivo tem absoluto receio de se pôr à prova em eleições antecipadas e dar a palavra ao povo - como insistentemente o PCP tem vindo a chamar a atenção -, esta posição da bancada comunista teve simultaneamente o mérito de introduzir um elemento susceptível de obrigar a clarificar a breve trecho o posicionamento de outras forças políticas, especialmente o PS, relativamente a uma questão capital: a da manutenção de um Governo que tudo sacrifica ao objectivo desesperado de garantir a sua própria sobrevivência.

## Manobras de diversão

Daí que tenham ganho renovada importância as acusações

dirigidas pelo líder comunista a um Governo que, em sua opinião, se refugia em "manobras de diversão" com vista a tentar desviar as atenções e alijar responsabilidades em todas as matérias que têm estado na origem do amplo movimento de descontentamento e protesto popular.

Exemplificando, numa alusão directa aos responsáveis pelos protestos na Ponte 25 de Abril e em muitos outros locais, sectores e ramos de actividade, Carlos Carvalhas deixou a interrogação: "Foram os trabalhadores? Os utentes da Ponte 25 de Abril? Ou aqueles que definem políticas contrárias aos interesses do País e das pessoas?"

Mas a moção de censura apresentada pelo CDS - independentemente das reservas políticas expressas pelo PCP, quer quanto à sua oportunidade, quer quanto aos reais objectivos visados -, acabou por ter o mérito de voltar a pôr em evidência a inadequa-

ção e a natureza nefasta das políticas prosseguidas pelo Governo e a incapacidade deste para responder aos problemas do País.

## Libelo acusatório

Contrariamente às afirmações de Cavaco Silva, que não descurtinou nesta iniciativa nada mais do que um "campeonato pela liderança da oposição" e para quem o debate não passou de "uma enorme perda de tempo para o País e para os portugueses", a verdade é que os dois dias de debate se constituíram num verdadeiro libelo acusatório contra a política governamental do PSD, trazendo uma vez mais para primeiro plano a necessidade e conveniência de dar ao povo a oportunidade de se pronunciar em eleições.

Assim o demonstrou, por exemplo, o presidente da formação comunista, Octávio Teixeira, ao assinalar em tom muito duro que o Governo do PSD e o Primeiro-Ministro Cavaco Silva "são os responsáveis pela crise económica em que o País mergulhou e de que não consegue sair, pela desindustrialização e desertificação agrícola que alastram, pela degradação incessante da

situação e da exclusão sociais, pela dependência submissa das directrizes de Bruxelas, pela acentuada degradação da democracia, pela falta de transparência da vida política, pela crescente desprotecção dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, pela policiação do regime, pela governamentalização das instituições, pelo alastrar impune do clientelismo e da corrupção".

Também o líder parlamentar do PS, por seu lado, entendeu "chumbar" o Governo "com três

notas negativas", pelo que considerou ser uma "reforma política falhada", uma "modernização económica congelada" e uma "desigualdade social agravada".

Acusando Cavaco Silva de ter adoptado "uma táctica de salvação" e de criar "mais problemas do que soluções", Jaime Gama lembrou que os governos, nestas circunstâncias, "podem até tomar-se perigosos" e deixarem "cair-se na tentação de legislar ao arpejo dos princípios democráticos essenciais", como foi o caso, citou, da lei dos sistemas de informações.

Justificando a sua moção de censura, o CDS, por seu turno, pela voz de Nogueira de Brito, adiantou que o Governo "está a transformar-se no principal factor de instabilidade da vida nacional", crítica que tornou extensiva ao facto de, em sua opinião, "não defender os interesses do País", nomeadamente no "contexto europeu", "não cumprir o seu programa" nem as suas promessas, falhar as suas previsões, não definir "uma estratégia clara" para o desenvolvimento.

## Censura popular ecoia no Parlamento

No rescaldo do debate da moção de censura ao Governo, sendo certo que se confirmaram todas as reservas e objecções políticas desde a primeira hora levantadas pelo PCP quanto à oportunidade da iniciativa e aos reais objectivos visados - que levaram inclusive a bancada comunista a afirmar que se fossem estas as questões em causa o seu voto seria inequivocamente contra -, não é menos verdade que do saldo dos dois dias de discussão ressalta com clareza a existência de múltiplos e variados motivos que amplamente justificam uma vigorosa censura ao Governo, como é aquela que, no fundo, tem vindo a ser protagonizada pelo protesto popular.

Esse foi, de resto, o entendimento da bancada comunista ao deixar claro que o seu sentido de voto não significou qualquer acordo com as razões, os argumentos ou as propostas aduzidas pelo CDS, antes representou, ao contrário, institucional e politicamente, como sublinhou Octávio Teixeira, um voto de censura ao Governo do PSD, às suas orientações e práticas políticas.

Ao adoptar esta posição, invocando as suas próprias razões, o Grupo Parlamentar comunista deixou claro que, para si, o que está em causa é a censura institucional ao Governo, "não na tentativa de travar a censura popular - como fez questão de salientar o líder da formação comunista - mas antes para a complementar e potenciar".

E em abono desta tese não faltaram argumentos à formação comunista. Desde logo, recordados por Octávio Teixeira, são os efeitos negativos sobre a economia resultantes da actual política, os quais, em sua opinião não deixam lugar a dúvidas: "O crescimento económico estagnou e acentuou-se a divergência real com os restantes países comunitários".

Neste capítulo, fundamentando o seu ponto de vista, assinou o facto de a evolução do PIB

ter sido inferior à da média comunitária, acrescentando, noutra plano, o decréscimo da participação dos salários no Rendimento Nacional, bem como a falta de sinais claros quanto à retoma económica, seja no domínio do investimento, seja no do consumo privado, seja ainda quanto às produções agrícola e industrial.

À atenção de Octávio Teixeira não escapou igualmente o modo como o Primeiro-Ministro, fugindo ao confronto da realidade económica e à verdade dos números, se desdobrou em referências à evolução da inflação. Com tal exagero e "com tal força de diversão, que é como se tudo o resto - o desemprego, a exclusão social ou a destruição do aparelho produtivo, por exemplo - pura e simplesmente não existisse", ironizou o presidente da bancada comunista.

Não menos duras foram as críticas dirigidas ao Governo pela sua acção no domínio da política social e laboral. Lembrou a este respeito foi o agravamento das desigualdades sociais, em resultado do aumento da precarização do emprego e do acréscimo do número de desempregados. "A precarização que o Governo e toda a direita apelidam de flexibilização e que sus-

tentava a base do falhado acordo de concertação social provoca no plano social as mais gritantes desigualdades", sublinhou o deputado comunista, antes de concluir que o Executivo "desvaloriza o trabalho, dá-lhe a dimensão de uma mera mercadoria a ser paga pelo que produz e abaixo do valor que produz, sem mais qualquer compensação, segurança ou estabilidade".

Desigualdades sociais, para completar o quadro negro que traçou da governação, encontrou-as ainda Octávio Teixeira no campo da educação e do ensino, onde, referiu, se nega "cada vez mais o acesso à educação e ao sucesso escolar aos filhos dos trabalhadores", bem como no domínio da saúde, sector onde o Governo encara as "instituições públicas como empresas a rentabilizar, os sectores e serviços potencialmente lucrativos como áreas a privatizar e os cidadãos como clientes a pagar".

Motivo de censura, para a formação comunista, foi também aquilo que Octávio Teixeira considerou como a acção do Governo "de degradação da democracia", matéria relativamente à qual citou abundantes exemplos, como sejam, as limitações aos direitos fundamentais, a crescente policiação da vida nacional, a ofensiva contra a liberdade de imprensa, as limitações aos direitos fundamentais dos trabalhadores, a instigação a sentimentos racistas e xenófobos, o autoritarismo e o esvaziamento dos mecanismos de participação popular e cívica, a governamentalização das instituições e as tentativas de controlo e domínio das magistraturas, a "ocupação sistemática do aparelho do Estado por pessoal do PSD e com base em critérios exclusivamente partidários, onde assentam raízes o favoritismo, o clientelismo e a corrupção".



## Depois de privatização da RN Supressão de carreiras isola populações

A supressão de horários e carreiras rodoviárias que tem vindo a ser executada pela empresa Belos Transportes está a suscitar uma onda de indignação no seio das populações afectadas e levou já a bancada comunista, em requerimento subscrito pelo seu deputado Lino de Carvalho, a reclamar junto do Governo medidas que reponham a situação anterior.

Em causa está, concretamente, uma política de gestão que não tem em conta a natureza social dos transportes públicos - sobretudo quando se trata de populações sem alternativa de deslocação -, o que é sem dúvida o caso da orientação imprimida à referida empresa de transportes, desde que tomou conta da Rodoviária do Alentejo, na sequência do processo de privatização.

O exemplo mais recente desta política, entretanto, é o da povoação de S. Bartolomeu do Outei-

ro, no concelho de Portel, que, depois de 23 anos de ser servida por uma carreira que a ligava à cidade de Évora, viu-se de um momento para o outro, no início do corrente mês de Outubro, privada dessa ligação, ficando a população isolada, sem condições de deslocação a não ser através do aluquer de um carro de praça.

"É inaceitável que o Estado não garanta o direito de deslocação previsto no artigo 44º da Constituição, fazendo prevalecer os interesses privados de quem gere os transportes públicos e fazendo regredir em dezenas de anos as condições de vida das populações afectadas", salienta, indignado, Lino de Carvalho, no texto do requerimento, antes de indagar sobre as medidas que o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações pensa adoptar no sentido de pôr termo a esta insólita situação.



# CNES do PCP toma posição É preciso debater acesso ao Ensino Superior

A Comissão Nacional do Ensino Superior (CNES) do Partido Comunista Português divulgou segunda-feira uma nota, que a seguir divulgamos na íntegra, sobre a colocação de candidatos ao Ensino Superior Público, onde toma posição sobre a matéria

Está a decorrer o concurso geral de acesso ao ensino superior público. A importância desta matéria para a formação cultural e profissional dos jovens e para a qualificação da força de trabalho, de que depende o futuro do país, exige reflexão sobre os dados já conhecidos sobre o andamento deste concurso.

Em primeiro lugar, é de recordar a profunda discrepância entre as médias obtidas pela generalidade dos candidatos no curso secundário e aquelas que vieram a obter nas provas de aferição (cuja organização é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação) e, ainda mais, nas provas específicas. O desajustamento entre as matérias dadas no ensino secundário e as matérias que essas provas abrangem, toda a deficiente articulação entre ensino secundário e ensino superior encontram-se aqui dramaticamente ilustradas, e o Ministério da Educação não

pode obviamente deixar de ser responsabilizado por esta situação.

Em segundo lugar, a oferta de ensino público, constrangido pelo regime de numerus clausus, cresceu apenas 4,6% face ao ano passado, enquanto a procura cresceu 14,8%. Em números absolutos isso significa que para 66 mil 464 candi-

dos jovens candidatos se agravou: enquanto em 1993, 53% foram colocados e, destes, 53% na sua primeira opção, em 1994, só 48% foram colocados e, destes, só 51% na sua primeira opção.

Acresce que, não obstante aumentarem em valor absoluto e relativo os excluídos do ensino público, as classificações dos candidatos colocados é em geral baixa e continua a descer em certos cursos.

A inadequação do regime de acesso vigente é de tal modo notória e tão extensivo o mal-estar que gera, que entre a 1ª e a 2ª fase do corrente concurso



dados que, embora colocados na 1ª fase, não o tenham sido na sua primeira opção. Quer dizer que o Regulamento publicado em Abril é rectificado em Setembro, alterando as regras em pleno concurso, certamente tentando minorar a sua injustiça mas, ao mesmo tempo, reduzindo ainda mais a sua equidade, por força das contingências geradas pela precipitação da medida (pares estabelecimento/curso efectivamente postos a concurso na 2ª fase e conhecimento em tempo útil por parte dos candidatos colocados na 1ª fase mas não em 1ª opção).

O quadro descrito ilustra bem o prosseguimento da política do Governo em relação ao ensino superior que o PCP tem repetidas vezes criticado. O

Governo do PSD não cumpre com a obrigação constitucional de "criar a rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" proporcionando assim o acesso ao ensino público a quantos pretendam frequentá-lo e tenham habilitação escolar para isso. Impede o crescimento do ensino público com o sistema de numerus clausus. E continua assim a empurrar os estudantes para o ensino superior privado, impondo na prática a sua frequência a dezenas de milhar de jovens, em termos de acrescidos encargos para os jovens estudantes ou suas famílias e de muito menores garantias de qualidade de ensino ministrado (para além de numerosos cur-

sos não serem oferecidos pelo ensino privado em resultado das exigências técnicas e financeiras para a sua instalação).

O regime de acesso ao ensino superior necessita de ser urgentemente alterado e adequado às necessidades do país, às aspirações e opções dos jovens e à realidade do sistema de ensino e lançado um debate nacional com esse objectivo.

A Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP assume como medida fundamental a concretização de um programa de rápida expansão do ensino superior público e a eliminação do sistema de numerus clausus no acesso ao ensino público. E como consta do projecto de lei nº 7/VI que o PCP apresentou na Assembleia da República, propõe a supressão de provas de avaliação repetidas sobre a mesma matéria, articulação mais estreita entre os ensinos secundário e superior quanto a conteúdos curriculares e formas de avaliação, igualdade de oportunidades e diversidade de opções independentemente de factores sociais ou regionais, bem como a disponibilidade de apoios pedagógicos que promovam a orientação vocacional e o sucesso educativo.

**O regime de acesso ao ensino superior necessita de ser urgentemente alterado e adequado às necessidades do país, às aspirações e opções dos jovens e à realidade do sistema de ensino**

dados no presente ano lectivo há apenas 32 mil 289 vagas (tendo sido preenchidas 31 mil 891 na 1ª fase do concurso). Quer dizer que a insatisfação

de acesso o Ministério da Educação mandou publicar a Portaria nº 875/94 de 29 de Setembro para proporcionar a candidatura à 2ª fase àqueles candi-

## Portugueses agredidos na Alemanha

### Deputado comunista pergunta por acção de Governo português

O deputado comunista Paulo Trindade entregou na Assembleia da República um requerimento dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros onde se pergunta quais as razões que levam o Governo português a não responsabilizar publicamente o Estado alemão pelos acontecimentos de racismo e xenofobia que naquele país se exerceram recentemente sobre cidadãos portugueses e solicitando a informação se na próxima reunião da Comissão Mista Luso-alemã, prevista para este ano, esse assunto fará parte da agenda de trabalhos.

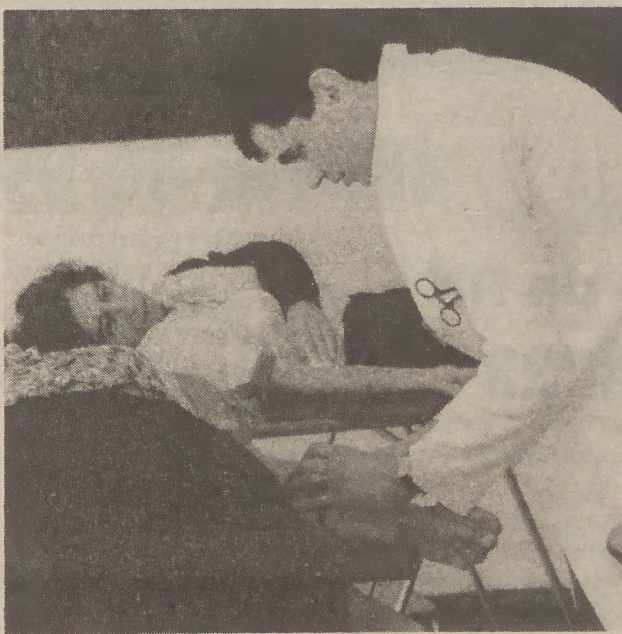
Na apresentação deste requerimento, recordam-se as agressões de grupos neonazis que vitimaram, a semana passada, várias dezenas de emigrantes portugueses, facto que veio juntar-se a outras agressões e intimidações já perpetradas este ano.

Já em 26 de Março, o Grupo parlamentar do PCP, através do deputado Miguel Urbano Rodrigues, aquando da tentativa de agressão a um outro grupo de trabalhadores portugueses na Alemanha, teve ocasião de salientar a gravidade da situação e exigir uma postura firme por parte do Governo português.

«O sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas respondeu na altura que tais acontecimentos não deveriam ser vistos como "uma vaga generalizada de violência" dirigida à comunidade portuguesa, contentando-se com a leitura do relatório circunstancial fornecido pela polícia alemã», lê-se no texto do requerimento.

«Facto é que aquela não fora a primeira vez que os portugueses eram ameaçados. Desta vez concretizaram as ameaças e vários compatriotas nosso tiveram de receber tratamento hospitalar», afirma o deputado comunista que considera «inadmissível que o Governo português se limite, através da nossa Embaixada na Alemanha, a solicitar "informações detalhadas" sobre os acontecimentos».

## Grupo de Dadores de Sangue Soeiro Pereira Gomes



Aproximadamente 100 litros de sangue doado em seis colheitas efectuadas pelo Instituto Português do Sangue num período de dois anos e meio é o balanço efectuado após a última colheita, realizada recentemente, entre os 90 dadores que constituem o Grupo de Dadores de Sangue «Soeiro Pereira Gomes».

O grupo, formado em 25 de Junho de 1992, é composto por funcionários do Partido Comunista Português que trabalham na sede nacional do Partido e da sua contribuição resultaram 246 unidades de sangue obtidas no local a que faltam acrescentar as diversas doações directas no Instituto realizadas por alguns dadores desse Grupo.

Um simpático e simples acto de solidariedade realizado por estes comunistas que aqui se regista.

## Sargentos Praesidium da EUROMIL em Lisboa foi um sucesso

A Associação Nacional de Sargentos, em reunião realizada a semana passada, decidiu pedir audiências a várias entidades e organizações para dar a conhecer os temas debatidos no Praesidium da EUROMIL - a organização europeia das associações de militares - realizado em Lisboa nos dias 8 e 9 do corrente mês, bem como a realidade do associativismo militar na Europa.

A ANS congratulou-se com a forma como decorreu o Praesidium e destaca a presença nessa reunião de representantes oficiais dos Chefes de Estado-Maior da Armada e do Exército.

«A ANS lamenta apenas que o deputado da AR, Pedro Campilho, e membro da Comissão Parlamentar de Defesa, tenha tido uma infeliz intervenção, ao propósito do Praesidium, na Antena 1», diz-se em nota distribuída à imprensa.

Pedro Campilho, segundo a ANS, afirmou «que as associações de militares em Portugal são proibidas por lei, o que, por si só, a existência da nossa Associação desmente».

Por outro lado, Pedro Campilho terá tentado minimizar esta realização da EUROMIL em Portugal, afirmando «que apenas em alguns países da Europa existe associativismo militar, dando como exemplos a Dinamarca e a Holanda».

«Curiosamente, teve o lapso de não referir a Alemanha, país que ninguém põe em causa quanto a operacionalidade, organização e eficiência das suas Forças Armadas e que tem uma associação de militares de todas as patentes, constituída por cerca de 250 mil membros, a qual esteve presente no Praesidium da EUROMIL e dela é membro, localizando-se a sua sede, precisamente, em Bona, Alemanha», lê-se na nota distribuída à comunicação social.



# Orçamento comunitário em debate no PE

O Combate ao desemprego deveria constituir uma prioridade no orçamento comunitário de 1995, defenderam os eurodeputados comunistas no Parlamento, cujo plenário, a decorrer em Estrasburgo, apreciou em primeira leitura o projecto de orçamento do Conselho. À semelhança de anos anteriores, o deputado Joaquim Miranda tem vindo a participar activamente nos debates efectuados na Comissão dos Orçamentos do PE e interveio esta semana no debate em plenário em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia. A propósito desta importante matéria, os deputados do PCP no PE divulgaram um documento chamando a atenção para alguns aspectos que merecem particular atenção e que a seguir se transcreve.

## Conflito com a Itália

Não é minimamente aceitável, tal como decorre do projecto de orçamento do Conselho, que — por decorrência de um conflito com o governo italiano acerca das quotas leiteiras — se aponte para um montante global orçamentado que representa 1,20% do PIB comunitário, quando em Edimburgo havia sido fixado um valor de 1,21% do mesmo PIB. Decréscimo que em termos absolutos se traduz numa diminuição das receitas e, consequentemente, das despesas em cerca de 600 Mecu.

É acertado — e indispensável — que o PE adopte uma estratégia que force o Conselho a regressar aos valores acordados em Edimburgo e igualmente adoptados no âmbito do Acordo Interinstitucional; como é acertado que o faça em prejuízo da «margem de manobra» de que dispõe por força dos Tratados.

O «corte» no Orçamento, pelo PE, num montante igual ao que foi diminuído pelo Conselho e em rubricas que inevitavelmente este terá de preencher, como forma de retomar a evolução orçamental decidida em Edimburgo, pode constituir uma via adequada para aquele efeito.

Entende-se, entretanto, que tais «cortes» deverão ser explicitamente dirigidos ao Estado/governo em falta ou, no máximo, também àqueles que o apoiem ou venham a apoiar. E considera-se que as rubricas a afectar deveriam ser, prioritariamente, as que mais utilizadas são pelo mesmo Estado/governo.

Assim, merece enorme apreensão o facto de a comissão dos orçamentos ter eleito a rubrica dos fundos estruturais como a que deverá ser «cortada» (menos 485,375 Mecu, em pagamentos); e é de todo inaceitável que tal «corte» não seja — como não é, tal como resulta da votação na comissão dos orçamentos — inequivocamente endereçado à Itália.

Os deputados do PCP estão ainda a desenvolver todos esforços com vista a que na última reunião da comissão dos orçamentos, a efectuar na próxima segunda-feira, ou em última instância na votação a efectuar no plenário, as suas posições tenham acolhimento.

## Revisão e alargamento

Os deputados do PCP consideram que um alargamento da União implicará inevitavelmente uma revisão das perspectivas comunitárias, adequando-se

aquela, dessa forma e do ponto de vista financeiro e orçamental, a uma nova realidade. De resto, tendo lugar um alargamento, igual e obrigatoriamente terá de ser aprovado um orçamento suplementar.

Consideram, entretanto, que não só os trabalhos preparatórios dum tal revisão não podem deixar de ter em conta a imprevisibilidade dos resultados dos referendos a efectuar na Suécia e na Noruega, como não devem, particularmente e muito menos, constituir-se em instrumento orientado para pressionar a opinião pública e influenciar os resultados de tais actos.

## Revisão das perspectivas

A comissão dos orçamentos do PE, tendo em conta que um alargamento implica uma revisão das perspectivas financeiras, entendeu dever ser de suscitar e resolver algumas questões, nessa oportunidade, apesar de não relacionadas, directa ou indirectamente, com um tal alargamento. E fá-lo partindo do seguinte princípio: tratando-se de questões novas, elas deverão encontrar uma solução orçamental que não colida com situações anteriores.

Se, em si mesma, esta orientação não suscita grandes objecções, ou tanto não se poderá dizer de alguns dos objectivos visados ou das soluções encontradas.

## Política Externa e Segurança Comum

Sem prejuízo de entenderem ser indispensável garantir um total rigor e uma efectiva transparência orçamental, os deputados do PCP consideram, entretanto, que não são esses, predominantemente, os objectivos que se perseguem quando a comissão dos orçamentos do PE propõe uma reserva de 100 Mecu (na categoria 4 e, portanto, para despesas operacionais) para a Política Externa e de Segurança Comum.

Com tal inscrição, a efectuar na sequência da referida revisão das perspectivas financeiras, o que se pretende, efectivamente, é sublinhar uma «preferência pelo financiamento de acções comuns no domínio da PESC a cargo do orçamento da UE» (conforme consta do relatório Willochx sobre o financiamento da PESC) e não já, como resulta dos próprios Tratados, essencialmente a cargo dos

orçamentos nacionais. Visando-se, assim e a prazo, dar corpo a um objectivo político central: retirar a PESC do domínio inter-governamental, transferindo-o para o foro comunitário; escancarando portas que só ficaram entreabertas em Maastricht e têm uma forte oposição de Estados-membros e suas opiniões públicas.

Os deputados do PCP, obviamente, opõem-se a tais objectivos.

## O caso particular dos têxteis portugueses

— Um montante de 80 Mecu (cerca de 15,2 milhões de contos), em autorizações e um outro de 40 Mecu (7,6 milhões de contos), em pagamentos, foram inscritos pela comissão dos orçamentos, no orçamento de 1975, na categoria 3 (B5-420), sob reserva da revisão das perspectivas financeiras, com destino a um «Programa para a Indústria Têxtil em Portugal».

Estas inscrições surgem na sequência de outras já efectuadas, com o mesmo objectivo, quando da recente adopção do Orçamento rectificativo, e suplementar n.º 2, para 1994, então nos montantes de 2 Mecu (cerca de 380 mil contos) e 0,8 Mecu (cerca de 152 mil contos), respectivamente para autorizações e pagamentos.

— Trata-se, espera-se, do culminar de um tortuoso processo

provocado pela assinatura dos acordos do GATT.

— Os deputados do PCP consideram oportuno, a este propósito, lembrar o seguinte:

— Sendo insuficientes tais verbas para fazer fase às indências negativas decorrentes dos acordos do GATT, importava — até por essa razão — garantir a sua transferência, e em tempo oportuno, para o país;

— O governo não acautelou devidamente os interesses portugueses. Quer pela insuficiência das verbas que aceitou como contrapartida. Quer ainda pela aceitação da inscrição indevida das mesmas na categoria 2 do orçamento comunitário («iniciativas comunitárias»); os factos demonstraram, de forma incontestável, a razoabilidade desta crítica que sempre formulámos.

— A correcta inscrição destas verbas era desejável e inevitável e sempre sublinhámos que tal correcção, a ocorrer, deveria acontecer no contexto do um processo orçamental; porém, e sublinhámo-lo igualmente, uma tal inscrição na categoria 3 do orçamento em caso algum deveria pôr em causa quer o essencial do programa — nomeadamente a sua especificidade para Portugal — quer a transferência para o país, em tempo oportuno, das respectivas verbas.

O facto de não existirem tais garantias em Maio passado

levou-nos a assumir, nessa altura, uma clara posição de rejeição de propostas que considerámos porem em causa os interesses da nossa indústria têxtil.

— Consideram os deputados do PCP no PE que no estado actual deste dossier — em que muito do que têm defendido tem tido acolhimento — uma particular dificuldade subsiste e que merece especial atenção: o facto de a inscrição, tal como aprovada pela comissão dos orçamentos, estar condicionada à revisão das perspectivas financeiras.

Ao que parece, a inscrição do programa na categoria 3, na revisão orçamental de 94, terá já merecido aceitação do Conselho (ou pelo menos da respectiva presidência). Tal poderá constituir, a confirmar-se, um bom prenúncio.

No entanto, importa agora que o governo assegure, ao nível do Conselho, no processo de segunda leitura do orçamento para 1995, quer a inscrição da rubrica específica para os têxteis portugueses, quer particularmente a celeridade no processo de transferência das verbas respectivas.

## Combate ao desemprego

Os deputados do PCP no PE entendem que o combate ao desemprego deveria constituir

uma prioridade no orçamento de 1995. A situação exige-o. E também porque não subscrevem a concepção segundo a qual esse combate deverá constituir uma exclusiva incumbência dos Estados-membros.

A inscrição de uma reserva global para o emprego, com 30 Mecu em autorizações e 15 Mecu em pagamentos, para mais condicionada à revisão das perspectivas financeiras e ainda contextualizada no Livro Branco, não constitui, obviamente, a resposta que o dramatismo da situação actual reclama, nem contribuirá sequer para os modestos objectivos do Livro Branco.

## Cuba e África do Sul

Os deputados do PCP no PE sublinham, finalmente e com satisfação, o significado político positivo que assume a proposta e a aceitação pela comissão dos orçamentos da inscrição de duas novas linhas orçamentais respeitantes a Cuba: uma relacionada com o apoio a organizações não governamentais; outra orientada para a promoção do investimento da Comunidade em empresas que aí operam.

Igualmente se sublinha com apreço a proposta de substancial reforço das verbas a destinar à África do Sul, com vista a fazer face aos enormes problemas que o país enfrenta, sequelas profundas do *apartheid*.

## ACIDENTES DE TRABALHO

As prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis constam de uma directiva comunitária aprovada em meados de 1992. Portugal, como Estado-membro, tinha a obrigação de pôr «em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias» para dar cumprimento à referida directiva, «o mais tardar em 31 de Dezembro de 1993», segundo consta do respectivo artigo 14º. Apesar da directiva ter sido assinada pelo primeiro-ministro português, então presidente do Conselho Europeu em exercício, o disposto na directiva não foi cumprido. Posto isto, e sendo Portugal um dos Estados-membros de maior sinistralidade no trabalho, com dimensões por vezes dramáticas — como recentemente se comprovou em Setúbal, num acidente que vitimou sete trabalhadores da construção civil — cabe perguntar de quem é a responsabilidade. Foi justamente o que fez o deputado comunista Sérgio Ribeiro, em pergunta escrita à Comissão. Será que este organismo comunitário «não partilha a responsabilidade do Estado-membro pelos acidentes ocorridos por não ter promovido o cumprimento desse artigo 14º da directiva?»

Lembra-se que as directivas comunitárias têm carácter obrigatório.

## LIVRE CIRCULAÇÃO E TAXAS DE RESIDENCIA

À espera de resposta estão outras duas perguntas feitas à Comissão, respectivamente sobre a livre circulação de trabalhadores na Comunidade e as taxas de residência impostas pela Holanda.

No primeiro caso, estão em causa as discriminações ainda existentes em relação a cidadãos de um Estado-membro a residir ou trabalhar noutro Estado comunitário. Ao abrigo da livre circulação, proliferam os casos de falsos contratos, baixos salários, extensos horários de trabalho, condições de vida e de trabalho degradadas sem direito à segurança social, ao mesmo tempo que são drasticamente reduzidos ou anulados os apoios às associações que visam organizar e ajudar esses cidadãos. A questão que se coloca — e uma vez que esses cidadãos já não estão hoje representados no Fórum dos Migrantes — é de saber que medidas se pensa tomar para acompanhar o desenvolvimento das referidas situações que impedem a concretização efectiva da livre circulação de pessoas na chamada construção do mercado interno.

No segundo caso, o problema reside nas novas taxas de 50 e 500 florins criadas pelo governo da Holanda, respectivamente para os cartões de residência e/ou de fixação. Essas taxas aplicam-se indiscriminadamente a cidadãos dos Estados-membros e de países terceiros, o que contraria uma directiva comunitária segundo a qual os

documentos de residência concedidos aos nacionais de um Estado-membro são emitidos e renovados gratuitamente ou mediante pagamento de uma quantia não superior aos direitos e taxas exigidos aos nacionais para a emissão dos bilhetes de identidade.

Ou o governo holandês anda esquecido, ou está deliberadamente a violar a referida directiva. Cabe à Comissão investigar.

## RIOS E FUNDO

A Comissão Europeia acaba de aprovar o financiamento, através do Fundo de Coesão, de um conjunto de projectos relativos a bacias de rios em Espanha, num total de 11 milhões de Ecu, decerto no quadro do Plano Nacional Hidrológico de Espanha.

Entre esses rios encontram-se o Douro, o Tejo e o Guadiana, que têm grande parte do seu curso em Portugal, pelo que as suas bacias não podem ser consideradas como sendo exclusivamente do Estado-membro Espanha.

A questão tem sido levantada no Parlamento Europeu por deputados das duas nacionalidades, que têm tomado iniciativas para que as características dos referidos rios sejam tidas em consideração. Acontece, no entanto, que na informação pública sobre o financiamento em causa não é feita referência ao facto dos rios correrem simultaneamente em Espanha e em Portugal. Os eurodeputados do PCP, Honório Novo e Sérgio Ribeiro, encontram no facto motivo de preocupação e já enviaram à Comissão uma pergunta, pretendendo saber o que «foi feito para prevenir consequências ambientais e outras com repercussões em Portugal do financiamento acabado de aprovar». Aguarda-se resposta.

## NADA DE NOVO

Afinal, a-tão balada «iniciativa para o emprego» de Cavaco Silva, que — a fazer fé na propaganda do PSD — na cimeira europeia de Corfu teria merecido o aplauso dos parceiros comunitários pelo seu contributo para o combate ao desemprego, não acrescenta nada de novo à estratégia do Livro Branco adoptado pelo Conselho Europeu. Quem o afirma é o comissário Flynn, em nome da Comissão, em resposta a esclarecimentos sobre a questão pedidos por Sérgio Ribeiro.

Informa o comissário que a iniciativa de Cavaco Silva considera «que as iniciativas de desenvolvimento local oferecem consideráveis potenciais para reforçar o tecido económico e social da União Europeia e para criar empregos», o que já era um elemento essencial do novo modelo de desenvolvimento mencionado no Livro Branco. Assim, esclarece o comissário, o Conselho Europeu tomou nota da iniciativa de Cavaco, mas sublinha que as actividades propostas «não alteram a natureza nem a estratégia do Livro Branco». Que é como quem diz, nada de novo.



## Ruanda

Está a decorrer em Kigali, entre 21 e 28 de Outubro, o primeiro encontro internacional para a reconstrução do Ruanda, devastado pela guerra. O objectivo dos organizadores é "lançar as bases de uma paz duradoura no Ruanda". Entre os participantes conta-se um grande número de organizações não-governamentais, e personalidades que de alguma forma já se defrontaram com situações similares. Múltiplos assuntos são abordados neste encontro: a memória colectiva, a sorte dos refugiados e das vítimas da guerra, o papel da Igreja, dos meios de comunicação social, o futuro e o lugar da juventude, a política agrícola. Um dos dias do encontro será inteiramente dedicado à mobilização da ajuda internacional.

## Haiti

Foi aprovada pelo Parlamento uma lei que proíbe os grupos paramilitares. O texto estipula que "o financiamento, a organização e a continuidade, sob qualquer forma, de corpos armados à margem dos estabelecidos pela Constituição e a lei, são proibidos".

## Irlanda

Dois militantes do IRA foram condenados, em Londres, a 25 anos de prisão, acusados de terem organizado atentados à bomba na Grã-Bretanha em 1993. O juiz declarou aos acusados, Gerard Mackin e Derek Doherty, que, apesar de ninguém ter ficado mutilado ou ter morrido em consequência das explosões, não há razões para indulgência. Mackin, 33 anos, e Doherty, 23 anos, negaram ter organizado os atentados bombistas praticados entre Janeiro e Outubro de 1993.

## Nuclear

As experiências nucleares norte-americanas em seres humanos efectuadas no quadro das investigações nucleares durante a "Guerra Fria" foram mais frequentes do que se pensava, disse uma comissão presidencial. Num relatório provisório, a comissão consultiva sobre as experiências nucleares efectuadas em seres humanos indica ter registado várias centenas de casos de radiações intencionais, entre os anos de 1940 e 1975, números sem paralelo com os 13 casos oficialmente reconhecidos num relatório do congresso no ano passado.

## Índia

Entre duas mil e quatro mil pessoas morreram nas últimas semanas

# Palestina

## Gaza e a Cisjordânia isoladas

Poucos dias antes da abertura das fronteiras israelo-jordanas, prevista para 1 de Novembro, o governo de Israel deliberou encerrar a faixa de Gaza e a Cisjordânia, como represália face ao atentado do Hamas, uma acção terrorista, no centro de Tel-Avive, que levou à morte de 22 pessoas, fazendo ainda 48 feridos.

Uma decisão prontamente criticada pela Autoridade Palestiniana que, de par da condenação do atentado, considerou estas medidas do executivo israelita como punitivas de todo o povo palestino.

O governo de Tel-Avive decidiu ainda intensificar a luta contra o movimento islâmico palestino, e terá aprovado uma série de medidas secretas. Segundo o jornal britânico "The Observer", Rabin teria ordenado a "perseguição e eliminação" dos líderes do Hamas. Ao certo,

sabe-se da detenção de dezenas de palestinos, acusados de ligação ao atentado.

Uma vez mais a direita israelita - aproveitando o choque emocional provocado pelo sangrento atentado - desceu à rua, contra o processo de paz, e exigindo a demissão de Rabin.

Entretanto, o Hamas já anunciou novos ataques contra civis israelitas e "uma guerra impiedosa até que a bandeira do islão flutue sobre Jerusalém".

A guerra dos sectores mais extremistas contra a paz, foi assim desencadeada (ou agravada). Guerra alimentada pela tensão quotidiana de um processo em que a lenta retirada israelita - metade da população palestina, ou seja um milhão de pessoas, continua a viver nos territórios ocupados -, a conquista de pequenos espaços de autonomia pelos palestinos, é objecto de aturadas negociações, enquanto nenhum alívio se sente nas miseráveis condições de vida de Gaza.

As medidas agora adoptadas, de encerramento de Gaza e da Cisjordânia, vão redundar num

agravamento ainda maior de uma situação muito difícil. 70 mil trabalhadores palestinos perderam automaticamente o seu trabalho em Israel e foram parcialmente substituídos por outros trabalhadores estrangeiros. Mais 70 mil desempregados numa zona em que 60% da população activa está já no desemprego.

revelia dos palestinos - quanto à definição do futuro estatuto de Jerusalém-Leste, cujas conversações não deverão começar antes de 1995.

Neste quadro, a OLP - segundo afirmações feitas no Cairo por Saeb Erakat, membro da delegação palestina às negociações - irá propor a Israel o início imediato de negociações

## Jerusalém

Jovens palestinos queimaram em Jerusalém-Leste retratos do rei Hussein da Jordânia durante uma manifestação de protesto contra o tratado de paz israelo-jordano.

A Autoridade palestina afirma que o tratado israelo-jordano constitui flagrante violação do acordo de autonomia palestino na medida em que atribui à Jordânia o controlo dos lugares santos muçulmanos de Jerusalém.

O presidente da Autoridade palestina, Yasser Arafat, alertou já a Jordânia e Israel contra a iminência de uma batalha à volta do estatuto de Jerusalém.

O tratado reconhece o "papel histórico" da Jordânia na administração das áreas muçulmanas da cidade onde se situa o terceiro lugar santo do Islão, logo a seguir a Meca e Medina (Arábia Saudita).

O documento estipula que "Israel terá em alta consideração o papel histórico desempenhado pela Jordânia como guardiã dos lugares santos do Islão quando forem entabuladas as negociações sobre o estatuto permanente de Jerusalém".



Manifestação em Marselha de mulheres argelinas e francesas contra o terrorismo

## Argélia

### Prossegue clima de violência

Domingo à noite, foram mortas a tiro, na capital argelina, duas freiras espanholas. A morte destas duas religiosas eleva para 68 o número de estrangeiros assassinados nos últimos 13 meses em atentados atribuídos ao Grupo Islâmico Armado (GIA). Assim prossegue o dramático quotidiano de violência que marca os dias de hoje numa Argélia que se defronta com a violência do fundamentalismo islâmico, alimentado por uma situação socioeconómica profundamente degradada.

Os confrontos com os grupos islâmicos causaram já 10 mil mortos no período compreendido entre Fevereiro de 1992, quando foi instaurado o estado de emergência no país, em Dezembro de 1993, segundo um balanço oficial.

Entretanto, num documento nestes dias divulgado em Londres, a Amnistia Internacional afirma que os grupos armados islâmicos e as forças governamentais argelinas "mataram selvaticamente milhares de

civis que foram apanhados pela armadilha de uma violência arbitrária que tem vindo a intensificar-se".

No documento sobre a violação dos Direitos do Homem, a Amnistia afirma que o Grupo Islâmico Armado (GIA) e o

Movimento Islâmico Armado (MIA) mataram, deliberada e arbitrariamente, centenas de civis. As suas vítimas são sobretudo jornalistas, intelectuais, funcionários, magistrados, mulheres e residentes estrangeiros.

## Conferência em Viena em defesa dos direitos das mulheres

As mulheres são vítimas da pobreza e da violência em todo o mundo, indica um relatório da UNICEF, divulgado em Viena numa conferência internacional.

A plataforma de acção em defesa dos direitos das mulheres adoptada pelas participantes da conferência, preparatória da 4ª Conferência mundial das mulheres a realizar em Pequim em Setembro de 1995, esclarece também as prioridades a fixar pelos governos da comunidade internacional.

O texto destaca questões como a pobreza que atinge em particular as mulheres, a necessidade de melhorar a sua situação económica e de facilitar o seu acesso aos "postos-chave" da economia, da política e da vida pública.

Segundo um relatório da UNICEF apresentado na conferência, na Ucrânia, em França e no Canadá, "um número exor-

É deitar lenha no fogo. O agravamento das condições sociais, à partida insuportáveis, irá aumentar ainda o potencial de recrutamento de grupos fundamentalistas e terroristas, cuja base social cresce naturalmente com a miséria e o desespero.

A verdade é que são múltiplos os factores a alimentar a indignação dos palestinos - o facto de as autoridades israelitas continuarem a manter palestinos na prisão, a falta de fundos para realizar as mudanças que poderiam começar a melhorar o dia-a-dia das pessoas, o prosseguimento das confiscações de terras para os colonatos israelitas (actualmente há 140.000 colonos nos territórios ocupados).

O actual tratado de paz entre Israel e a Jordânia levanta ainda receios de um entendimento unilateral entre estes dois países - à

sobre o estatuto definitivo da Faixa de Gaza e da Margem Ocidental, abrindo assim a via ao estabelecimento do Estado palestino.

Uma proposta que iria ao encontro das recentes declarações de Rabin à televisão israelita, onde afirmou: "Os que sonham integrar 1,8 milhões de palestinos no quadro do Eretz Israel fazem o jogo dos fundamentalistas. Só uma clara demarcação pode impedir o prosseguimento dos atentados." O primeiro-ministro israelita estaria mesmo na disposição de avançar para as negociações sobre um estatuto definitivo dos territórios ocupados, previstas apenas para três anos depois da autonomia.

Comentando estas afirmações, Leila Shahid, representante palestina em Paris, afirmou: "Se eles querem de facto a separação, retirem-se da Cisjordânia.

bitante de mulheres morrem, vítimas da violência exercida no seio da família".

Nos países bálticos, metade das jovens menores sofrem de uma doença venérea, segundo o mesmo relatório.

Nas repúblicas da Ásia central da Comunidade de Estados Independentes (CEI), a maior parte das mulheres de 35 anos já fizeram cerca de uma dezena de abortos devido à falta de informação sobre os meios de contracepção existentes.

O documento propõe ainda a criação de um centro logístico reagrupando as organizações não-governamentais da Europa de leste.

A Conferência realizou-se sob a égide da Comissão económica europeia das Nações Unidas, contando com a presença de representantes de 54 países.



## Itália

# Entre as lutas na rua e os spots na RAI

Quarenta e cinco mil estudantes vindos de toda a Itália participaram em Nápoles (sul) numa manifestação contra o governo de Silvio Berlusconi, reclamando o "direito aos estudos, ao trabalho e a um futuro".

Nos cartazes liam-se palavras de ordem como "contra a lei das finanças, pelo trabalho, pelo Estado social e pelo direito aos estudos", "prendam a direita, prendam este homem" e ainda "um milhão de piadas", em alusão à promessa de Berlusconi, enquanto candidato à presidência do conselho, de criar um milhão de empregos.

Prossegue assim a luta contra o orçamento de Estado apresentado pelo governo de Berlusconi. Luta que teve a sua mais significativa expressão na jornada de dia 14, em que três milhões de pessoas paralisaram o trabalho e saíram à rua em 80 cidades do país, contra a política antipopular do governo de direita.

Senhor da informação televisiva, Berlusconi está a responder à sua maneira ao claro



É o novo apresentador?  
Não, é o Berlusconi, que agora apresenta a Informação

repúdio pela lei das finanças, obrigando a Radiotelevisão Italiana (RAI) a difundir spots publicitários para "explicar" a sua política, nomeadamente no que diz respeito às reformas.

De referir que a alteração do sistema das reformas é um dos elementos do novo orçamento que maior contestação tem vindo a levantar. O novo sistema aponta para o alongamento da jornada de trabalho,

a redução das reformas e o bloqueamento da escala móvel de revalorização das pensões.

Na opinião do subsecretário de Estado Gianni Letta, trata-se de "esclarecer" os que não tenham compreendido devidamente as boas intenções do primeiro-ministro e do seu governo. O spot de publicidade de Berlusconi apresenta a reforma do sistema de previdência social

como "uma reforma obrigatória para o Estado, que, sem ela, seria incapaz de pagar as pensões". Entretanto, o primeiro-ministro já começou mesmo a apresentar-se como o salvador do país, desafiando os "adversários a encontrar alguém melhor que eu".

A oposição reagiu prontamente a esta ofensiva publicitária, anunciando que vai pedir à direcção da RAI para difundir uma espécie de contra-spots, em igualdade de condições. A central sindical UIL vai recorrer à lei e aos organismos encarregados de controlar a legalidade dos spots divulgados pela televisão.

O grande movimento de contestação da política orçamental do governo, e em par-

ticular a jornada de luta de dia 14, estão a provocar alguns movimentos de demarcação por parte de membros da Aliança Nacional (que integra o MSI neofascista de Gianfranco Fini) e da Liga do Norte. Deputados da Aliança Nacional afirmaram que, quando do debate parlamentar, se irão opor a algumas disposições da lei do orçamento no que respeita à candente questão das reformas.

Berlusconi reafirma entretanto não ter qualquer intenção de alterar as verbas do novo orçamento e declara-se pronto a enfrentar novas manifestações e greves - numa afirmação clara de desprezo pelos interesses e vontade da população.

devido à malária no Estado indiano de Rajastão, noroeste do país, escrevem vários jornais diários em Nova Deli.

De acordo com o "India Express", são mais de 4.000 as vítimas desta doença, transmitida pelos mosquitos, que assola vários distritos do referido Estado desde meados de Setembro. "Embora as autoridades afirmem que a doença está sob controlo, há organizações voluntárias que não estão tão seguras do facto, já que continuam a surgir diariamente centenas de casos", escreve, por sua vez, o "India Express". O jornal adianta que segundo uma equipa do Programa Nacional de Erradicação da Malária (PNEM), 63 por cento das análises efectuadas a pessoas que morreram nas últimas semanas indicavam que o óbito se ficara a dever à denominada "forma letal de malária". O surto de epidemia é atribuído ao canal Indira Gandhi que atravessa a zona e onde abundam mosquitos devido ao contexto das águas.

## Fim do bloqueio dos EUA a Cuba

# 4600 postais entregues na Embaixada dos EUA

Cerca de 4600 postais pelo "Fim do bloqueio dos EUA a Cuba", subscritos por visitantes da Festa do "Avante!", foram entregues na Embaixada dos Estados Unidos, no passado dia 24, por uma delegação do Partido Comunista Português constituída por Fernando Vicente, responsável da Festa do "Avante!", Manuela Bernardino, da Secção Internacional do PCP, e Maria Vilar, da Comissão de Solidariedade com Cuba da Festa.



A delegação foi recebida na portaria pelo adido da embaixada.

xada, R. Blackburn, que agradeceu o "cuidado" dos promotores da iniciativa em "intervir nesta matéria".

Os membros da delegação sublinharam que os visitantes da Festa de forma alguma são apenas comunistas, e manifestaram a esperança de que na próxima Festa do "Avante!" já não seja necessária outra iniciativa contra um bloqueio. Um bloqueio que não apenas viola o direito internacional, como prossegue à revelia de resoluções da ONU no sentido da sua suspensão.

A deslocação desta delegação à embaixada dos EUA - por coincidência num momento em que tinham início as negociações EUA / Cuba - surge na sequência de um pedido de audiência (sem resposta) à Encarregada de Negócios dos Estados Unidos da América em Portugal.

De referir que esta iniciativa de angariação de assinaturas contra o bloqueio foi acompanhada de uma campanha para a aquisição de matérias-primas destinadas ao fabrico de medicamentos em Cuba, em que foram angariados 3600 contos, já entregues aos seus destinatários.

## PCP saúda comunistas gregos

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Grécia o seguinte telegrama:

Queridos camaradas,

Os resultados alcançados pelas listas apoiadas pelo Partido Comunista da Grécia nas eleições regionais na Grécia confirmam que os comunistas gregos são uma força necessária e indispensável aos trabalhadores e ao povo da Grécia.

Felicitando-vos pelos progressos eleitorais alcançados, fazemos votos dos maiores sucessos à vossa luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, pela democracia e o progresso social.



## Carlos Carvalho em Espanha e França

Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, e Albano Nunes, responsável pela Secção Internacional, deslocaram-se a Espanha e França, em 25 e 26 de Outubro, a convite do Partido Comunista de Espanha e do Partido Comunistas Francês.

Esta visita, realizada no quadro das relações de amizade e cooperação entre estes partidos e o PCP, inclui diversos contactos, nomeadamente encontros com Júlio Anguita, secretário-geral do PCE, e Robert Hue, secretário nacional do PCF.

Como já anteriormente anunciámos no "Avante!", está prevista para início de Novembro uma visita do secretário-geral do PCP à Itália e à Grécia, a convite do Partido da Refundação Comunista (Itália) e do Partido Comunista da Grécia.

## ONU

O secretário-geral da ONU, Butros Ghali, considera o desenvolvimento social, económico e político o principal desafio da Humanidade nos próximos 50 anos. Numa mensagem alusiva ao 49º aniversário da ONU, Butros Ghali exorta os países de todo o mundo a "assumirem um esforço de desenvolvimento" multilateral, de forma a construir um "mundo de paz e de duradoura prosperidade". A Organização das Nações Unidas nasceu oficialmente em 24 de Outubro de 1945, para evitar tragédias como a segunda guerra mundial, que vitimou cerca de 30 milhões de pessoas. Portugal foi admitido como membro da ONU em Dezembro de 1955, mantendo duas missões permanentes em Nova Iorque e em Genebra. Este ano ficou marcado pela reintegração da África do Sul na Assembleia Geral da ONU, com direito a voto, depois de 20 anos de uma exclusão que penalizava a política do "apartheid" do antigo regime sul-africano.

## Afeganistão

A população afegã continua a morrer, vítima de uma guerra entre diferentes facções. Em Cabul, combates entre os partidários do presidente afegão, Burhanuddin Rabbani, e facções de oposição, fizeram pelo menos 50 mortos civis e 10 feridos. Segundo o Comité Internacional da Cruz Vermelha, os confrontos no Afeganistão fizeram no último mês 17.000 feridos. Embora não se conheçam números sobre os mortos, os hospitais de Cabul falam em centenas no mesmo período.

## Encontro mundial de solidariedade com Cuba

Um Encontro mundial de solidariedade com Cuba vai realizar-se em Havana, entre 21 e 25 de Novembro deste ano.

Com esse objectivo, numerosas organizações cubanas lançaram um Apelo "a todos os que no mundo se opõem ao bloqueio a Cuba, sem distinção de ideologias e credos, para que participem neste encontro e reafirmem o seu repúdio a este inaceitável precedente, negação das normas de civilização que devem reger a convivência internacional no planeta".

"Não é hora de morrer nem de calar - conclui o Apelo - é o momento de exigir, por todas as formas, que termine esta inumana política contra uma nação que defende a sua independência e o direito do seu povo à prosperidade."



**N**as imagens da época, chama a atenção pela juventude, pelo ar a um tempo decidido e ingénuo, a quem coube o papel de herói numa história que, sendo tecida de solidariedades, nem por isso deixou de ter os seus vilões. Deu rosto a um Movimento de Capitães que foi o detonador do 25 de Abril, do fim da guerra colonial e da construção da democracia em Portugal. No 25 de Novembro, foi afastado do exército, acusado de distribuir armas a civis, num processo em que viria a ser ilibado mas que nem por isso deixou de lhe liquidar a carreira militar. A impunidade dos que injustamente o acusaram e a memória das traições que cercaram os mais caros objectivos de uma Revolução generosa, deixaram marcas de amargura no homem maduro que hoje é, mas não lhe diminuíram a combatividade nem a certeza de que *valeu a pena*. Vinte anos depois, Dinis de Almeida, capitão de Abril, gestor, empresário, psicólogo, médico, é um homem dos sete ofícios para quem a História continua por fazer, mas a quem a História não deixará de prestar o reconhecimento devido a todos os combatentes pela liberdade e pela democracia.

O 20º aniversário do 25 de Abril ficou assinalado, por um lado, pelo que se pode chamar de tentativa de "branqueamento" do regime fascista e de reabilitação das suas principais figuras, e, por outro lado, pela marginalização e quase condenação dos militares de Abril. Como interpreta esse facto?

O "branqueamento" e a reabilitação a que alude têm a ver com o facto de muitos dos actuais detentores do Poder serem familiares de antigos fascistas ou seus apaniguados de então. Quanto aos militares de Abril, importa dizer que, mais do que marginalizados, nós fomos prejudicados gravemente nas nossas carreiras. Porquê? Porque nós, ao arriscarmos a vida e a carreira para fazer o 25 de Abril, em que os dividendos directos eram seguramente menores do que os indirectos - gratificação pela generosidade e satisfação do dever cumprido -, roubámos espaço, roubámos os louros aos posteriores detentores do Poder.

Constituindo nós uma espécie de classe política marginalizada e até, por legislação própria, privada de voz - os militares não podem participar em actos políticos nem sequer falar, a não ser em situações especiais de reserva ou reforma, que não era o caso na época -, acabámos por nos tornar uma espécie de "má consciência" para os actuais detentores do Poder. É evidente que todos os que exercem o Poder gostam mais de o conquistar do que o receberem como "oferta" - é uma questão de auto-estima, de orgulho pessoal. Por outro lado, o "oferente" é sempre visto como possuidor de um certo ascendente, o que naturalmente não é vantajoso para quem está no Poder.

Creio que essa é uma das principais razões para que se manteve a marginalização e até perseguição dos militares de Abril. Substanciam outros factores, evidentemente, como por exemplo o "incómodo" que nós causámos à extrema-direita e direita, os prejuízos provocados ao monopólio de que dispunham na sociedade, mas eu não reduzo a explicação a essa vertente, atribuo muita importância ao aspecto moral do ascendente que nós detemos enquanto militares que contribuíram para implantar a democracia. Mas importa dizer que não o fizemos sozinhos, fizemo-lo com a ajuda da maioria do povo português e dos partidos que na clandestinidade nos prepararam esse caminho. Nós tivemos o mérito de sermos os detonadores, mas não fomos os explosivos dessa acção.

Uma acção de que o sr. foi um protagonista activo. Mas diz-se muitas vezes que os militares se revoltaram por motivos bem prosaicos, como a insatisfação económica... Quais foram, afinal, as motivações?

Esse qualificativo de militares, pela sua sobregeneralização, merece-me uma crítica: os militares, como os civis ou qualquer grupo profissional, comportam pessoas de diferentes tendências e convicções; a mesma pessoa, ao longo da vida, modifica-se.

Como militares, éramos uma minoria e uma desesperada minoria, que nem sequer tinha o mérito de ser homogenea. Só posso falar com bastante conhecimento de causa no que me toca, posso falar com algum conhecimento de causa em relação a alguns camaradas, e de outros não tenho a informação necessária para dizer porque mudaram as suas convicções e aderiram a um ideal democrático.

No decurso da minha vida, no liceu, na família, tive contactos com pessoas da oposição que contribuíram para a minha politização. Um facto que recordo, dos muitos que me influenciaram, por exem-

# Somos a má consciência do Poder

Entrevista com  
Dinis de Almeida

Texto Anabela Fino  
Fotos Jorge Caria

**A grande diferença entre Costa Gomes e Spínola, é que o primeiro, apesar dos grandes ataques de que tem sido alvo, foi capaz de fazer um percurso progressista, mais rápido e também mais coerente do que o segundo**



plo, está relacionado com um determinado preso político, cuja filha era colega da minha irmã. Na época, o meu pai pagava-me as explicações de Matemática que eu dava à minha irmã; era uma forma de justificar a mesada. Quando soube que essa colega dela tinha dificuldades em Matemática, ofereci-me

para gratuitamente lhe dar explicações, porque sabia, por relatos da própria mãe, como era difícil a luta que travavam. Lembro-me da mãe dessa jovem contar como trocava informações com o marido através de beijos na boca... tudo isso me comovia e influenciava.

Isto serve para dizer que foram casos como o sacrifício deste preso político, que passou anos na prisão de forma quase ignorada pela maioria dos portugueses, que contribuíram para a minha formação política.

**A partir de determinada altura, era frequente os oficiais e sargentos dizerem - num mecanismo típico psicológico de projecção identificativa - "se eu fosse preto, era turra"**



Não sendo um movimento homogéneo, como é que se entendiam? E o que é que quer dizer com isso de "desesperada minoria"?

A falta de homogeneidade que refiro respeita ao ponto de vista político, porque havia homogeneidade do ponto de vista profissional e existia (e ainda existe alguma) homogeneidade no tocante à solidariedade entre militares, adquirida quer nas camaratas onde partilhámos, durante muitos anos, dificuldades e condições de vida extremamente duras de uma Academia Militar, quer posteriormente, nas Escolas Práticas, quer mais tarde na guerra onde, muitas vezes, nos apoiámos uns nos outros em situações de combate. Isso cimenta uma espécie de solidariedade que é funcional para qualquer objectivo. No caso concreto, essa solidariedade foi um dos factores que ajudou a aglutinar os capitães; não foi absoluta, evidentemente, pois essa solidariedade também existia no pólo contrário.

Quanto às convicções políticas, penso que cada um teria as suas histórias pessoais para contar. Nós somos, afinal, o repositório das experiências vividas... Agora o que não há dúvida é que a própria passada da Revolução foi politizando os seus intervenientes, sendo que essa politização se deu em sentidos diferentes, em função dos locais em que se estava a prestar serviço e das pessoas que os rodeavam, tanto a nível profissional como familiar e social.

Pôr em causa a hierarquia, questionar o sistema, deve ter sido de algum modo traumatizante para quem foi educado no espírito castrense...

O espectro desse traumatismo era de tal modo importante que tivemos 48 anos de fascismo! Acontece, no entanto, que contamos com alguns factores a nosso favor: em primeiro lugar, o peso desses 48 anos; depois, a guerra colonial, que leva muita gente a apoiar-nos, o que talvez não tivesse acontecido se não houvesse guerra. Assistimos a manifestações a serem reprimidas pela polícia de choque; tivemos oficiais milicianos com o serviço militar prolongado por causa da guerra e por isso mesmo passando mais tempo junto de nós, em situações em que as 24 horas do dia eram vividas em comum, o que não sucederia em condições normais, com um serviço militar de meia dúzia de meses e circunscrito às horas do quartel. Em Angola, Moçambique, na Guiné, estávamos as tais 24 horas em comum e aí a troca de ideias era muito maior... Foi sem dúvida um factor importante de politização.

A politização, ao questionar muitos dos princípios militares - e devo dizer que os princípios militares contêm em si uma certa ambiguidade - levou necessariamente à tomada de posições que acabariam por levar à ruptura. Penso também que para isso contribuiu, passe a imodéstia, o facto de existir uma boa elite de oficiais dentro das Forças Armadas, mais capazes, mais competente, mais culta. Foi essa elite que tomou nas mãos a direcção do 25 de Abril. É curioso registar que a média curricular dos oficiais do 25 de Abril é francamente superior à média dos restantes oficiais; embora a estatística não esteja completa, pensa-se que os valores rondam os 1,5 de cursos superiores contra 0,7, ou seja, uma percentagem de quase o dobro.

Mas mesmo assim, uma "desesperada minoria"...

Quando digo isso, refiro-me normalmente à fase final da Revolução. Ora, quando começámos, éramos ainda menos do que quando acabámos! Imagine-se então o que foi no princípio - dois ou três reuniam-se, recordo-me de ter falado com o Simões, como o Ribeiro da Silva... éramos de facto muito poucos, dois, três. Depois mais um, o Vasco Lourenço apareceu, etc. Somos unidades praticamente contadas por dígitos de uma só mão. Vamos

aos poucos estabelecendo contactos, sempre a pretexto de reivindicações de natureza profissional - era uma cautela, sem a qual a nossa acção teria sido inviabilizada desde o início - alargando a nossa acção. Como é natural, nesses alargamentos consecutivos para um maior número de camaradas fizeram-se cedências sucessivas. Mesmo pessoas como o Kaulza de Arriaga foram na altura levadas em consideração. Estávamos abertos a todas as alianças, que hoje parecem alianças do diabo mas que na época eram mais plausíveis...

Como a aliança com o general Spínola?

O general Spínola foi um dos muitos que apareceram, tal como Costa Gomes. O então general Costa Gomes, que teve oportunidade de conhecer pessoalmente em Moçambique - distinguiu-me com uma pistola por feitos em combate -, era na altura sem dúvida de direita. A grande diferença entre Costa Gomes e Spínola é que o primeiro, apesar dos grandes ataques de que tem sido alvo, foi capaz de fazer um percurso progressista, mais rápido e também mais coerente do que o segundo. O general Spínola tinha o carisma de ter sido um chefe militar que na Guiné tentara soluções de certa forma novas, designadamente no tocante à conquista de posições - liderou uma acção psicológica importante e que poderíamos considerar quase progressista para a época - e, porque a situação era mais difícil na Guiné do que em Angola e Moçambique, porque tinha características particulares, inclusive do ponto de vista geográfico, acabou por ter um bloco de oficiais que se tornou mais coeso; tudo isso fez com que criasse em torno de si uma *entourage* que, inteligentemente, Spínola capitalizou depois em seu favor. São os tais oficiais chamados spinolistas... E dos quais saíram pessoas tão diferentes como Carlos Fabião, que se inicialmente era spinolista cedo deixou de o ser, ou Otelo Saraiva de Carvalho, que mais cedo ainda o terá deixado de ser.

Esses oficiais que, de uma forma ou de outra, estavam a questionar o regime, e que tinham o carisma e a possibilidade de, numa perspectiva de adesão, nos trazerem grupos fortes, não podiam naturalmente ser marginalizados. Mesmo com esses oficiais, nós éramos uma desesperada minoria.

Foi distinguido por feitos em combate. Isso não é de algum modo contraditório para quem questionava a guerra colonial? Como se sentia alguém que questionava a legitimidade da guerra e ter de enfrentar um "inimigo" que em última instância não se considerava efectivamente um "inimigo"?

Enquanto inimigo declarado - e a principal dos combatentes de libertação eram o inimigo declarado -, até por ter uma camisola diferente, isto é, por não apresentar aquela dificuldade de destrição que é esquizofrenizante, como sucede por exemplo numa guerra civil em que é difícil distinguir as pessoas pela sua ideologia, isso não era assim tão problemático. Não é certamente por acaso que nos hospitais militares há maior número de esquizofrénicos nas Polícias do que nos militares; enquanto para um polícia se torna difícil essa destrição, para os militares não. Até a farda é diferente! E no caso vertente até a cor da pele era diferente!

A situação só se torna problemática depois, quando os nossos próprios oficiais milicianos, muitos saídos das universidades, mais diversificados na sua politização - a nossa politização era monolítica - começam a levantar esses problemas. Enquanto isso não suceder, para nós, o inimigo, perfeitamente definido, era um alvo a abater. A nossa missão não era propriamente morrer pela Pátria, mas fazer o inimigo morrer pela Pátria dele.

Posso sintetizar esse problema de uma forma muito simples: a partir de determinada altura, era frequente os oficiais e sargentos dizerem - num mecanismo típico psicológico de projecção identificativa - "se eu fosse preto, era turra". No fundo, era já o processo em que se começava a pôr em causa os valores que presidiam à

**Constituindo nós uma espécie de classe política marginalizada e até, por legislação própria, privada de voz, acabámos por nos tornar uma espécie de "má consciência" para os actuais detentores do Poder**



te Galiano Tavares vai ter com Otelo e diz-lhe: "Sou eu ou os quatro aspirantes." E Otelo Saraiva de Carvalho repõe Galiano Tavares no comando, sacrificando os aspirantes.

Há mais casos, como a substituição do major Corvacho por Pires Veloso na Região Militar do Norte, a imposição de Jaime Neves no Regimento de Comandos, etc., etc. Foram acções deste tipo, por parte de Otelo, que destruíram a Revolução em termos militares e inviabilizaram o projecto MFA/Povo. O MFA foi esvaziado, os seus militares foram desmobilizados, até praticamente não haver já no activo soldados da Revolução.

Por que é que Otelo não foi posto em causa?

Foi posto em causa, e várias vezes. O processo não foi nada pacífico. Acontece porém que ele detinha na altura o Poder, consubstanciava em si a unidade de esquerda, era aceite pelos partidos políticos. Questioná-lo perante a população, que não conhecia as suas duplicidades, ambiguidades e até incompetência, seria naquela altura talvez um perigo maior para a Revolução Portuguesa. A estratégia passou por tentar levar Otelo ao bom caminho, a tomar as decisões certas... O que não foi fácil e que culminou com o desastre do 25 de Novembro, em que Otelo, à frente de vários oficiais - eu fui um deles -, dá ordem aos pára-quedistas para saírem e desaparece da circulação. Durante longas horas, quando está a decorrer um golpe militar, nunca mais o vimos; a resposta que vem das pessoas que lhe estavam mais próximas é a de que estaria em casa, a dormir.

Cada um qualificará esta espantosa atitude como quiser, para mim é uma traição.

Depois do 25 de Novembro, foi o que se sabe. Eu, como muitos outros camaradas, fomos alvos de processos, afastados, passados à reserva... O famoso relatório Eanes acusou-me de distribuir armas a civis, o que é falso, mas demorei longos anos a prová-lo na justiça, o que na prática me destruiu a carreira militar. Vinte anos depois, e quando eu já tinha denunciado por todas as formas - inutilmente - os verdadeiros responsáveis daquilo por que fui acusado, Ramalho Eanes acabou por confessar ter sido ele a distribuir armas...

Que balanço faz destes 20 anos? Valeu a pena?

Claro que sim, valeu mesmo muito a pena. Mas passados todos estes anos, continuo a achar estranho, mesmo espantoso, que o povo português - que tem oportunidade de comparar, até moralmente, líderes ou pretensos líderes - desconheça ainda tanto do que efectivamente aconteceu. A maioria da comunicação, que pertence e está ao serviço dos detentores do Poder, distorce e manipula a informação, é verdade, como se viu uma vez mais nestas comemorações. Mas a informação existe e a verdade terá de acabar por ser conhecida.

Aos militares de Abril cabe um papel importante na sua divulgação, em particular junto da juventude de hoje, que não conheceu o fascismo nem viveu o 25 de Abril. Em todas as iniciativas em que participo, colóquios, sessões de esclarecimento, debates, em particular em escolas, verifico que há interesse pela História e, sobretudo, que um dos seus maiores contributos está bem vivo - o direito à liberdade.



# O PS e a concertação social

**O FRACASSO do Governo do PSD e do primeiro-ministro Cavaco Silva na assinatura do chamado "Acordo Económico e Social para o Desenvolvimento e o Emprego — 1995/1999" constitui um acontecimento maior da actualidade nacional, cujo exacto significado e repercussões políticas importa sobremaneira avaliar.**

Também a postura do PS neste processo, de continuado silêncio perante uma operação política desta envergadura, silêncio que só foi quebrado e de forma redutora na 25.ª hora, constitui motivo para uma reflexão não menos indispensável.

Quando António Guterres, no programa televisivo "Sete à Sexta", apresentou a proposta de mais um por cento em relação aos referenciais salariais que a UGT se preparava para fechar no dia seguinte (acontecimento que deu como certo), o secretário-geral do PS não formulou apenas uma proposta escassa e visivelmente tardia, mas, o que é ainda mais negativo, pretendeu reduzir a questão do "Acordo" ao problema salarial, não exprimindo quaisquer observações em relação às restantes e graves matérias que ele comportava. No mesmo sentido redutor, Narciso Miranda intitulou a conferência de imprensa que o PS deu no Porto de "fracasso das negociações do acordo de rendimentos e preços para 1995", iniciativa onde assumiu a defesa dos referenciais da UGT e criticou o Governo com o argumento, apenas, de ser "absolutamente indefensável a tese segundo a qual, passar de 4.6 por cento para 5 por cento é passar da normalidade, da retoma e do sucesso económico para a irresponsabilidade, para a estagnação, para o aumento do desemprego pondo assim em causa o crescimento do País" (Acção Socialista — 20/10/94).

Ora as propostas que o Governo apresentou na Concertação Social para o "Acordo", em convergência nítida com o grande patronato, nem de perto nem de longe se limitavam à "política de rendimentos e preços", abrangendo de facto um campo muito mais vasto de orientações de natureza política, económica e social, e de acções calendarizadas para um período de cinco anos. E, entre essas matérias, justo é relevar e combater como foi feito pela CGTP-IN, questões de crucial importância para os trabalhadores como a revisão profunda do quadro jurídico-laboral numa linha de flexibilização e de desregulamentação das condições de trabalho, a violação e subversão do direito de contratação colectiva e o esvaziamento do conteúdo das convenções colectivas e a subversão de princípios fundamentais do actual sistema da segurança social, nomeadamente nos domínios da universalidade e da solidariedade.

Não sendo razoável admitir que António Guterres e outros dirigentes do PS não conhecessem as propostas apresentadas pelo Governo em sede de concertação social, ou que tivessem dificuldade em identificar o neoliberalismo que as configura; nem podendo ter-lhes também escapado o soar de tambores, arrogante e retrógrado, do grande patronato; o silêncio do PS em relação às "questões de fundo" que o "Acordo" envolvia (e que mesmo sem "Acordo" o Governo vai seguramente procurar concretizar), permanece um "mistério" a decifrar. Em nome dos trabalhadores, dos seus direitos e interesses. Mas em nome também de quantos, comunistas, socialistas e outros democratas, estão sinceramente empenhados na luta contra a política do governo do PSD e na construção de uma alternativa democrática, de política e de governo, à presente situação.

## Uma operação política

Não sendo possível, nos limites do artigo, suprir o grande défice de informação e de debate públicos que acompanharam a tentativa governamental de aprovação de um "Acordo Económico e Social para o Desenvolvimento e Emprego — 1995/1999", (cujo texto atingiu já as 72 páginas), limitaremos o nosso propósito a anotar algumas observações.

Interessa chamar a atenção, em primeiro lugar, para os principais objectivos do Governo ao procurar negociar com as federações patronais e com a UGT um "Acordo" desta natureza e alcance, e com um objectivo temporal de cinco anos (quando o tempo de vida do executivo de Cavaco Silva e da maioria parlamentar que o suporta não excederá em qualquer caso um ano sequer):

— apresentar o prosseguimento da política do Governo, no plano económico e social, como dispendo de um largo e contratuado "consenso" social;

— conjugar as forças do Governo e do grande patronato para uma nova e profunda ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e pela desregulamentação das condições de trabalho; assegurar a completa passividade da UGT e tentar isolar o Movimento Sindical Unitário;

— cimentar o apoio ao Governo por parte do grande patronato e de outros sectores, com o compromisso de um "pacote" quinquenal constituído por vultuosíssimos apoios (benefícios fiscais, subsídios de diverso tipo) e de outras medidas, e harmonizar os conflitos de interesses entre os vários beneficiários;

— transformar a concertação social num verdadeiro sucedâneo da Câmara Corporativa (de triste memória...);

— e por último mas não menos importante, construir um importantíssimo instrumento de propaganda do PSD com vista às próximas eleições legislativas, que permitisse ilustrar o "desenvolvimentismo laranja" e credibilizar o apelo à renovação da maioria absoluta do PSD.

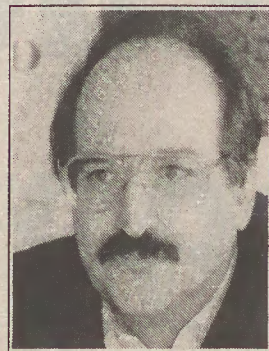
Clarificada a questão da falta de legitimidade do actual executivo de Cavaco Silva para estabelecer compromissos (sérios...) até 1999, envolvendo as principais linhas e prioridades políticas e a correspondente distribuição dos recursos financeiros de origem nacional e comunitária (num total que ascende a qualquer coisa como 3 mil e 500 milhões de contos!), ainda assim interessa chamar muito sumariamente a atenção para alguns dos objectivos específicos adiantados na proposta de "Acordo" e que o Governo, apesar do fracasso que averbou, irá certamente procurar levar à prática durante o tempo de vida que lhe resta.

## Sérias consequências

No domínio I, relativo ao desenvolvimento dos recursos humanos e à promoção do emprego, para além da repetição de objectivos genéricos que, de documento oficial para documento oficial, testemunham a incapacidade (quando não a própria falta de vontade política do Governo) em resolver importantes problemas no domínio da educação pré-escolar, da prevenção do abandono precoce do sistema de ensino e do desenvolvimento da formação (inicial e contínua), e de apoio ao emprego, são, entre outros pontos, de sublinhar negativamente: conceitos que põem em perigo o carácter universal e geral da escolaridade obrigatória (como os estágios em empresas para a qualificação inicial); a transferência para as empresas de actividades formativas cada vez mais extensas em detrimento da rede escolar pública e do seu aproveitamento; os chamados "programas ocupacionais" para desempregados; os "instrumentos de adaptação (sic) dos recursos humanos" com vista à "recomposição qualitativa e o rejuvenescimento graduais dos quadros de pessoal" das empresas; a "gestão global" dos programas de emprego e formação profissional através dos "parceiros sociais e de outros agentes económicos e sociais"; o alargamento dos contratos a prazo como forma de "promoção do emprego" (sic); e a promoção, também, da "cultura (sic) de organização do trabalho a tempo parcial".

No domínio II, relativo à flexibilidade e eficiência do mercado de capitais, a proposta de "Acordo" do Governo assume-se como um autêntico programa de desenvolvimento do capital financeiro nacional e internacional. Não surpreende por isso que sejam inventariadas medidas como a da "intensificação do processo de privatização" e a "colocação de "tranches" significativas (de acções) no mercado internacional visando atrair grandes investidores institucionais estrangeiros"; ou que seja promovido o "desenvolvimento de produtos financeiros como alternativa à aplicação de poupanças em instrumentos monetários" e o "estímulo a que os trabalhadores adquiram acções da própria empresa" numa linha de "motivação (sic) pela assunção de risco" por empresários e trabalhadores. Nem surpreendem também acções com vista a "reforçar a atractividade da poupança aplicada em regimes complementares de reforma", um dos mercados mais apetecíveis para o capital financeiro, e a "reduzir o custo do financiamento da aquisição de habitação, em particular de gama média".

Em relação à flexibilidade e eficiência do mercado de trabalho, que constitui o domínio III da proposta de "Acordo", o Governo manteve em aberto a formulação final do texto, mas avançou entretanto com propostas que reproduzem no essencial os pontos de vista do patronato. A saber e em síntese muito breve: desregulamentação das relações laborais, com redução da protecção do trabalhador a um quadro legal mínimo; flexibilização das relações laborais (mobilidade e polivalência do trabalhador,



**EDGAR CORREIA**  
Membro da Comissão Política

Ser  
ou não ser  
democrática  
e de esquerda  
a alternativa,  
eis  
a questão.

flexibilização dos tempos de trabalho); e eliminação legislativa de direitos dos trabalhadores consagrados depois do 25 de Abril em muitas convenções colectivas.

O domínio IV, relativo aos incentivos à implementação de estratégias empresariais competitivas, constitui sem dúvida uma das partes mais substanciais da proposta de "Acordo". Nele se contemplam importantes reclamações do grande patronato e se enumeram extensos incentivos técnicos e financeiros ao Comércio, ao Turismo, à Indústria e Energia, à Agricultura, às Pescas (que envolvem no quinquénio 1994/1999 um total programado de cerca de 2 mil e 400 milhões de contos, complementados em 1995 por uma verba de 430 milhões de contos), além da prevista concessão pelo Estado de "incentivos fiscais" a esses sectores.

No domínio V, dedicado à melhoria da eficiência da administração pública, entre objectivos e propósitos genéricos repetidos de ano para ano, em nome da "qualidade" é assumida a "desregulamentação" e a "promoção de formas de cooperação (sic) entre sectores públicos, privado e social" através da "concessão de serviços públicos", da "transferência de funções entre sectores", da "contratação de serviços", da "utilização de mecanismos de mercado"; e em nome da "qualificação dos recursos humanos" é prevista a "elaboração dos planos sobre gestão de efectivos", nomeadamente "evitando (sic) situações que tenham carácter excedentário".

No domínio VI, sobre iniciativas de desenvolvimento local, são retomadas no essencial as políticas oficiais neste domínio, que se têm revelado em absoluto incapazes para enfrentarem, na sua extensão e complexidade, as consequências dos processos de destruição económica e social que se têm verificado em Portugal nos últimos anos.

No que respeita ao domínio VII, dedicado à segurança social, as meias palavras utilizadas não conseguem ocultar a gravidade de algumas das orientações assumidas. Nomeadamente: o propósito anunciado de "redefinir as condições de atribuição das prestações" e da "introdução de critérios de selectividade" em nome (uma vez mais) das "camadas da população com mais baixos rendimentos"; a preparação de "esquemas excepcionais e transitórios (...) visando a antecipação, a título voluntário (sic), da idade da reforma"; a criação de incentivos designadamente de natureza fiscal, "que estimulem a existência e a viabilidade (sic) de esquemas complementares (de segurança social) geridos por entidades privadas"; o plafonamento de contribuições e de pensões no regime geral; a "ampla divulgação das potencialidades da opção voluntária (sic) pelo regime de trabalho a tempo parcial".

## Para onde vai o PS?

Caracterizada a operação política que o Governo conduziu em torno do "Acordo" e as graves consequências que, para além da questão salarial, a sua assinatura acarretaria para os trabalhadores portugueses, o silêncio do PS pesa e carece, obviamente, de (boa) explicação.

Significa esse silêncio apoio ou simples assentimento em relação às propostas do Governo apresentadas na Concertação Social? Ou representa a real ausência de uma política (laboral, social e económica) distinta em relação ao neoliberalismo dominante?

O PS tem obviamente que esclarecer a matéria e que se definir.

Política democrática alternativa, convergência entre as forças à esquerda do PSD, designadamente com o PCP, alternativa democrática?

Ou novo bloco central depois de Cavaco Silva?

Ser ou não ser democrática e de esquerda a alternativa, eis a questão.



# Propostas do PCP contra o flagelo da droga

O grupo de trabalho do PCP apresentou, na passada segunda-feira, na Soeiro Pereira Gomes, um conjunto de propostas face ao agravamento do flagelo da droga no nosso país e à mistificação da situação pelo Governo.

**1** - O drama diário de milhares de famílias destroçadas pela presença, abandono ou morte de um toxicodependente, a angústia dos pais incapazes de travar a acessibilidade da droga em meio escolar, o número de vítimas de pequenos delitos, a insegurança e intranquilidade das populações, o grau de rotura do sistema prisional e os gráficos epidémicos interactivos da toxicodependência, da hepatite e da SIDA são elementos do quotidiano da sociedade portuguesa e que confrontam os cidadãos em geral e as forças políticas em particular, com a necessidade de conhecer a realidade, liberta de fatalismos ou visões cor-de-rosa, e de procurar soluções eficazes par conter e inverter a situação.

**2** - Ao contrário do que afirma o Governo, a evolução dos flagelos da toxicodependência e narcotráfico continua a registar crescimentos muito preocupantes, como resulta da leitura de todas as estatísticas oficiais e da observação atenta da realidade, cujo dramatismo os números conhecidos se revelam incapazes de traduzir.

O mesmo Governo, que ainda há poucos meses admitia apenas 30.000 toxicodependentes, viu-se a semana passada confrontado e obrigado a aceitar estimativas oficiosas datadas de 1992, que apontam para 100.000 consumidores ocasionais de haxixe, 60.000 dependentes de heroína e 5.000 de cocaína. O reconhecimento destes números é particularmente elucidativo da dimensão do fenómeno em Portugal, quando se sabe que, por exemplo, estatísticas francesas (e não estimativas) reconhecem a existência de 120.000 toxicodependentes nesse país.

Por outro lado, estes números não traduzem a gravidade do flagelo no nosso país que, como afirma grande parte dos especialistas quando indicam elementos sobre a subterraneidade de parte significativa do consumo, ultrapassa certamente os 100 000 dependentes da droga.

Por outro lado, a taxa de crescimento da criminalidade no caso do tráfico de estupefacientes verificou, segundo a Polícia Judiciária, um crescimento de 41,6% no triénio 91/93, enquanto segundo a GNR só de 92 para 93 o aumento foi de 100%, o que indica

a expansão do tráfico e consumo de drogas das áreas urbanas para as rurais e o interior do país. Estes números são acompanhados da evolução grave de várias formas de criminalidade ligada com a toxicodependência, com destaque para a mais violenta.

Existem hoje nos estabelecimentos prisionais portugueses 7.150 detidos por causa directa da droga. Isto é, cerca de 2/3 da totalidade da população prisional. Nos últimos 10 anos, os processos e arguidos por tráfico de droga subiram mais de 600%, as apreensões de heroína multiplicaram por 90 e as de cocaína por 250.

O número de overdoses referenciadas pelos Institutos de Medicina Legal tem registado também rápidos agravamentos, atingindo os 340 em 1993 - o segundo motivo de morte de jovens logo a seguir aos acidentes de viação. Em 10 anos as mortes por overdose multiplicaram por 100.

Neste quadro não se entende como pode o Governo ter anunciado com pompa e circunstância, na abertura da Semana Europeia de Prevenção da Toxicodependência "que está a diminuir o número de toxicodependentes consumidores habituais". Todos os elementos estatísticos o desmentem, incluindo a constatação de maior número de toxicodependentes que recorrem a tratamento.

A realidade da expansão do número de guetos de toxicodependência e narcotráfico, de mortes por overdose e de processos por tráfico de droga, a própria abertura a público de cada vez mais comunidades terapêuticas privadas, cujo negócio floresce, a simples observação desapassionada da vida que nos rodeia, tudo demonstra que o Governo mente.

Não é a realidade que se engana. É o Governo que, em período pré-eleitoral, resolveu estender a teoria do oásis à toxicodependência.

**3** - Perante o agravamento da situação que os números revelam, os meios de resposta do Estado disponibilizados pelo Governo

são absolutamente insuficientes, deficientemente coordenados e, muitas vezes, decorrem de opções de política absolutamente incorrectas.

No que respeita à prevenção da toxicodependência a política prosseguida visa, no fundamental, fazer esquecer que a toxicodependência, apesar da sua multicausalidade, é um fenómeno eminentemente social. Neste quadro, a política do Governo no terreno económico e social a que se abate sobre o país e particularmente sobre a juventude é directamente propiciadora de vulnerabilidades e situações de risco, que conduzem à toxicodependência.

Mas também no que respeita à prevenção primária, em sentido restrito, não existem investimentos coerentes e criteriosos na informação e formação, currículos escolares adequados, nem formação de professores ou de operadores de prevenção de toxicodependência. O que existe é um assinalável voluntarismo e uma louvável actividade de profissionais dedicados mas que se dispersam por actividades descoordenadas e por vezes ineficazes, o que ressalta é a orientação governamental de, através do Projecto Vida, transferir indevidamente responsabilidades e encargos na prevenção primária, para as autarquias, as famílias e a colectividade em geral.

No que respeita ao tratamento de toxicodependentes, a situação mantém-se de enorme gravidade. O Estado dispõe apenas de 50 camas para internamento prolongado e pelo menos 5 distritos não possuem um centro de atendimento especializado digno desse nome.

Mas, aproveitando o bambúrio das verbas do Joker, foram facilitados apoios a comunidades terapêuticas de IPSS ou mesmo

samento entre este crime, o tráfico e branqueamento de capitais da droga, indica que a situação continuará a evoluir negativamente.

Assim o PCP, ao mesmo tempo que salienta o trabalho empenhado e competente realizado por muitos técnicos e responsáveis a todos os níveis, acusa o Governo de na área da toxicodependência e narcotráfico prosseguir uma política que não só não está à altura da dimensão e gravidade do flagelo como contribui para o seu agravamento.

O PCP acusa o Governo de ineficácia, de hipocrisia e de falta de vontade política para se empenhar efectivamente no combate ao flagelo social da toxicodependência.

O PCP acusa o Governo de não disponibilizar meios suficientes nem assumir as responsabilidades do Estado nesta área e de procurar transferir para as autarquias e os cidadãos encargos e competências que lhe pertencem.

O PCP acusa o Governo de praticar a mais reprovável demagogia nestas matérias, ao falar de redução do número de toxicodependentes quando tudo indica o substancial alargamento do seu número e da gravidade da situação.

O PCP acusa o Governo de gerir o flagelo da droga, como sucedeu na recente "Semana Europeia de prevenção da Toxicodependência", como mais um dossier de marketing eleitoral.

**4** - No entender do PCP, o combate eficaz à toxicodependência passa necessariamente pela adopção de políticas que eliminem as suas causas mais profundas e que mobilizem os meios e as vontades indispensáveis para fazer face à alarmante dimensão que esse flagelo assume entre nós.

O combate à toxicodependência passa assim por condições dignas de educação e ensino, por perspectivas de emprego socialmente compensadoras para os jovens, pela humanização das condições de vida e de sociabilidade nos grandes centros urbanos. Mas passa também por uma séria vontade política de combate à droga, que não assente apenas em palavras, por bonitas que sejam, mas que se traduza na mobilização de meios para a prevenção primária, na criação de condições de tratamento acessíveis, na existência real de perspectivas de reinserção social, na disponibilização de meios de combate ao tráfico de drogas que estejam mais à altura da gravidade da actual estado de coisas e na criação de mecanismos fiáveis de avaliação da real situação da toxicodependência em Portugal.

Neste sentido e no quadro da sua intervenção com vista a enfrentar o flagelo da toxicodependência, o PCP, para além da sua discussão no "debate com o país para uma nova política", propõe-se tomar um vasto conjunto de iniciativas e anuncia, desde já, no âmbito da apreciação pela A.R. do Orçamento de Estado para o próximo ano, que o seu Grupo Parlamentar proporá a análise rigorosa do tratamento orçamental da problemática da droga, nas suas várias vertentes: Saúde, Educação, Administração Interna, Justiça, Emprego e Formação Profissional e Juventude.

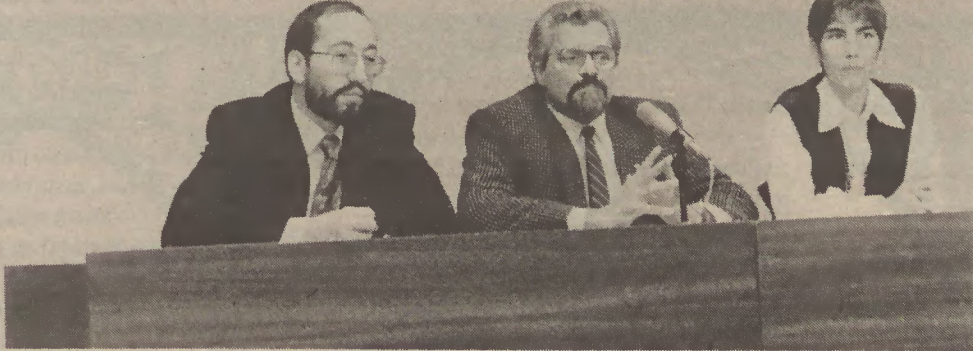
O PCP propõe que para o efeito seja assegurada a presença, entre outras entidades, do Ministro Adjunto (responsável governamental por esse flagelo) e do Alto Comissário para o Projecto Vida.

Ainda no que se refere ao Orçamento de Estado para 1995, o PCP proporá a inclusão das dotações necessárias para o reforço das acções de prevenção primária, de reinserção social e para a criação, a curto prazo, de uma rede pública de centros de atendimento gratuitos de toxicodependentes que cubra eficazmente todo o território nacional.

No mesmo sentido, o Grupo Parlamentar do PCP apresentará em breve um Projecto de Lei que vise assegurar a existência de uma rede pública, gratuita, de centros de atendimento de toxicodependentes e de comunidades terapêuticas que, distribuídas por todo o território nacional, possam garantir condições de tratamento acessível a muitos milhares de toxicodependentes que actualmente não dispõem de qualquer forma real de apoio.

O G.P. do PCP vai, ainda, apresentar uma iniciativa legislativa que propõe a instituição de um Relatório sobre a situação do país em matéria de toxicodependência, a apresentar anualmente pelo Governo à A.R., e que aborde detalhadamente a situação da toxicodependência e do tráfico de drogas em Portugal, bem como as medidas tomadas ao nível de cada Ministério ou instituição pública no combate a estes fenómenos.

COM O PCP  
POLÍTICA  
PARA UMA VIDA MELHOR



O camarada Carlos Gonçalves acompanhado do deputado António Filipe e de Paula Coelho, todos membros do Comité Central, apresentou à imprensa as propostas do PCP

de empresas privadas. Em vez de se apostar numa rede nacional pública, geral e gratuita, para atendimento e tratamento físico e psicológico de toxicodependentes, tal e qual propôs o PCP, optou-se por contabilizar camas e de tudo o que é comunidade terapêutica privada, muitas vezes sem o mínimo de condições nem qualidade, para ser reconhecida legalmente e com o objectivo único de o Primeiro-Ministro poder falar de 1000 camas para tratamento de toxicodependentes em funcionamento até ao final do ano, como se isso resolvesse o problema económico do acesso ao tratamento ou bastasse para fazer face ao número de dependentes de droga que dele carece.

A política do Governo relativamente a este aspecto é também explicitado pela tentativa de desarticular o CAT do Restelo, reduzindo a eficácia e o número de profissionais que lá prestam serviço, com perspectivas economicistas e centralizadoras.

No que respeita à reinserção social de toxicodependentes há que dizer que não existe sequer uma entidade responsável nessa matéria pela política do Estado e que não estão a decorrer quaisquer programas de reinserção para jovens com percursos desviantes ligados ao consumo de drogas. O que se verifica é, também neste caso, uma tentativa de alijar encargos e responsabilidades para as comunidades locais através das chamadas Comissões de protecção de menores.

No que respeita ao narcotráfico pode-se dizer que cada vez é maior o vazio do combate ao tráfico de rua e que as reduções orçamentais na área da Administração Interna não auguram nada de positivo.

Quanto ao médio/grande tráfico não se afigura que a coordenação decidida de forças e serviços de segurança em torno da Polícia Judiciária tenha permitido ultrapassar os conflitos e sobreposições existentes. Por outro lado, a opção do Governo por não satisfazer a pretensão do Procurador Geral da República aos meios indispensáveis à investigação da corrupção, dado o entro-



# O Ano Internacional da Família e a necessidade de uma nova política

■ Graça Mexia

A Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 44/82, proclamou 1994 o Ano Internacional da Família (AIF), recomendando que, «dada a transcendência do tema: Família — capacidades e responsabilidades num mundo em transformação, se começasse a preparação do evento com grande antecipação, principalmente a nível local e nacional».

Portugal, com o estatuto de observador, participa desde 1983 na Comissão de Desenvolvimento Social das Nações Unidas e, em 1987, foi um dos países proponentes do estudo da viabilidade da proclamação do Ano Internacional da Família.

De acordo com o desenvolvimento da proposta, considerou a ONU que «o AIF se deveria ocupar da identificação dos temas que infra-estruturam a família, procurando dar-lhes soluções concretas».

## O que diz Cavaco...

Cavaco Silva a 22 de Novembro de 1990 decidiu (resolução do Conselho de Ministros 11/91 publicada no DR, 1ª série B, de 4 de Abril de 1991) «dar a mais plena adesão à proclamação do AIF» e «mobilizar a sociedade portuguesa num vasto e empenhado movimento em prol das famílias e imprimir uma renovada dinâmica às estruturas da política familiar». Declarou nessa Resolução que «o Estado Português se tornou nos últimos anos verdadeiramente inovador e mesmo pioneiro, não podendo deixar de firmar-se numa posição de vanguarda que lhe permita dar execução cabal a imperativos constitucionais».

Acrescentamos nós: Sim? quem diria... Que descaramento... Mas Cavaco diz mais: é preciso adoptar providências concretas, nomeadamente de carácter legislativo, a favor das famílias. Venham elas!

Mas se é por exemplo medidas para aumentar os desempregados(as)... não, obrigada!

Nessa «tocante» Resolução mais decide ainda o Primeiro-Ministro criar na Presidência do Conselho de Ministros uma Comissão para o Ano Internacional da Família.

Essa Comissão, presidida por ele próprio, é constituída por

várias entidades como o ministro do Emprego e da Segurança Social, um representante do ministro da Educação, o director-geral da Família, o presidente da Caritas, etc., etc. Entrou a dita Comissão em funcionamento em Abril de 1991. A sério, verdade, verdade que já tem mais de dois

anos, já devia pelo menos andar... mas, leitoras e leitores, sabem que ela existia?

Já deram por alterações positivas quanto ao bem-estar das famílias portuguesas?

É muito bonito o lema da Direcção-Geral da Família — «Família — Um valor a promover»; mas será só com concursos de cartazes, de slogans e de fotografias que se chega a algum lado?!

O logotipo do AIF também tem a sua graça — um coração debaixo de um tecto; mas um «coração» com fome, desemprego e sem tecto dá que pensar, não acham?...

## ... e o que se vê no País

Será que não tem a ver com a(s) família(s):

— Que o desemprego cresça, situando-se já nos 8 por cento da população activa (dados oficiais)?

— Que o trabalho infantil continue a proliferar perante a ineficácia da intervenção do Governo?

— Que o valor do salário mínimo nacional fixado para este ano seja ridículo?

— Que o poder de compra dos salários se degrade dia a dia?

— Que só no distrito de Lisboa, no primeiro trimestre de 1993, mais de 15 mil trabalhadores tenham ido para o desemprego?

— Que continue uma política de desresponsabilização social do Estado, sobretudo nas áreas da saúde, do ensino e segurança social?

— Que a imposição de reformas antecipadas e pré-reformas a muitos milhares de trabalhadores relativamente novos, cause prejuízos imediatos nas suas condições de vida e no financiamento da Segurança Social?

PCP

Debate com o País

"A Família Hoje e a necessidade de uma Nova Política"

Dia 29 de Outubro (Sábado)  
das 15 às 18,30 horas  
no Novo Espaço Vitória

com a presença de

AURÉLIO SANTOS  
Membro do Comité Central do PCP

DOAL do PCP

— Que o novo cálculo para as futuras pensões irá prejudicar fortemente os trabalhadores que se reformem com menos de 37 anos de pagamento de contribuições?

— Que se agrave a idade da reforma para as mulheres, passando dos 62 para os 65 anos?

— Que hoje há 30 milhões de desempregados na Europa e que esse número continua a aumentar.

— Que na Comunidade Europeia vivam 100 milhões de pessoas abaixo dos limites da pobreza e que em Portugal são 40 mil e só em Lisboa cerca de 3500 pessoas vivam e durmam nas ruas?

— Que 14,3 por cento dos idosos estejam em situação económica altamente precária?

— Que no distrito de Lisboa mais de 5 mil trabalhadores tenham, neste momento, salários em atraso?

— Que o relatório das Nações Unidas referente a 1993 coloque Portugal na cauda da Europa em termos de qualidade de vida?

— Que 75 por cento dos portugueses não façam férias, 66 por cento dos quais por motivos financeiros?

— Que os horários de trabalho dos portugueses sejam os maiores da CE?

— Que o salário mínimo nacional esteja abaixo do limiar da pobreza?

— Que 65 por cento dos trabalhadores da Grande Lisboa gastem mais de duas horas para irem para o trabalho?

— Que há mais de cinco anos que o Estado não abre um jardim de infância e entretanto haja mais de 2 mil educadoras de infância desempregadas?

Etc., etc., etc.

Assim não!

Os ataques à(s) família(s) são dia a dia mais sentidos!

Não podemos continuar a esconder a verdade: há soluções, mas é preciso que haja um debate com o País para uma nova política... também necessária para que as famílias portuguesas vivam melhor.





# Gato escondido com federalismo de fora

■ Pedro Ramos de Almeida

**1. Nunca a identidade, independência, soberania e desenvolvimento social e produtivo nacionais estiveram tão severamente ameaçados e afectados como hoje o são, na sequência da integração portuguesa na União Europeia (UE), monopolista e federalista.**

Nunca e tão repetidamente um tão diversificado quadro de dirigentes estatais e figuras cimeiras dos grupos sociais e políticos dominantes — para mais servidos por meios de comunicação social de potência e alcance nunca antes utilizados — assumira alguma vez postura tão clara, perigosa, subserviente e de tão más consequências contra a viabilidade e sobrevivência nacionais.

Em Dezembro de 1992, Diogo Freitas do Amaral (DFA) declara-se apaixonadamente federalista, na Assembleia da República (AR): «A mera existência da Comunidade Europeia necessita de medidas de aprofundamento, sem as quais a desagregação é inevitável (...). E o aprofundamento leva fatalmente ao federalismo».

Cavaco Silva (ACS), como salienta o Expresso de 12.XII.92, «(...) nunca [?] admitirá a sua adesão ao processo federalista. Mas os seus actos e palavras denunciam o que esconde aos portugueses. Após a ardente defesa de Maastricht feita por Freitas do Amaral na AR, o primeiro-ministro disse, ao felicitá-lo, que só discordava das suas palavras em 0,1%. Ora o federalismo pesa pelo menos 70% no discurso de Freitas (...)». Sublinhe-se bem! Mais de dois terços!

Dois anos passados, já neste ano de 1994 (Público, 3.VI.94), DFA — dando como grandes razões para a integração europeia «garantir a paz interna entre os irmãos europeus», «sobreviver à concorrência das grandes potências económicas [EUA, Japão, Extremo Oriente industrializado], mais fortes que cada um dos países europeus» e a «necessidade de nos defendermos todos de qualquer nacionalismo eslavo ou fundamentalismo islâmico» [?!] — estabelecerá: «A Europa tem de ser (...) um espaço cada vez mais integrado. Por mim, desejo que ela o seja sob forma federal».

E manifestando-se favorável «à existência dos EU da Europa, dotados de moeda única e de política externa, de segurança e defesa comuns», DFA vai demonstrar originalmente a razão por que Portugal com a UE «ganha mais poder e, portanto, fica menos dependente» (sic!):

«A nossa independência nacional passou sempre, historicamente, pela colocação de Portugal sob a protecção de um poder mais forte [o que, afinal é a expressão da tradição da dependência portuguesa, tanto sob o senhorialismo como sob o capitalismo!] — primeiro o Papa, logo com o D. Afonso Henriques; depois a Inglaterra, com o Tratado de Windsor, no tempo de D. João II; por último os Estados Unidos, com a NATO. Mas, salvo neste terceiro caso [?!], a nossa posição era sempre a de um protegido face a um protector mais forte em cujas decisões não intervínhamos. Ao tornar-se membro da UE, Portugal está sentado à mesa — [ou debaixo dela?] — das grandes decisões (...). Tudo isto é um enorme progresso em relação à nossa situação política e diplomática dos séculos anteriores (...).

«Se eu fosse francês, inglês ou alemão, ainda podia ter dúvidas quanto à união política e económica da Europa; como português só posso rejubilá-lo».

Os imperialistas são trouxas! Portugal é dependente, mas por isso mesmo poderoso! Traioeira fantasia... Os 0,1% de discordância de ACS com DFA já devem agora resumir-se a 0,01%... Carlos

S. Costa (CSC), chefe de gabinete do comissário da UE João de Deus Pinheiro, é quase mais claro (Público, 20.VI.94) na propaganda da submissão monopolista económica e política, como se ela fosse uma via para a independência: «O país é (...) uma pequena economia muito aberta ao exterior. Esta abertura externa, que é uma consequência da sua dimensão [ou seja: da sua debilidade económica e política relativas...] constitui um pressuposto do desenvolvimento socioeconómico [?!]».

Até porque «Portugal é (...) um pequeno país [sempre país, sempre região... nunca estado, nem nação, nem povo...] que tem uma fronteira terrestre com um único país de significativamente maior dimensão e que por isso teve sempre que basear a sua segurança externa num quadro de alianças e solidariedade com outros. A segurança externa de um pequeno país como Portugal depende, por isso, da compensação e do enquadramento internacional e multilateral das relações bilaterais com o país vizinho».

Para Salazar, a única forma de defender a independência portuguesa perante a Espanha era preservar o império colonial e os favores nacionais e coloniais ao imperialismo; para CSC, ela consiste agora em agravar a independência nacional, económica e política perante o mesmo imperialismo; designadamente europeu, em que afinal se reforça e expande a vizinha Espanha...

E dirá depois: «A afirmação da UE nos planos da política externa e de segurança favorece a afirmação internacional dos países mais pequenos que, desse modo, passam a poder influenciar áreas políticas de que, em maior ou menor grau, estavam arredados!»

E engrossando a curiosa perspectiva governamental de quanto mais envolvido e penetrado, mais influente: «Por isso, o aprofundamento do processo de integração tenderá a gerar um enquadramento multilateral que favorece o reforço da independência nacional».

conquistas democráticas de Abril — assente até por vezes em clássicos argumentos atlantistas e de guerra fria — é muitas vezes encaçada por dirigentes do Partido Socialista!

Em 22 de Setembro de 1994, escreve José Lamego, membro da Comissão Política do PS na II parte do seu artigo «Os socialistas e a construção europeia» — que durante três semanas seguidas ocupará as páginas centrais da Acção Socialista, órgão destacado do PS;

«No segundo pós-guerra, o fortalecimento do Ocidente foi levado a cabo a partir de dois vectores: a criação da aliança militar denominada Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) — apoiada com a presença de tropas americanas na Europa Ocidental e escudada no potencial nuclear norte-americano — e o desenvolvimento da integração europeia ocidental (...).

«Os norte-americanos impulsionaram, neste período, o desenvolvimento da integração europeia ocidental (...) A construção europeia desempenhou, a par da NATO, um papel fundamental na estratégia ocidental de contenção da União Soviética».

Este pro-americanismo de imperialismo «integracionista» vai tão longe que na III parte deste artigo (29.IX.94) já se afirma que «o novo Kennedismo de Bill Clinton da esquerda democrática americana [!] constitui um parceiro estimulante para uma reformulação programática da social-democracia europeia (...)»! Assim se renova, em moldes já sociais-democratas, o culto do «imperialismo democrático» de Browder, dos anos quarenta!

Neste quadro de bom acatamento imperialista, não admira que no primeiro artigo desta mesma série (15.IX.94) José Lamego abençoe a unidade socialista com a democracia cristã. «As famílias políticas socialistas e democrata-cristã a constituir os esteios fundamentais do processo de construção europeia até aos nossos dias, estando hoje organizadas a nível europeu no Partido Socialista e no Partido Popular Europeu». E no entanto, nem dois anos são passados desde que (26.IX.92) o mesmo José Lamego condenava no «Expresso» os partidos «antieuropéistas», entre os quais o CDS: «(...) a Oposição "não competitiva", o PCP e o CDS, tem conseguido ocultar o seu antieuropéismo congénito e a sua defesa de uma sociedade imobilista e proteccionista (...)» Etc., etc.



E quando, por via referendária, o povo dinamarquês inicia uma resistência que, no seu caso, virá a ser vitoriosa contra algumas das mais restritivas obrigações que Maastricht pretende impor à independência e soberania dos Estados nacionais — é ainda, entre outros, o dirigente do PSD, Rui Machete (O Independente, 5.VI.92) que procurará condenar essa iniciativa. «O povo dinamarquês está no seu legítimo direito, mas deverá sofrer as consequências [?!] (...). Não defendo a renegociação do Tratado de Maastricht. Agora os estados membros devem mostrar a sua vontade negocial para ratificar a onze [?!]».

**2. Mas não são apenas os partidos da direita clássica e formal que se pronunciam em desfavor da unidade nacional e da soberania portuguesa. Se repararmos bem a defesa de uma política contrária tanto à autonomia da comunidade nacional, como às**

Verdade se diga que hoje nem todo o «antieuropéismo» foi absolvido por Lamego e seus semelhantes. Aqueles que, como os comunistas, se opõem de facto ao integracionismo monopolista em defesa do entendimento e progresso dos povos português e europeus; que combatem a descaracterização do Estado nacional e o esvaziamento da soberania popular; que reclamam a defesa da língua portuguesa e o avanço cultural em Portugal; que condenam a desarticulação produtiva portuguesa; que reprovam o enfeudamento à UE da política externa, de defesa e segurança nacionais; que lutam contra a transformação antipatriótica e antidemocrática do poder em Portugal; que não confundem internacionalismo com cosmopolitismo — esses, continuam, justificadamente, a merecer a desconfiança de todos os Lamegos deste mundo. Bem a merecem. Honra nos seja.



■ Zillah Branco

# Raízes culturais e equilíbrio social

Com o detonar de conflitos sociais em todos os níveis, das famílias às etnias, de carácter político ou por puro desespero, de indivíduos ou de grupos, tornou-se urgente o debate amplo e participado sobre as causas e motivações do visível desequilíbrio social que hoje assola os países mais desenvolvidos. A surpresa maior causada pelo suicídio ou assassinato de 48 membros da seita «Ordem do Templo Solar» em ricos *chalets* da tranquila Suíça deveu-se principalmente ao facto de ter ocorrido na Europa e não nos exóticos países do Terceiro Mundo ou na violenta sociedade norte-americana. A imprensa francesa esteve em estado de choque na primeira semana de Outubro com essa proximidade geográfica com crimes que habitualmente ocorrem do lado de lá do oceano e mais o tiroteio em plena cidade de Paris de que resultaram mortos três polícias, um motorista de táxi e um delinquente. Sobreviveu a autora dos disparos e ao que parece, mentora do assalto às forças policiais, uma jovem de 19 anos, considerada pelos colegas de escola e pelos vizinhos um criatura meiga e tímida sem vínculos com grupos radicais.

Sempre ficamos estarelecidos com os actos criminosos, tanto pela sua violência como pela irracionalidade. No entanto, já deveríamos estar preparados para os presenciar em série neste final de

século, em que os místicos anunciam o fim da humanidade e os menos cépticos já perderam as últimas esperanças em dias melhores. Passivamente, os governantes e as populações vêem a proliferação de seitas religiosas que manipulam as consciências dos adeptos desesperados com requintados recursos de histeria social. Misturam-se grandes somas de dinheiro que escapam a qualquer fiscalização. Mais passivamente ainda, até mesmo com irresponsável adesão, assistimos a aulas de violência e de destruição que os meios de comunicação social metem pelas casas adentro. A jovem e meiga francesa que matou quatro homens tinha em sua casa uma edição impressa, que circula no país, chamada «*Tueurs né*». A escola para assassinos não é sequer clandestina: há máquinas caça-níqueis que ensinam o atirador a aperfeiçoar a pontaria em órgãos humanos vitais; há revistas, livros e filmes para formar mentalidades subordinadas a Rambo, o herói; há ruídos, músicas, gestos escolhidos para neurotiziar constantemente os telespectadores; há os jogos políticos internacionais que combinam as ameaças de guerra com os jogos das bolsas financeiras. Como pano de fundo condicionador do desespero, a desmoralização da democracia minada por grandes manobras eleitorais, corrupção, mentiras de governantes, incompetências ministeriais, destruição da produção e dos sistemas de saúde, de segurança social e de ensino, falência dos meios de protecção civil e o crescente desemprego.

Se há algum benefício a retirar do desaparecimento da potência socialista na Europa é a impossibilidade de atribuir às iniciativas revolucionárias todo e qualquer acto de desespero praticado contra a sociedade. Agora os *donos da democracia* têm de encarar com realismo a desagregação interna da sociedade em economia de mercado, incapaz de sobreviver sem guerras e sem drogas alienantes. No caso da jovem francesa, Florence Rey, imediatamente classificada pelos *media* como *marginal* e *anarquista*, ficou demonstrado tratar-se de pessoa de uma família normal de trabalhadores, ela própria boa aluna, sem qualquer vínculo com o movimento anarquista que no país tem a sua Federação.

A propósito do tema a televisão espanhola referiu problemas semelhantes existentes no seu país, citando o caso de um rapaz de 15 anos, bom aluno e bom filho, que numa das raras noites em que tomou uns copos numa discoteca foi para casa e matou os pais. Creio que todos os países poderiam enumerar casos idênticos, onde jovens com uma formação *normal* se desequilibram face à *anormalidade social imperante*.

Enquanto tudo isso se passa afligindo a população que recorre às seitas prometedoras de tratamento humanizado e conforto espiritual, os governantes encontram-se em dispendiosas reuniões internacionais para traçarem hipócritas estratégias de soli-

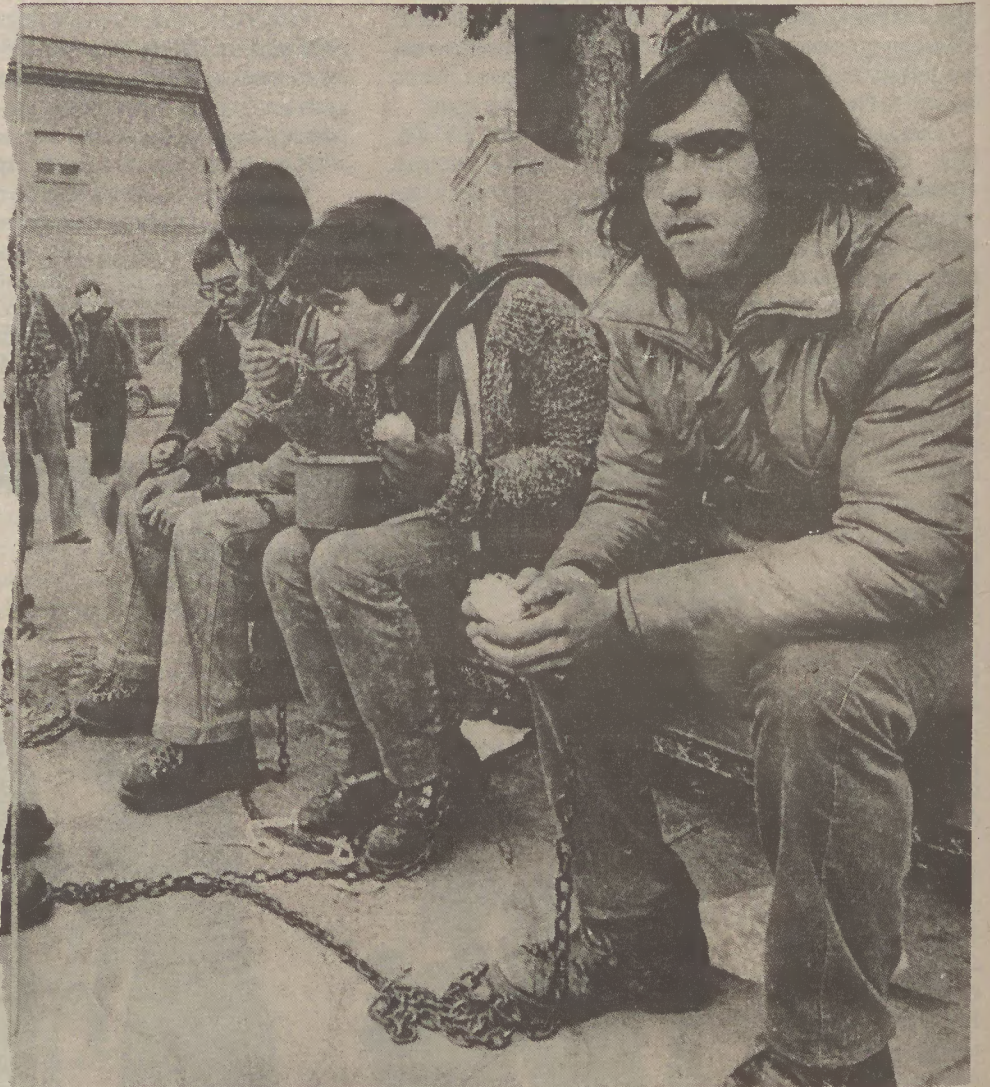
dariedade norte-sul, intervenções armadas com carácter humanitário, debates intermináveis sobre como disfarçar o desemprego com a redução de salários e a supressão das despesas com a segurança social e a saúde. Despertam da sua letargia com as notícias dos crimes assustadores e decidem votar a pena de morte e novas leis de segurança que põem sob vigilância o cidadão normal cada vez mais acossado. Assim levantam a bandeira de moralidade e ficam tranquilos atrás dela, lavando as mãos como Pilatos. E a bola de neve avoluma-se, daí nascendo novas desesperanças onde germinam novos desesperos.

Quem vai acreditar neste sistema? No Brasil, quando o candidato popular Lula poderia ter sido eleito em 1989, a machadada fatal foi dada por Fernando Collor acusando o opositor de ter uma mancha na sua moralidade familiar. Depois foi o que se viu, Collor era um corrupto e a sua moralidade nada tinha de imaculada. Com mais ou menos escândalo, todos os países têm pago a sua quota na desvalorização da conspurcada democracia. A *anormalidade* é a regra no sistema, da moralidade institucional ao comportamento individual. De nada vale apregoar os tradicionais valores culturais ou responsabilizar os pais e educadores pelo desatino da juventude. As causas do desequilíbrio social residem

toda a indústria têxtil do Vale está a ser fechada à crise – e a serenidade com que se constrói o futuro. «Como muitas das pequenas pátrias que têm por única riqueza o trabalho dos habitantes e o caminho da vida escolhido pelos seus ancestrais, a nossa comuna possui um tesouro invisível constituindo pelo seu património histórico».

As suas palavras encontram-se registadas também numa pequena brochura editada pela Câmara. «Longe de ser uma velharia poeirenta e atravancada, esta herança escondida modelou os homens, de geração em geração, dando-lhes as preciosas marcas de identidade que tantas vezes desaparecem na agitação sem verdadeiro objectivo das grandes cidades.» Aí também aparece com destaque o poema de Jeanne Lau (1890/1975): «Ama o teu lugar, ama a tua cidade, / Respeita os antigos costumes / Que testemunham a originalidade da tua raça / Ama a terra bendita que os teus pais trabalham / Ama-a como um berço do teu valor moral / Lembra-te com reconhecimento / De todos os bens que eles te legaram.»

A história daquela população é idêntica à do Presidente da Câmara: bisneto, neto e filho de trabalhadores da floresta, artesão do famoso queijo de Munster, «carola» do dinâmico movi-



na destruição, *programada pela sociedade de consumo*, da coexistência entre as raízes culturais dos povos e as condições actuais de existência.

## A força da História no meio rural

Recentemente, tive a oportunidade de visitar o interior da Alsácia, em França. Num país desenvolvido onde as tradições culturais podem ser preservadas com o apoio de um sólido sistema educacional e uma relativa equidade na distribuição dos recursos de infra-estrutura que contribuem para melhorar o nível de vida das populações mesmo de remotas aldeias, descobre-se que a existência das *duas velocidades* no desenvolvimento económico nacional leva a resultados contraditórios: a concentração dos recursos económicos acentua os desequilíbrios socioculturais nos meios urbanos – com as expressões de violência, alienação e corrupção – enquanto que as carências, nos meios rurais, permitem que as colectividades se unifiquem em torno as raízes históricas de onde vão buscar o estímulo para criarem novas condições de vida.

Em *Muhlbach sur Munster*, uma comuna na montanha com 700 habitantes, ouvi o relato feito com grande modéstia pelo Presidente da Câmara sobre as dificuldades do momento – em que

mento associativo local. A maior autoridade da comuna não faz esforço para sentir-se igual aos seus conterrâneos. Abre as portas do museu onde a história do árduo trabalho da madeira, desde o seu corte na floresta, transporte em trenós («shillitt»), até à produção de peças torneadas, está fortemente ligada aos acontecimentos nacionais, sobretudo às lutas contra a opressão monárquica ou dos invasores. Em toda essa difícil trajetória é a unidade entre os moradores, cimentada numa cultura que os identifica, que constitui a força invencível de Muhlbach. Mesmo quando divididos pelas cisões religiosas da Reforma, uma única igreja servia em dias alternados para os dois cultos. Sob a opressão nazista o próprio Presidente da Câmara, pai do actual, foi protegido por moradores que o ocultaram durante um ano na floresta.

Emociona ouvir um relato feito com simplicidade e modéstia onde está presente a *chave* da difícil questão da *identidade cultural* e do *equilíbrio social*: a história concreta dos que construíram uma comunidade que prossegue com orgulho a sua permanente construção. Não têm recursos, nem tempo, nem interesse, para sofrerem a agitação neurótica das grandes cidades onde os falsos valores da modernidade e as alucinações do crescimento económico destroem a percepção dos indivíduos. E isto não os impede de utilizar os valores da modernidade e incorporar as mais modernas tecnologias. Sabem separar o joio do trigo e não vão em conversas de artificiais *retomas* económicas.



# Encerraram as comemorações do XX aniversário do 25 de Abril



Com numerosa assistência, realizou-se, na passada sexta-feira, no Auditório da Gulbenkian, em Lisboa, a sessão solene de encerramento do Ciclo de Comemorações do XX aniversário do 25 de Abril, que contou com a presença do Presidente da República. Capitães de Abril, em que se destacavam as presenças do antigo Presidente Costa Gomes e do almirante Rosa Coutinho, presidentes de câmaras, entre outros autarcas, registando-se a participação do presidente da Câmara de Lisboa, Jorge Sampaio, representantes de partidos — estavam lá os camaradas Carlos Brito, em representação do PCP, e Dias Lourenço — e muitos democratas participaram na sessão que teve início com a intervenção do tenente-coronel Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril e de cujo discurso hoje publicamos significativas passagens. No uso da

palavra, seguiram-se o tenente-coronel Melo Antunes, que propôs uma reflexão sobre o País, vinte anos depois de Abril, tendo ainda proferido intervenções Miguel Frade, da Associação de Jovens Empresários, e Pinto Ribeiro, da Associação de Direitos Cívicos. O Presidente Mário Soares encerrou a sessão com um breve improviso, saudando a Associação 25 de Abril pelo seu papel na iniciativa das comemorações, considerando positivo o balanço destas. Afirmando embora que houve quem se pronunciasse contra Abril, salientou que a maioria do povo português reconhece o sucesso da revolução nos seus objectivos essenciais — a democracia e a independência das colónias. Mário Soares não deixou entretanto de se referir à muita insatisfação que ainda hoje existe no País, a muitos problemas que continuam por resolver.

## A intervenção de Vasco Lourenço

### Antes de Abril não era possível...

«Quis o destino que a sessão de encerramento das comemorações do 20.º aniversário do 25 de Abril se realizasse no mesmo dia em que se vota na Assembleia da República uma moção de censura ao Governo», disse Vasco Lourenço, na intervenção proferida no Auditório Gulbenkian na passada sexta-feira, após ter agradecido a participação dos presentes e, aos ausentes, àqueles que quiseram «manifestar-nos a sua solidariedade e a sua amizade». E continuou:

«Tal circunstância impediu a presença do senhor presidente da AR, do senhor Primeiro-Ministro e de muitos senhores deputados. Acentuemos, no entanto, que a sua ausência é motivada por um acto que só o 25 de Abril tornou possível. Com efeito, independentemente do resultado final da discussão e da votação, antes do 25 de Abril não eram possíveis moções de censura ao Governo...»

Falando seguidamente dos propósitos das comemorações e das numerosas iniciativas entretanto havidas, Vasco Lourenço afirmou:

«Fim do este ciclo comemorativo, é hora de análise e conclusões: os objectivos a que nos propusemos foram totalmente atingidos e francamente ultrapassados. Muitos e muitos actos comemorativos do 25 de Abril se organizaram e se viveram. Se viveram em festa, na recordação das grandes conquistas alcançadas. Se viveram em luta, na reafirmação dos valores de Abril, onde ressaltaram a convicção e a certeza de que só com a vivência e a consumação desses valores Portugal será um país onde os seus habitantes viverão cada vez mais felizes, com liberdade, com justiça, com igualdade, com solidariedade.

«Por isso, neste dia em que festeja o seu 12.º aniversário, a A25A está duplamente de parabéns. Daqui, como presidente da Direcção, envio uma fraterna e calorosa saudação a todos os seus membros, com a convicção de que a nossa associação se afirmará cada vez mais, na defesa dos valores e ideais, que há 20 anos fizeram os capitães de Abril arrancar para uma das mais belas jornadas da História do nosso país.»

Vasco Lourenço, que realçou, entre as várias iniciativas, os «inúmeros debates» e a importância que, para os militares de Abril, «assumiram as inúmeras homenagens a um dos nossos, o Fernando Salgueiro Maia», lembrou as entidades e personalidades que colaboraram nas comemorações, destacando o papel assumido por Mário Soares:

«Quis V. Ex.ª, senhor Presidente da República, agradecer a A25A com a Ordem da Liberdade. Como então tive oportunidade de afirmar, muito nos honra o gesto de V. Ex.ª. Não é suficiente para que os militares de Abril considerem relevadas todas as ofensas, todos os ostracismos, todas as desconsiderações com que os detentores do poder democrático resultante da sua acção de há 20 anos os vêm contemplando. Não é o suficiente, mas é significativo...»

Mais adiante, falando das numerosas instituições que apoiaram as comemorações de Abril, disse:

«Seja-me permitido destacar o sarau de Bandas Militares, organizado no Coliseu dos Recreios. Quão gostoso e gratificante foi, para nós, militares de Abril, assistir à interpretação conjunta das bandas da Armada, do Exército e da Força Aérea, do «hino do MFA» e da «Grândola, Vila Morena». Acreditem que, passados 20 anos, essa situação, impensável há algum tempo atrás, foi bastante gratificante. Como significativa e gratificante foi a reconstituição do Posto de Comando, no Regimento de Engenharia da Pontinha.

«Quero também agradecer aos vários municípios que conosco quiseram colaborar. Almada, Loures, Amadora, Vila Franca de Xira, Santarém, Porto, Almeirim, Praia da Vitória, Constância, Campo Maior, Matosinhos, Barreiro são algumas dessas Câmaras Municipais. Que nos ajudaram, como igualmente nos apoiaram algumas Juntas de Freguesia, de que saliento

as da Pontinha, da Trafaria, do Laranjeiro, do Feijó e de Carnide.

«Quero, no entanto, destacar a Câmara Municipal de Lisboa, que nos apoiou de forma significativa.»

E o capitão de Abril adiantou:

«Com este muito obrigado, quero realçar o papel extraordinário que, por todo o País, o poder autárquico vem desempenhando. Assim fazendo jus ao facto do poder autárquico ser uma das principais conquistas democráticas do 25 de Abril. A todos, os nossos votos de que continuem a pugnar por um Portugal cada vez mais de Abril. Que continuem a resolver os problemas concretos dos portugueses. A todos, a nossa solidariedade nessa luta permanente.

«Quero ainda agradecer o apoio e a colaboração de

diversas organizações sindicais, de várias associações e clubes desportivos, de organizações culturais e cívicas que contribuíram para a concretização das comemorações de Abril. As muitas actividades de natureza cultural, desportiva ou recreativa (de que salientamos o concurso literário, os debates, o torneio de bridge, as provas de atletismo, de ciclismo, de ginástica — que extraordinário festival tivemos em Almada!), só foram possíveis com a sua colaboração e participação.»

Agradecendo, por fim, «aos muitos e muitos milhares de portuguesas e portugueses que participaram nestas comemorações», terminou reafirmando «a nossa determinação em manter viva a liberdade». «Todos», disse, «jovens e menos jovens, vamos vivê-la!»





## A II Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

# Hitler ordena a conquista de Stalinegrado (II)

Não são poucos os comentários com que deparamos em centenas de obras escritas sobre a dureza, a impraticabilidade da guerra nas condições do Inverno russo, a impossibilidade de o soldado alemão conseguir combater e vencer. Não podem negar-se essas condições ou essas dificuldades. Em posições defensivas às vezes precárias, formações nazis tentavam sobreviver aguentando-se nesta ou naquela povoação, neste ou naquele cruzamento de estradas. Com o próprio gelo, faziam-se parapetos onde se alinhavam metralhadoras. O equipamento gelava. As armas também. Até que se descobriu que se não fossem oleadas, depois de limpas, e se utilizadas com frequência, em combate ou não, resistiriam às baixíssimas temperaturas que atingiam, agora, os 25 e os 30 graus negativos.

Em marchas desesperadas, os nazis procuravam aquecimento e descanso em aldeias situadas à beira das estradas. Os motores das viaturas não resistiam à acção do gelo. A neve chegava a ultrapassar um metro de altura. Não é possível deixar de admitir-se que o Inverno russo exigiu do soldado alemão enormíssimos sacrifícios. Mas Hitler concebera a conquista da URSS como uma parada militar até Moscovo. Surgiu-lhe pela frente, não um povo decadente e preparado para abandonar-se, mas um conjunto novo de nações antigas lutando pela liberdade para poderem rejuvenescer e prosperar. Para os hitlerianos, essas nações, esses povos, possuíam uma decisiva resposta: a bandeira de Lênine, o projecto socialista, a liderança do Partido Comunista.

Se se chorava tantas lágrimas em razão dos sofrimentos dos soldados da «Wehrmacht» (e ainda existe quem continue a chorá-las), torna-se imperativo não esquecer os sofrimentos consentidos pelos milhões de soldados do Exército Vermelho e por todo o povo soviético que, à retaguarda, assegurava as condições que levariam à vitória. Não tinha frio esse povo? Não tinha fome? Não morria, não chorava, não desesperava perante as acções cruéis, assassinas dos invasores nazis? A URSS, na verdade, não teria podido sobreviver e sentar-se à mesa da vitória, em 1945, se os seus filhos e as suas filhas não houvessem tomado a decisão de, fossem quais fossem as condições, entregarem-se, totalmente, ao serviço da Pátria socialista soviética.

### Uma ilusão de altos custos

Em seguimento das ordens de Adolf Hitler, segundo as quais «a continuação e a forma das operações a Leste dependerão das circunstâncias do Inverno russo, e a guerra reduzir-se-á a conflitos locais» as forças do «Grupo de Exércitos Centro» contra as quais o Exército Vermelho montava contra-ataques em todas as zonas da frente de Moscovo, haviam tomado, como se disse, posições defensivas. Mas o comando soviético procurava destruir, quanto antes, os grupos nazis que se concentravam nas áreas de Rzhev, Vyazma e Smolensk. O 3.º exército (Purkaiev) avançaria sobre Velikie Luki e o 4.º exército de tropas de choque (Yeremenko) cairia sobre Turopets e Velizh. O plano soviético previa, ainda, o avanço das forças da Frente Ocidental (Sul) para Kharkov e o estabelecimento de testas de ponte na zona de Dnepropetrovsk e Zaporozhie.

Em Fevereiro de 1942, os referidos 3.º e 4.º exércitos de forças de choque da Frente Ocidental (Norte) haviam recuperado 250 quilómetros de território. Mas Hitler, agora no comando pessoal da «Wehrmacht», ordenava:

«Temos de manter-nos em todas as cidades, vilas e aldeias que ocupamos. Não nos é permitido recuar um só milímetro. Lutaremos até ao

último cartucho, até à última granada – eis o que a nossa posição exige!»

Em instruções directas ao comandante da 23.ª divisão de Infantaria nazi, Kurt Badinski, do 4.º exército «Panzer» (Happner), dizia-se:

«A situação geral impõe que o rápido recuo das tropas seja definitivamente estancado na zona do rio Lama e que a divisão, aí, organize a mais firme resistência. As nossas posições ao longo do Lama têm de ser defendidas até ao último homem. Trata-se de uma questão de vida ou de morte.»

Todavia, a 20 de Janeiro, tinha começado uma operação extremamente arriscada por parte do Exército Vermelho. O 5.º exército (Govorov) e o 33.º (Yefremov) haviam ultrapassado Ruza, Dorokovo, Mozaik, Vereya. Lançadas à retaguarda do inimigo, tropas pará-quedistas soviéticas abriam caminho para Vyazma. E o general Yefremov decide tomar pessoalmente o comando da acção de ligação com aquelas forças aerotransportadas e do assalto a Vyazma. A 31 de Janeiro, o seu 33.º exército achava-se na zona de Chanski Zavod e Domanovo. Os riscos eram evidentes e, a 3 e 4 de Fevereiro, os nazis contra-atacavam poderosamente. O 43.º exército soviético (Golubev), que procurava ligar-se a Yefremov, já não conseguiu avançar para além de Medyn e a cavalaria de Belov (1.º Corpo-Guardas) lançando-se em auxílio de Yefremov, também, viu-se isolada da respectiva retaguarda. Forças nazis trazidas de França constituíam um fortíssimo agrupamento que defenderia Vyazma com êxito. Os exércitos de Belov e Yefremov ficaram em território dominado pelos alemães e o seu extermínio tornava-se possível. Mais tarde, Belov e os pára-quedistas conseguiriam romper o cerco inimigo e encontrar-se-iam com o 10.º exército (Golikov) que operava na área de Kirov, a 18 de Julho de 1942. Mas Yefremov não foi capaz de iludir o envolvimento em que se achava e, para evitar cair prisioneiro, suicidou-se. O seu exército, o mencionado 33.º, foi destruído pelos nazis.

### Em força, para Stalinegrado

A 5 de Abril de 1942, o «Führer», pela sua Directiva N.º 41, declarava:

«O grupo de Exércitos Sul (von Boch) tomará posse das ricas regiões agrícolas e industriais do sul da URSS (acima de tudo as áreas de produção petrolífera do Cáucaso) e capturará posições de controlo estratégico a partir das quais poderá prosseguir os seus objectivos militares e políticos.»

Em Maio, os nazis dispunham, nas frentes de combate contra a URSS, de 6 milhões de homens em armas (incluindo 810 000 dos países satélites), 3229 tanques, 57 000 peças de artilharia e morteiros e 3395 aviões de combate. Com boa parte destas impressionantes forças, propunham-se ocupar o Cáucaso, penetrar a zona do Volga, capturar Stalinegrado.

## A ordem de batalha (2)

Concluímos neste número a lista que iniciámos na passada semana, sobre a ordem de batalha das forças em presença em 1 de Janeiro de 1942, com as restantes forças nazis que se opuseram ao Exército Vermelho.

### Legião Francesa:

#### 9.º Corpo – Tenente-General Hans Schmidt;

compreendendo:  
18.ª Divisão Motorizada (Major-General Friedrich Herrlein);  
87.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Bogislav von Studintz);  
252.ª Divisão de Infantaria (Coronel Hans Schaefer);  
20.ª Divisão «Panzer» (Major-General Wilhelm Ritter von Thoma);

#### 46.º Corpo de Forças Motorizadas – General de Forças «Panzer» – Heinrich von Vietinghoff Gennant Scheel;

compreendendo:  
Divisão SS «Das Reich» (motorizada), incluindo um grupo de ataque da 10.ª Divisão «Panzer»  
Gruppenführer Paul Hausser;

#### 5.ª Divisão «Panzer», incluindo partes da 11.ª – (Major-General Gustav Fehn);

#### 5.º Corpo – General de Infantaria Richard Ruoff;

compreendendo:  
23.ª Divisão de Infantaria (Major-General Kurt Badinski);  
35.ª Divisão de Infantaria (Major-General Freiherr Rudolf von Roman);  
6.ª Divisão «Panzer», incluindo a 106.ª Divisão de Infantaria (Major-General Erhard Rauss)

#### 3.º Exército «Panzer» (subordinado ao 4.º Exército) – Coronel-General Georg-Hass Reinhardt;

##### Chefe do Estado-Maior: Coronel Walter von Hunersdorff

56.º Corpo de Forças Motorizadas – General de Forças «Panzer» (Ferdinand Schaal);  
compreendendo:  
14.ª Divisão Motorizada (com a Brigada «Lehr» 900 [coronel Walter Krause]);  
7.ª Divisão «Panzer» (Major-General Hans Freiherr von Funck);

#### 41.º Corpo de Forças Motorizadas – General das Forças «Panzer» Walter Model;

compreendendo:  
36.ª Divisão motorizada (Major-General Hans Gollnick);  
1.ª Divisão «Panzer» (Major-General Walter Krüger);  
2.ª Divisão «Panzer» (Tenente-General Rudolf Veiel);

#### 9.º Exército – Coronel-General Adolf Strauss;

Chefe do Estado-Maior: Coronel Kurt Weckmann

#### 27.º Corpo (Tenente-General Eccard von Gablenz);

compreendendo:  
86.ª Divisão de Infantaria (Major-General Helmut Weidling);  
129.ª Divisão de Infantaria (Major-General Stephan Rittau);  
162.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Hermann Franke);  
251.ª Divisão de Infantaria (Major-General Karl Burdach);

#### 6.º Corpo – General da «Luftwaffe»

##### Wolfram von Richthofen;

compreendendo:  
6.ª Divisão de Infantaria (Major-General Horst Grossmann);  
26.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Sigismund von Forster);  
11.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Martin Gilbert);  
161.ª Divisão de Infantaria (Major-General Heinrich Recke);  
um Grupo de Choque da 339.ª Divisão de Infantaria;

#### 23.º Grupo – General de Infantaria Albrecht Schubert;

compreendendo:  
um Grupo de Forças de Choque da 81.ª Divisão de Infantaria;  
102.ª Divisão de Infantaria (Major-General John Ansat);  
206.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Hugo Hoff);  
253.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Oto Schellert);  
256.ª Divisão de Infantaria (Major-General Gerhardt Kaufmann);  
Reserva do 9.º Exército: Brigada de Cavalaria SS;  
Brigadeführer Hermann Fegelein;  
Zona de Retaguarda do «Grupo de Exércitos Centro»

#### Comando N.º 102 – General de Infantaria Heinrich von Schenckendorff

339.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Georg Hewelcke);  
707.ª Divisão de Infantaria (Major-General Gustav Freiherr von Mauchenheim);  
um Grupo de Tropas de Assalto da 221.ª Divisão (Gennant Bechtolsheim) de Forças de Segurança;  
286.ª Divisão de Forças de Segurança (Tenente-General Kurt Müller);  
403.ª Divisão de Forças de Segurança (Major-General Wolfgang von Dittfurth);  
202.ª Brigada de Forças de Segurança (em organização);  
203.ª Brigada de Forças de Segurança (em organização);

#### Forças de Reserva do «Grupo de Exércitos Centro»

208.ª Divisão de Infantaria (Major-General Hans-Karl von Scheele);  
83.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Alexander von Zuluw);  
328.ª Divisão de Infantaria (Major-General Wilhelm Behrens);  
329.ª Divisão de Infantaria (Coronel Helmut Cadtorf);  
330.ª Divisão de Infantaria (Tenente-General Karl Graf);  
331.ª Divisão de Infantaria (Coronel Franz Reyer).





■ Miguel  
Urbano  
Rodrigues

# Surpresas de uma visita ao Quartel-General da NATO

Em Bruxelas e Paris tive a oportunidade de participar nos dias 13, 17 e 18 de Outubro em encontros relacionados com a Segurança Europeia: uma reunião no Quartel-General da NATO (SHAPE); um Colóquio na Assembleia Nacional da França a que compareceram representantes de 28 países; e um diálogo, também em Paris, entre membros do Parlamento da Rússia e deputados da Comissão Política da Assembleia da UEO.

A visita ao Quartel-General da NATO deixou-me recordação forte. Quarenta anos transcorreram desde que, pela primeira vez, entrei no SHAPE, o templo do comando europeu da NATO. O Quartel-General da Organização está agora em Bruxelas; a URSS, que era então o inimigo, já não existe, e a NATO bombardeia o solo da Europa na Bósnia.

É sobre o encontro no SHAPE que escrevo.

O programa do encontro no Quartel-General incluía temas diversificados, tendo por denominador comum a Segurança na Europa.

A reunião não principiou à hora estabelecida, o que é incomum em iniciativas da NATO, sobretudo no SHAPE. O embaixador Sergio Balanzino, secretário-geral interino, chegou atrasado. Na grande mesa da sala de reuniões não havia papel, nem lápis; os deputados desprevenidos não podiam tomar notas.

A saudação do embaixador Balanzino foi neutra, puramente formal.

O tema da segunda intervenção era interessante: a cooperação da NATO com os países da Europa Central e Oriental. Foi desenvolvido pelo secretário adjunto para os Assuntos Políticos, o embaixador Gebhart von Moltke, um diplomata brilhante. Falou durante quase meia hora, mas não passou das generalidades. Evitou as questões de fundo. Confirmei que descende da família prussiana dos Von Moltke, os generais cujos nomes ficaram ligados à vitória alemã de Sedan, em 1870, e à derrota do Marne, em 1914.

Von Moltke falou da maleabilidade da NATO no diálogo com a Rússia, dos alegados benefícios do *partnership for peace*, do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte e das ambições russas. Dissertou sobre a Rússia, usando o tom displicente dos antigos Residentes Gerais quando se pronunciavam sobre um protectorado africano ou asiático. Uma coisa ficou clara: a NATO não será alargada. Os países que lhe batem à porta terão pela frente uma longa espera, de duração imprevisível.

O segundo expositor foi o subsecretário Allen Keiswetter, um civil americano. O tema suscitava o interesse dos deputados da UEO: «A cooperação entre a NATO e a UEO».

O orador não conseguiu prender a atenção do auditório. Keiswetter parece ser um espírito algo baço. Não tentou sequer clarificar um pouco a nebulosa questão do relacionamento orgânico NATO-UEO. Cabe recordar que, de acordo com os textos oficiais, as forças da NATO e da UEO são separáveis mas não separadas, tese que, dias depois, em Paris foi largamente debatida sem que a opacidade do assunto fosse dissipada. Houve apenas uma mudança subtil: doravante essas forças serão apresentadas como destacáveis mas não destacadas.

Dirigindo-se a Keiswetter, um deputado francês lamentou que ele não tivesse sequer referido a existência da UEO, não obstante o tema específico da sua intervenção ser o das relações desta com a NATO. Interrogado sobre o papel do Eurocorpo, informou que pouco sabia do assunto. Procedeu então à consulta de um *adviser* que esclareceu não ser também especialista na matéria, mas estar em condições de asseverar que a NATO está satisfeita com o desempenho inicial do Eurocorpo, agora ampliado, sendo falsos os rumores que tentam negar essa evidência. Registou, contudo, que o Eurocorpo não dispõe ainda de logística e transportes próprios, carecendo igualmente de um serviço de informações merecedor do nome...

Esperava-se mais do major Thomas Petzold, da US Air Force, analista do Quartel-General para os Estudos da Europa Central e Oriental.

Decepcionou. O major desenvolveu a tese segundo a qual o mundo é hostil à Rússia. Ao discorrer largamente sobre aquele país e o seu povo mostrou quadros em que se sublinhava que a Rússia perdeu metade da população e do território.

No decurso do debate, manifestei alguma perplexidade pelo facto de faltar rigor numa exposição recheada de minúcias. Lembrei ao major Petzold que repetira erros constantes dos seus quadros luminosos, nomeadamente o referente à superfície actual da Rússia, país que herdou mais de três quartos do território da URSS e não apenas metade como fora dito. Sublinhei que esse desrespeito pela geografia não favorece a credibilidade da NATO

como Organização. E exprimi também surpresa pela teimosa insistência do major em nos revelar tudo o que os russos pensavam e tudo o que se propõem fazer nos anos mais próximos. Optando pela futurologia, o major atravessava a fronteira da análise política para nos falar como professor de psicologia social e mesmo de psicologia da História.

Sorriu o jovem oficial. Não comentou os erros, mas fez a apologia da psicologia da História como ciência indispensável à compreensão dos russos. Da UEO não falou. Ao ouvi-lo, senti que Thomas Petzold é um representante típico de uma geração de militares de escassa formação cultural guindados a funções que transcendem as suas capacidades. Fez-me pensar num Oliver North subdesenvolvido.

Não subiu o nível do debate quando, de tarde, se apresentou perante os deputados da UEO o jovem diplomata Gregory L. Schulte. Anunciado no programa como director do *Nuclear Planing*, ocupou-se de um tema importante e actualíssimo: «as perspectivas da NATO na ex-Jugoslávia». Alto, respirando saúde, elegante nos gestos e na maneira de vestir, Schulte ajusta-se à imagem estereotipada que Hollywood nos oferece de diplomados de Harvard ou Yale investidos em missões sigilosas de grande delicadeza.

Principiou por nos dar uma ampla informação, muito subjectiva e comentada, sobre a recente Cimeira da NATO em Sevilha, esclarecendo que a Organização decidira *endurecer* relativamente ao conflito da Bósnia Herzegovina, contra os sérvios da região, claro. Definiu a Cimeira como histórica e fundamentou os motivos da escolha da palavra. As acções aéreas contra os sérvios — salientou — passarão em breve a ser «robustas e rápidas» e desencadeadas contra «objectivos múltiplos». Fez a alegre apologia da escalada bélica. Ao falar das decisões de Sevilha dizia Nós, omitindo a palavra NATO.

Não deu mostras de apreciar um comentário meu sobre posições contraditórias assumidas em Sevilha pelos britânicos relativamente aos franceses e alemães e não respondeu quando lhe perguntei se considera o general Rose, comandante da Forpronu, um irresponsável por haver discordado da tese segundo a qual a NATO deve actuar com maior autonomia e dureza na Bósnia e ter lembrado que aos EUA (que não têm tropas no terreno) falta autoridade, depois do que aconteceu na Somália, para dar lições à FORPRONU. O director do *Nuclear Planing* simulou não ouvir.

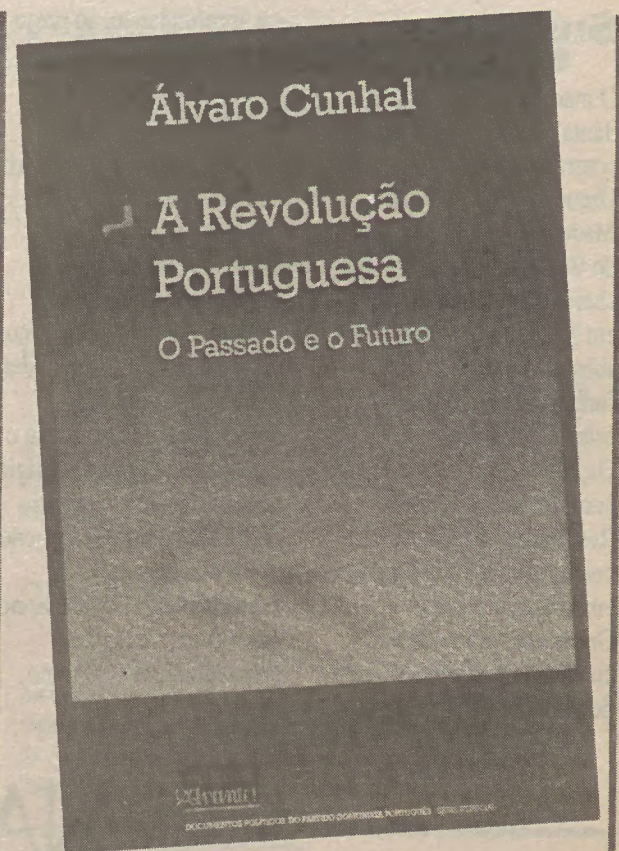
Naturalmente, não abordou nas suas respostas o tema das relações entre a NATO e a UEO, motivo determinante da nossa presença no SHAPE.

Foi mais interessante e animado o encontro das comissões Política e de Defesa da Assembleia Parlamentar da UEO com os representantes permanentes dos países da NATO junto da Organização.

Animado, mas pobre de novidades. Ficou mais do que transparente que NATO não aceitará o alargamento nos tempos mais próximos. Para o evitar foi criado o *Partnership for peace*.

Sobre o papel atribuído à UEO como pilar europeu da NATO — na definição mais do que equívoca do Tratado de Maastricht — não houve nem poderia haver clarificação. A palavra *ambiguidade* foi utilizada com muita frequência, mas a natureza das ambiguidades, por múltipla e espessa, inseriu-se em diálogos fluídos em que intervieram quase todos os embaixadores presentes.

Um pormenor me chamou a atenção ao entrar, de manhã, no Quartel-General da NATO, a Organização que pretende ser responsável pela Segurança na Europa e cuja área de intervenção alastra. No verso do cartão de identificação *laissez passer* entregue aos visitantes (também recebi um) consta uma estranha, surpreendente, pequenina informação: «A NATO não pode ser responsabilizada pelo roubo de objectos pessoais.»



## Álvaro Cunhal A Revolução Portuguesa O Passado e o Futuro

Pela enormíssima quantidade de dados factuais que reúne e sistematiza, pelo rigor das análises e conclusões que faculta, *A Revolução Portuguesa. O passado e o Futuro* permanece uma obra insuperada de referência e de consulta para o estudo dos dois anos e meio da Revolução portuguesa.

Nesta reedição, publica-se também o artigo que o autor escreveu para a revista *Vértice* com o título «A Revolução de Abril 20 anos depois», o qual não só proporcionará ao leitor uma esclarecedora síntese do processo político português nas duas últimas décadas, mas também contribuirá para que reflecta criticamente sobre o que se afirmava em *A Revolução Portuguesa*, constituindo assim como que um prefácio de actualização a esta obra.

Preço: 2500\$00

Desejo receber o livro *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telef. \_\_\_\_\_

Enviar para Edições «Avante!», SA  
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B  
1100 Lisboa



## Suspenso

O maestro húngaro Zóltan Sánta foi, há uns anos, contratado para dirigir a Orquestra de Câmara da Madeira, sob compromisso do Governo Regional, chefiado por João Jardim, em garantir os necessários subsídios para o funcionamento desta estrutura musical. Os anos foram passando e os compromissos também. Resultado: os músicos começaram a ter ordenados em atraso, a própria Orquestra deixou de ter condições para ensaiar e a degradação da situação foi-

-se aprofundando, ao ritmo de novas promessas sistematicamente não cumpridas.

Farto da situação, o maestro húngaro, com a solidariedade activa dos músicos estrangeiros e a passiva dos naturais da Madeira (o medo grassa, no reino de Jardim), denunciou a situação de um modo espectacular: interrompeu o concerto que estava a dirigir por ocasião do aniversário da RDP/Madeira, afirmando que o fazia em sinal de protesto contra os atrasos no pagamento das verbas prometidas pelo Governo Regional.

# PONTOS CARDEAIS

Como resposta, a direcção da Orquestra de Câmara da Madeira... suspendeu o seu maestro!, sob a extraordinária desculpa de que este não dera "conhecimento prévio à direcção"!

É caso para perguntar se a exm.<sup>a</sup> direcção também não tinha "conhecimento prévio" da grave situação em que se encontra a orquestra que, supostamente, dirige. Se não tinha, é, no mínimo, estranho. Se tinha, por que

não actuou então, exigindo ela ao Governo Regional, como lhe competia, a satisfação dos compromissos assumidos?

## O líder

Manuel Monteiro, dirigente do CDS, parece já não se entender consigo próprio. Primeiro, arrastou o seu breve grupo parlamentar (que, como disse alguém, "com jeitinho cabe num táxi") para uma moção de

censura cuja ideia foi tão ao jeito das necessidades do Governo que mais parecia uma moção de apoio. Depois ofendeu os seus deputados, e particularmente a Nogueira de Brito, que conduziu o processo, ao acusá-los de não terem feito uma "censura" como deve ser. A tempestade estalou e, à hora do fecho desta edição, ainda não se sabe se Nogueira de Brito concretizará a sua ameaça de demitir-se de todos os cargos que tem no CDS.

Com a obsessão de se autoproclamar "líder da oposição", o jovem Monteiro acabou em dificuldade para ser, simplesmente..., líder do próprio partido.

## O "viável"

John Major, Primeiro-Ministro britânico, anunciou antontem a demissão do secretário de Estado do Comércio e Indústria, Neil Hamilton, por suspeita de envolvimento num alegado caso de corrupção. Esta demissão surge dias depois duma outra que, pelos mesmos motivos, atirou "borda fora" o subsecretário de Estado para a Irlanda do Norte, Tim Smith.

As acusações que derrubaram os dois governantes foram feitas pelo empresário egípcio Mohammed al-Fayed, proprietário dos famosos armazéns londrinos Harrod's, que declarou haver pago a estes e outros deputados conservadores para estes colocarem certas questões no Parlamento. John Major, com visível embaraço, ao mesmo tempo que afirmava "não haver provas" de que os seus governantes hajam sido subornados, lá foi acrescentando "não ser viável" a sua manutenção no Executivo.

É a altura de Cavaco Silva ensinar alguma coisa ao seu apreciado John Major. Nomeadamente para que não seja tão precipitado e aprenda com a experiência governativa portuguesa. Por cá, em primeiro lugar o "homem do leme" nunca se engana e raramente tem dúvidas; em segundo lugar, é sempre "viável" manter um governante sob suspeição no Executivo, pelo menos até que um tribunal o obrigue a sentar-se no banco dos réus. E argumentação para isso, Major até a conhece, porque a afirmou: contra um governante, nunca "há provas" de jeito.

## FRASES da SEMANA

"A falta de confiança no governo não é aferida pelas manifestações da cintura industrial de Lisboa ou da Área Metropolitana de Lisboa."

☞ (Carlos Pinto, deputado do PSD, no debate da moção de censura - «O Independente», 21.10.94)

"Sou conhecido na Europa inteira como o único primeiro-ministro que vai à mesma praia onde antes ia!"

☞ (Cavaco Silva, idem)

"A nós compete governar. Estamos a iniciar um novo ciclo político-económico. Um novo ciclo que passa por 1995 e se estende até ao final do século."

☞ (Cavaco Silva, idem, citado em «Público», 21.10.94)

"Por trás dos grandes homens há sempre uma infinidade de pecados. É por isso que a história nunca é linear e que as verdades de hoje raramente são as de ontem."

☞ (Miguel Sousa Tavares - «Público», 21.10.94)

"Neste quadro, era importantíssimo para Cavaco Silva que ocorresse um acontecimento capaz de convencer os portugueses de que a margem de manobra do Governo se mantém intacta e que a confiança dos trabalhadores não desapareceu por completo. (...) Com o fracasso da concertação social, porém, essa hipótese perdeu-se."

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 22.10.94)

"Os TSD foram extraordinários"

☞ (Torres Couto - «O Diabo», 25.10.94)

"O PSD tem de agir com rapidez e com grande convicção nos próximos meses. Tem, antes de mais, de conseguir criar condições internas válidas para que Cavaco Silva aceite o risco de tentar uma terceira maioria absoluta. O problema é do PSD, não é de Cavaco Silva."

☞ (António Pinto Leite - «Expresso-Revista», 22.10.94)

"Nunca ocultei o passado, nunca o considerei um vago "erro de juventude". Bem pelo contrário, cometi o pecado "politicamente incorrecto" para quem está no PSD de dizer que aprendi muito nesses anos."

☞ (Torres Couto - «O Diabo», 25.10.94)

"Parece que estamos no PREC!"

☞ (Narana Coissoró - «O Diabo», 25.10.94)

## PONTOS NATURAIS

### AO LONGO DA ESTANTE

#### Tudo o que aconteceu

Os programas de informação e Actualidades continuaram a manter o público ao corrente de tudo o que aconteceu no país e fora dele, de uma forma que é a mais aconselhável em televisão. Assim, o nosso grande auditório acompanhou atentamente a Mensagem do Ano Novo do Chefe do Estado, a visita Presidencial às Províncias da Guiné e Cabo Verde; o estado de saúde do Senhor Presidente Salazar; a declaração do Senhor Presidente da República relativa à nomeação do Senhor Professor Doutor Marcello Caetano; os discursos do novo Presidente do Conselho quando da sua posse na Assembleia Nacional; a inauguração da Estátua do Santo Condestável na Batalha; e, pela Mundovisão, os momentos históricos do voo espacial da Apollo 8.

(Anuário RTP, 1968)

#### Obviamente

Programas como «Nós, as mulheres», «Culinária» e «Harmonia e Bom Gosto» destinam-se, obviamente, a um

público numeroso e assíduo, constituído por telespectadores. O que não significa, porém, que o público masculino não os acompanhe também.

(Idem)

#### Geografia

O local de assistência, distribuído por zona de trabalho, mostra-nos que é nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal que se encontra a maioria dos que vêem televisão em casa, resultado lógico, na medida em que é precisamente nesses distritos que se concentra 66 por cento do poder de compra global da população portuguesa.

(Idem)

#### Mais fora do que dentro

O local de assistência distribuído por classes socioeconómicas, permite-nos analisar, por exemplo, relativamente às pessoas que vêem televisão em casa, que a posse de um aparelho receptor não é apanágio das classes mais evoluídas, na medida em que percentagens relativamente elevadas de classes economicamente débeis, dispõem de aparelho em sua casa

Não deve deixar-se de salientar, contudo, que encontramos junto das classes menos dotadas a maior percentagem dos que vêem televisão fora de casa; essas mais elevadas percentagens referem-se a pessoas com rendimentos inferiores ou iguais a 2000\$00 mensais. Dos que vêem televisão em casa, apenas 5,75 por cento estão no mesmo escalão económico.

(Idem)

#### Elas é que...

O local de assistência distribuída por sexos evidencia que o sexo feminino assiste essencialmente aos programas em casas particulares; da totalidade dos que assistem nos cafés, 10 por cento são o sexo feminino, e 87 por cento do sexo masculino.

Isto leva-nos a concluir que é de facto a mulher o elemento mais interessado na televisão em casa particular, sendo portanto o elemento capaz de mais interessadamente procurar a aquisição de tele-receptores.

(Idem)



O Sr. Prof. Marcello Caetano descerra uma lápide na casa onde nasceu seu pai



O Ministro das Corporações faz uma comunicação através da RTP

Os espectadores estavam ao corrente do que mais importante acontecia

Mário Castrinho



## As organizações do Partido na preparação

### AVEIRO

**Administração Local** - Reunião distrital de militantes do Sector, com a participação do camarada António Salavessa: sábado, dia 29, às 15.00, no Centro de Trabalho de Ovar.

**Têxtil e Vestuário** - Reunião distrital de militantes do Sector, com a participação do camarada Artur Ramísio: sábado, dia 29, às 15.00, no Centro de Trabalho de Ovar.

### BARREIRO

**Ferrovários** - Plenário da célula, no Centro de Trabalho do Barreiro: quinta-feira, 27, às 17.30.

**Palhais** - Plenário da organização de freguesia: sábado, dia 29, às 16.00, no Centro de Trabalho de Palhais.

### CASCAIS

**Estoril** - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada Júlio Filipe: sábado, dia 29, às 16.00, no Centro de Trabalho de Cascais.

**S. Domingos de Rana** - Plenário de militantes, com a participação do camarada Júlio Filipe: domingo, dia 30, às 15.30, no Centro de Trabalho de Tires.

### COVILHÃ

**Reunião de militantes e simpatizantes do sector Têxtil**, promovida pela Dir. da Org. Regional de Castelo Branco: sábado, dia 29, às 15.00, no CT do PCP da Covilhã, com a participação do camarada António Lopes.

### LISBOA

**Célula dos CTT** - Plenário da célula: quinta-feira, 27, às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória.

**Org. do Comércio / Lisboa** - Reunião no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, quinta-feira, 27, às 20.00.

**Função Pública** - Plenário de dirigentes sindicais, no âmbito da preparação da Conferência e da preparação da VI Assembleia da Organização do Sector: quinta-feira, 27, às 17.00, no CT Vitória.

**Bancários** - Reunião conjunta das células do BPA, BPSM, BTA e UBP, no âmbito da preparação da Conferência e da preparação da VI Assembleia da Organização do Sector dos Bancários: quinta-feira, 27, às 17.30, no CT Vitória.

**Construção Civil** - Plenário do Sector: sexta-feira, dia 28, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

**Alto do Pina** - Plenário da organização da freguesia: sábado, dia 29, às 15.00, na sede da UPPS (Al. D. Afonso Henriques).

**Beato/Marvila** - Plenário de militantes das organizações de freguesia, no âmbito da preparação da Conferência e da II Assembleia da Organização da ZORL: sábado, 29, às 16.00, no Junta de Freguesia do Beato (R. de Xabregas, 67, 1º), com a participação do camarada Luís Fernandes.

**Olivais** - Plenário de militantes da organização local, no âmbito da preparação da II Assembleia da Organização da ZORL: sábado, 29, às 16.00, no CT dos Olivais

**Ministério das Finanças** - Plenário da organização, no âmbito da preparação da Conferência e da VI Assembleia da Organização da Função Pública: quarta-feira, dia 2, às 19.00, no CT Vitória.

**Segurança Social** - Plenário da organização, no âmbito da preparação da Conferência e da VI Assembleia da Organização da Função Pública: quarta-feira, dia 2, às 18.30, no CT da Av. António Serpa.

**LNEC** - Plenário da célula, no âmbito da preparação da Conferência e da VI Assembleia da Organização da Função Pública: quarta-feira, dia 2, às 12.30, no LNEC.

**Ministério da Educação** - Plenário da organização, no âmbito da preparação da Conferência e da VI Assembleia da Organização da Função Pública: quarta-feira, dia 2, às 18.30, no CT Vitória.

**Gulbenkian** - Plenário da célula: quarta-feira, dia 2, às 18.00, no CT da Av. António Serpa.

**Telecomunicações (Portugal Telecom e Marconi)** - Plenário geral de militantes: quinta-feira, dia 3, às 19.00, no CT Vitória, com a participação do camarada Edgar Correia.

**Hotelaria** - Plenário do sector: quinta-feira, dia 3, às 16.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

**Turismo** - Plenário do sector: quinta-feira, dia 3, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

**Comércio** - Plenário do sector: quinta-feira, dia 3, às 20.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

## Conferência Nacional

Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores

26 de Novembro de 1994  
Lisboa - Voz do Operário



**MOPTC/MPAT** - Plenário da organização, no âmbito da preparação da Conferência e da VI Assembleia da Organização da Função Pública: quinta-feira, dia 3, às 18.30, no CT Vitória

**Indústria Farmacêutica** - Plenário da organização: quinta-feira, dia 3, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

### MARINHA GRANDE

Reunião geral de militantes da organização concelhia, com a participação do camarada António Orcinha: sexta-feira, dia 28, às 21.00, no Centro de Trabalho.

### MOITA

**5ª Assembleia da Organização Concelhia**  
Sábado, dia 29, às 14.30, na União Cultural e Desportiva Banheirense (Baixa da Banheira) com a participação de Jerónimo de Sousa.

### OEIRAS

**Carnaxide** - Plenário da organização local: sexta-feira, 28, às 21.00, no CT de Camaxide.

**Queijas** - Plenário da organização de freguesia: sexta-feira, 28, às 21.00, no CT de Queijas.

**Almoço da Juventude com debate sobre a situação em Cuba:** domingo, dia 30, às 13.00, no CT de Algés.

### SANTARÉM

**Reunião alargada da Direcção Regional** com a participação do camarada Agostinho Lopes: sábado, dia 29, às 15.00 no CT de Alpiarça.

### SETÚBAL

**Almada** - Plenário de trabalhadores da freguesia: sábado, dia 29, às 15.30, no CT da Cova da Piedade.

**Plenário distrital de Setúbal de dirigentes e delegados sindicais, membros de CT's e de secretariados de células:** sábado, dia 29, das 10.00 às 17.00, no Edifício Arrábida com a participação do camarada Domingos Abrantes.

**Palmela** - Plenário de células de empresa do concelho: sexta-feira, 28, às 18.00, no Centro de Trabalho.

**Sesimbra** - Reunião de militantes trabalhadores das autarquias: quinta-feira, dia 27, às 18.00. - Reunião da organização **Pequenas e Médias Empresas**: sexta-feira, dia 28, às 18.00. - Reunião da célula dos **Pescadores**: sábado, 29, às 21.00. - Reunião da célula dos **Quadros Técnicos**: quinta-feira, dia 3, às 18.00. (Todas estas reuniões se realizam no CT de Sesimbra.)

**Cova da Piedade** - Plenário de militantes da freguesia: sábado, dia 29, às 15.30, no CT da Cova da Piedade.

### SINTRA

**Montelavar** - Plenário mensal de militantes da freguesia, com a participação do camarada Romeu do Rosário: sábado, dia 29, às 21.30, no CT de Montelavar.

**Pero Pinheiro** - Plenário mensal de militantes da freguesia, com a participação do camarada Nuno Reis: sábado, dia 29, às 15.00, no CT de Montelavar.

### VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes do concelho, com a participação do camarada Agostinho Lopes: sexta-feira, dia 28, às 21.30, no Centro de Trabalho de Alhandra.

## Carlos Carvalhas na Amadora e em Sintra

Hoje, às 15 horas, o secretário-geral do PCP, acompanhado de Orlando Almeida, presidente da CM da Amadora, visita o 5º Festival Internacional de Banda Desenhada, a decorrer na Fábrica da Cultura (Falagueira, Venda Nova).

Amanhã Carlos Carvalhas visita Sintra, acompanhado do vereador Lino Paulo e outros eleitos autárquicos da CDU no concelho. Pelas 10.30 horas, no Hotel Central, serão prestadas declarações sobre o património edificado, natural e paisagístico.

### Castelo Branco

O secretário-geral do Partido vai participar na 3ª Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco, que tem lugar no dia 5 de Novembro, a partir das 14.30 horas, na sala da Assembleia Municipal albacastrense, sob o lema «Com o PCP, para uma nova política, desenvolver o distrito».

## Debate com o País

para uma nova política



### PORTO

#### Revisão constitucional

Sexta-feira, às 21.30 horas, no salão da JF de Cedofeita (junto ao liceu Rodrigues de Freitas), debate sobre a revisão da Constituição (precedido de uma jornada de esclarecimento na baixa portuense, durante a tarde)

Com João Amaral, membro do CC do PCP e deputado (membro da comissão parlamentar para a revisão da Constituição)

Sábado, às 15.30 horas, no salão nobre da Associação Vilanovense (Rua Marquês de Sá da Bandeira, nº 340, ao Jardim Soares dos Reis), em Gaia

Sessão com João Amaral

### LISBOA

#### Nova política para a família

Sábado, a partir das 15.30 horas, no salão do CT Vitória (Avenida da Liberdade), debate sobre «A família hoje e a necessidade de uma nova política»

Com Aurélio Santos, do Comité Central do PCP

### PORTIMÃO

#### Actividade turística

Sábado, a partir das 16 horas, no Hotel Júpiter (Praia da Rocha), debate sobre a actividade turística

Com Carlos Boto e Fernando Amaro, vogais da Região de Turismo do Algarve, Francisco Felgueiras, presidente da Região de Turismo da Planície Dourada, João Andrade Santos, presidente da Região de Turismo de Évora, e Carlos Luís Figueira, responsável pela área do Turismo na Comissão Política do PCP

### BRAGA

#### Revisão constitucional

Domingo, às 15.30 horas, na Casa dos Crivos (Rua de S. Marcos), sessão sobre «Revisão da Constituição no Portugal de Abril - Aprofundamento e aperfeiçoamento, ou subversão do regime democrático?»

Com João Amaral, membro do CC do PCP e deputado (membro da comissão parlamentar para a revisão da Constituição)

## Reuniões e debates

### AMADORA

Reunião de dirigentes de associações e colectividades, amanhã, às 21.30 horas, no CT da Amadora, sobre o movimento associativo popular. Reunião de eleitos do poder local, a partir das 15 horas de sábado, na JF da Falagueira-Venda Nova.

### AVEIRO

Segunda-feira, dia 31, às 21.30 horas, no CT de Ovar, reunião de eleitos nas autarquias do distrito de Aveiro. Com Jorge Cordeiro, membro do CC do PCP.

### INCINERADORA NA MITRENA?

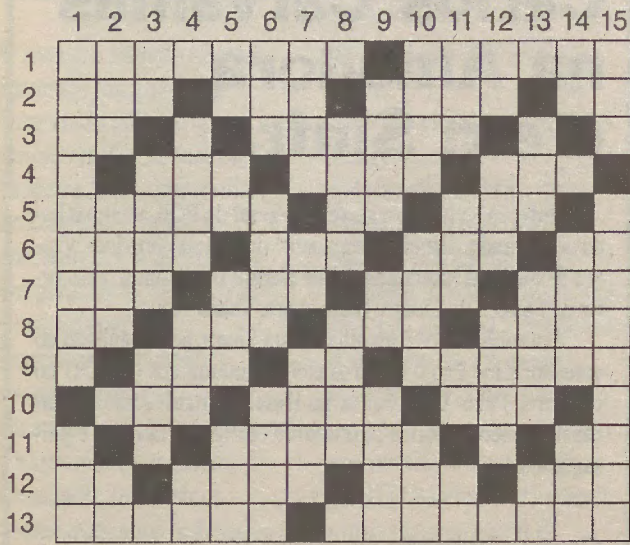
Sábado, a partir das 21.30 horas, debate com os eleitos da CDU Regina Marques (vereadora) e Jerónimo Lopes (membro da Assembleia Municipal).

### NOTÍCIAS DE CUBA EM SETÚBAL

Integrado na série de iniciativas denominada «Notícias do Bloqueio», o núcleo de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba promove no dia 5 de Novembro, no auditório da Biblioteca Municipal (Avenida Luísa Todi, nº 188) um debate com Diana Andringa (jornalista) e António Abreu (membro do CC do PCP e vereador da CM de Lisboa), ambos membros da comissão nacional de luta contra o bloqueio dos EUA a Cuba.



## PALAVRAS CRUZADAS



**HORIZONTAIS:** 1 — As mulheres; melodioso. 2 — Reze; a lareira; estimado; art. espanhol. 3 — Porco; deixa de mencionar. 4 — Rio da Rússia; outro de França; 54 romanos. 5 — Corrente de água que se precipita de lugar elevado; basta; corrente de água natural. 6 — Partidas; sustento; artéria ladiada de casas; haste. 7 — Nobre inglês; entregio; título nobre que precede os nomes dos reis, príncipes, etc.; bílis. 8 — Tântalo (s.q.); decifrar; monarca; contente. 9 — Executa; cobre (s.q.); jovem grego de grande beleza. 10 — Magoa; onda; prendo. 11 — Semente de oliveiro; duas de doze. 12 — Art.; briga; prep.; acolá. 13 — Corrida de embarcações; queixas.

**VERTICAIS:** 1 — Pessoa que guia veículos motorizados; grande quantidade. 2 — Auroque; transfere para outro dia; conj. cond. 3 — Art. francês; o seu pão-de-ló tem fama; figueira que é praia de nomeada. 4 — Ave peralta que os egípcios adoravam; pequeno poema da idade média; forma redutiva de rapaz. 5 — Art. que antecedia rei; índio (s.q.); uma dezena; terceiro filho de Adão. 6 — Chefe etíope; justapor; vagatura. 7 — Enguias; Ouro (s.q.); leite. 8 — Filho do filho; gelha da pele. 9 — Pálco; prep.; grande lago salgado do Turquestão. 10 — Feiticeira; ratava; amarra. 11 — Larva que se cria nas feridas dos animais; aguardente de melação; entrega; prep. 12 — Sem companhia; filha de Labão e mulher de Jacob; quino. 13 — Irmão do pai; erva que se ceifa para alimento do gado; atmosfera. 14 — Cério (s.q.); supliquei; exclamação de agrado nas touradas. 15 — Folha de palmeira onde se escrevia; vigiásseis.

## SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

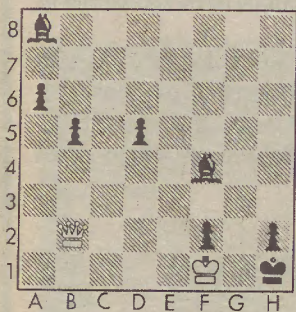
**HORIZONTAIS:** 1 — Viseu; tuf; braga. 2 — Ara; reinava; vim. 3 — Tolo; frit; auro. 4 — Esvazia; elogias. 5 — Aos; aro. 6 — Viciada. 7 — Ar; roer; sons; cá. 8 — Rufias; suaras. 9 — Adiam; elo; anero. 10 — EEC; amaro; ano. 11 — Lhama; ávido. 12 — In; oro; ara; óu. 13 — Duas; seres; suco.

**VERTICAIS:** 1 — Vate; pára; Cid. 2 — Irosa; rude; nu. 3 — Salvou; fiel. 4 — Oás; riachos. 5 — Ur; voam; ar. 6 — Efigies; amos. 7 — Tira; Cr.; ema. 8 — Uni; pi; ola; Er. 9 — Iate; ás; ora. 10 — Validos; ovas. 11 — Ba; anuo; ir. 12 — Agá; sanadas. 13 — Aveiro; Reno. 14 — Girão; caro; oc. 15 — Amos; vaso; duo.

## XADREZ

CDLXXXIV - 27 DE OUTUBRO 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994X079  
Por: JOSEF HALUMBIREK  
1º Prémio Sackmann-Memorial des Ö. S. V. 1929

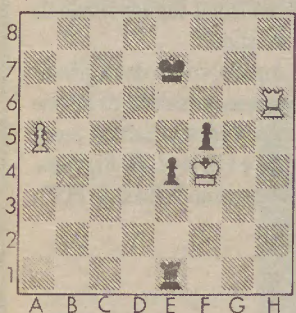
Pr: [8] Ps.a6, b5, d5, f2, h2-Bs. a8, f4-Rh1  
Br: [2] Db2-Rf1



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X080  
Por: BERNARD HORWITZ  
& JOSEF KLING [1851]

Fonte: Domination in 2,545 Endgame Studies, Moscovo, 1980  
Pr: [4] Ps. e4, f5-Té1-Re7  
Br: [3] Pa5-Th6-Rf4



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES  
DO Nº CDLXXXIV

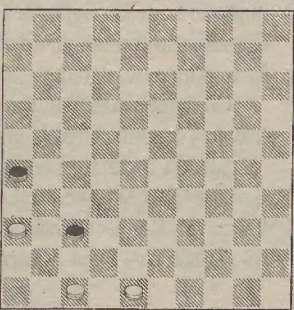
Nº 1994X079 [J.H.]: 1. Dh8!, (Ameaça: 2. D:a8), Bb8; Da1, Ba7; 3. Dd1, d4; 4. K:f2#  
Se: 1..... Bb6/Bc6; 2. Dg7/Dc3...  
Nº 1994X080 [B.H. & J.K.]: 1. a6, Tal: 2. a7, Rf7; 3. Th8, Ta7; 4. Th7+e ganha.

A. de M. M.

## DAMAS

CDLXXXIV - 27 DE OUTUBRO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994D079  
Por: J. SAS [N.L.]  
Fonte: 1001 Miniaturen, 1938

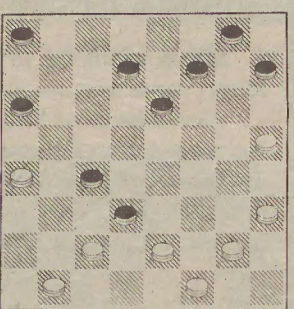
Pr: [2]: 26-37  
Br: [3]: 36-47-48



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D080  
GOLPE Nº 92  
Por: JORGE GOMES FERNANDES  
[Data ?]

1. 10-13, 21-18; 2. 5-10, 23-19; 3. 11-15, 28-23; 4. 1-5, 23-20; 5. 12-16, 20-11; 6. 7-23, 27-20; 7. 16-23, 31-27; 8. 8-12, 27-20; 9. 12-16, 20-15; 10. 13-17, 30-27; 11. 10-14, 18-11; 12. 3-7 Diagrama:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES  
DO Nº CDLXXXIV

Nº 1994D079 [S.J.]: 1. 47-42!, (26-31)\*; 2. 36x27, (37-41); 3. 42-37, (41x21) e Br.+ por oposição.

Se: 1. 36-31?, (37-41)=...  
Nº 1994D080 [J.G.F.]: 12..... 27-23; 13. 7-14, 15-11; 14. 6-15, 22-19; 15. 15-22, 26-1 = D+

A. de M. M.

## TEATRO

AUDITÓRIO NACIONAL  
CARLOS ALBERTO

Porto, R. das Oliveiras, 14. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **TAMBORES NA NOITE**, de Bertolt Brecht, encenação de Júlio Castronuovo, pelos Seiva Trupe

## CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A FORÇA DO HÁBITO**, de Thomas Bernhard, encenação de Rui Madeira, pelo TEP (até 30 de Outubro)

## COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. -5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **A SENHORA KLEIN**, de Nicholas Wright, encenação de João Mota - **Café Teatro**: **BOCAS DE SINO** (6ª e sáb. às 24.00) e **NOITES DE FADO** (dom. às 22.30)

## TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O JOGO DAS PERGUNTAS OU A VIAGEM À TERRA SONORA**, de Peter Handke, encenação de Stepen Stroux, pelo Teatro da Comucópia

## TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PRIMEIRA**

**PÁGINA**, de Ben Hecht e Ch. Mac Arthur, encenação de Helder Costa

TEATRO  
DA MALAPOSTA

Olival Basto, R. de Angola. Tel. 9388407. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTÃO DO MUNDO OCIDENTAL**, de J. M. Synge, encenação de Rui Mendes

## TEATRO

## MIRITA CASIMIRO

Estoril, Lag. do Cruzeiro. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O DIÁRIO DE ANA FRANCK**, de F. Goodrich e A. Hacquet, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC

TEATRO MUNICIPAL  
S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. **Sala Estúdio** - 2ª e 3ª às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!**, de Mário Viegas

TEATRO NACIONAL  
D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. **Teatro Estúdio**: 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **O QUE DIZ MOLERO**, de Diniz Machado, encenação de António Feio (estreia prevista: hoje,

## 25º aniversário do 1º Acto Clube de Teatro, de Algés

### PROGRAMA

#### Conferências — Debates

#### Teatro \* Música \* Canto

#### Homenagem ao escritor Urbano Tavares Rodrigues

#### Homenagem a Carlos Paredes

## 15 OUT. — Sábado — CINEMA

Isabel de Castro, João Botelho, Jorge L. Ramos, Jorge Silva Melo

## 20 OUT. — Quinta — DESPORTO

José Manuel Constantino, Jorge Crespo, Moniz Pereira, Victor Serpa

## 21 OUT. — Sexta — EDUCAÇÃO

Sérgio Grácio, Rogério Fernandes, David Justino, Manuel Viegas

## 22 OUT. — Sábado — JORNALISMO

Fernando Correia, José Saraiva, Mário Mesquita, Vicente Jorge Silva

## 24 OUT. — Segunda — TEATRO

Carlos Avilez, Hélder Costa, João Lourenço, João Mota, Mário Jacques, Rui Mendes

## 27 OUT. — Quinta — TELEVISÃO

Artur Ramos, Correia da Fonseca, Jorge L. Ramos, Mário Castrim

## 28 OUT. — Sexta — ECONOMIA

João Salgueiro, José P. Esperança, Sérgio Ribeiro, Victor Constância

## 29 OUT. — Sábado — MEDICINA

António Galhordas, Armando Moreno, Joaquim Cândido, Mário Jorge

## 31 OUT. — Segunda — TEATRO

(visto por gente de Teatro) Fernanda Lapa, João Brites, Joaquim Benite, José Peixoto, Luís Miguel Cintra, Mário Viegas

## 4 NOV. — Sexta — HISTÓRIA UNIVERSAL

José Medeiros Ferreira, Mª Carrilho, Miguel Urbano, João Mª Freitas Branco

## 5 NOV. — Sábado — HISTÓRIA DE PORTUGAL

António Borges Coelho, António Reis, Fernando Rosas, José M. Tengarrinha

## 7 NOV. — Segunda — TEATRO

Carlos Porto, Eugénia Vasques, Fernando Midões, Mª Helena Seródio

## 10 NOV. — Quinta — VIDA LITERÁRIA

Melo e Castro, José Manuel Mendes, Manuel Alegre, Óscar Lopes

## 11 NOV. — Sexta — PODER LOCAL

Abílio Curto, Isaltino de Moraes, José Girão Pereira, Orlando Almeida

## 12 NOV. — Sábado — O PODER E A CULTURA

Eduardo Lourenço, Madeira Luís, Manuel Gusmão, Victor Viçoso

## 18 NOV. — Sexta — HOMENAGEM

ao escritor **URBANO TAVARES RODRIGUES**  
com David Mourão-Ferreira, João de Melo, José Manuel Mendes, Óscar Lopes

## 19 NOV. — Sábado — ESPECTÁCULO\*

HOMENAGEM a **CARLOS PAREDES** Por Carlos do Carmo

## 26 NOV. — Sábado — ESPECTÁCULO\*

HOMENAGEM a **CARLOS PAREDES**

«Cabaret do Conde Marquês» Intervalo Grupo de Teatro

30 NOV. — Quarta — HOMENAGEM a Carlos Paredes\*  
com Carmen Dolores, Eunice Muñoz, Lurdes Norberto, Maria do Céu Guerra

— CONCERTO — por Maria João Pires

\* No Auditório do Instituto Nac. de Investigação Marítima (junto à Estação CF de Algés)

As restantes sessões realizam-se no Palácio Ribamar

## FILMES

## QUINTA, 27

## A Mulher de Domingo

«La Donna della Domenica» (It./1975). Real: Luigi Comencini. Int.: Marcello Mastroianni, Jacqueline Bisset, Jean-Louis Trintignant. Cor, 101 min. *Ver Destaque.*

## Cavalheiros de Indústria

«The League of Gentlemen» (Gr.Br./1960). Real: Basil Dearden. Int.: Jack Hawkins, Nigel Patrick, Roger Livesey, Richard Attenborough. P/B, 110 min. *Ver Destaque.* (15.00, TV 2)

## A História de Adèle H.

«L'ÉHistoire d'Adèle H.» (Fr./1975). Real: François Truffaut. Int.: Isabelle Adjani, Bruce Robinson, Sylvia Marriot, Joseph Bratchley. Cor, 94 min. *Ver Destaque.* (00.15, TV 2)

## A Vida Amorosa de Moll Flanders

«The Amorous Adventures of Moll Flanders» (Gr.Br./1965). Real: Terence Young. Int.: Kim Novak, Richard Johnson, Angela Lansbury, George Sanders, Lilli Palmer. Cor, 125 min. *Comédia.* (01.00, Canal 1)

## SEXTA, 28

## A Noite de Varennes

«La Nuit de Varennes» (Fr./It./1981). Real: Ettore Scola. Int.: Marcello Mastroianni, Jean-Louis Trintignant, Hanna Schygulla, Harvey Keitel. Cor, 145 min. *Ver Destaque.* (14.20, SIC)

## Uma Estátua com Vida

«Mannequin 2: on the Move» (EUA/1991). Real: Stewart Raffill. Int.: Kristy Swanson, William Ragsdale, Meshach Taylor. Cor, 93 min. *Comédia.* (15.00, TV 2)

## Coração de Trovão

«Thunderheart» (EUA/1992). Real: Michael Apted. Int.: Val Kilmer, Sam Shepard, Graham Greene, Fred Ward, Fred Dalton. Cor, 118 min. *Ver Destaque.* (21.55, Quatro)

## Cem Mil Volts de Terror

«Shocker» (EUA/1989). Real: Wes Craven. Int.: Michael Murphy, Peter Berger, Cami Cooper, Mitch Pileggi, John Tesh. Cor, 106 min. *Horror.* (00.00, Canal 1)

## O Professor de Música

«Le Maître de Musique» (Bélg./1988). Real: Gérard Corbiau. Int.: José Van Dam, Philippe Volter, Anne Roussel, Sylvie Fennec. Cor, 94 min. *Musical / Romântico.* (00.10, TV 2)

## Ferdynuke

(título português não fornecido - 1991). Real: Jerzy Skolimowski. Int.: Ian Glenn, Judith Godrech. Cor, 110 min. *Comédia Dramática.* (00.50, SIC)

## Caça ao Homem

«The Hunting Party» (EUA/1971). Real: Dom Medford. Int.: Oliver Reed, Candice Bergen, Gene Hackman, Simon Oakland. Cor, 106 min. «Western». (01.55, Canal 1)

## SÁBADO, 29

## Rock de Fogo

«Great Balls of Fire!» (EUA/1989). Real: Jim McBride. Int.: Dannis Quaid, Winona Ryder, Alec Baldwin, Lisa Blount. Cor, 98 min. *Biográfico / Musical.* (15.00, SIC)

## Quase Anjos

«Almost Angels» (EUA/1962). Real: Steven Previn. Int.: Peter Weck, Hans Holt, Fritz Ehardt, Bruni Lebel, Gunther Philip. Cor, 90 min. *Infantil.* (17.55, TV 2)

## A Maldição dos Mortos Vivos

«The Serpent and the Rainbow» (EUA/1987). Real: Wes Craven. Int.: Bill Pullman, Cathy Tyson, Zakes Mokae, Paul Winfield. Cor, 94 min. *Horror.* (23.20, Canal 1)

## As Asas do Desejo

«Der Himmel über Berlin» (Fr./RFA/1987). Real: Wim Wenders. Int.: Bruno Ganz, Solveig Dommartin, Otto Sander, Curt Bois. Cor, 130 min. *Ver Destaque.* (23.45, Quatro)

## O Passe da Meia-Noite

«Cinderella Liberty» (EUA/1973). Real: Mark Rydell. Int.: James Caan, Marsha Mason, Eli Wallach, Burt Young, Kirk Calloway. Cor, 112 min. *Ver Destaque.* (00.25, SIC)

## O Jovem Fugitivo

«The Runnin' Kid» (EUA/1988). Real: Max Tash. Int.: David Packer, Steven Eckholdt, Brie Howard, Kenneth Tigar, John Carter. Cor, 96 min. *Comédia.* (01.15, Canal 1)

## DOMINGO, 30

## A Provocadora

«The Swinger» (EUA/1966). Real: George Sidney. Int.: Ann-Margret, Tony Franciosa, Robert Coote, Horace McMahon. Cor, 78 min. *Comédia.* (15.30, SIC)

## A Vingança de Porky

«Porky's Revenge» (EUA/1985). Real: James Komack. Int.: Dan Monahan, Wyatt Knight, Mark Herrier, Tony Ganos. Cor, 91 min. *Comédia.* (21.40, SIC)

## Mentira

«Shadow of a Doubt» (EUA/1943). Real: Alfred Hitchcock. Int.: Joseph Cotten, Teresa Wright, MacDonald Carey, Hume Cronyn. P/B, 108 min. *Ver Destaque.* (23.25, TV 2)

## A Mensagem de Holly

«A Message from Holly» (EUA/1992). Real: Rod Holcomb. Int.: Lindsay Wagner, Shelley Long, Molly Orr, Cotter Smith. Cor, 90 min. *Telefilme Melodramático.* (00.25, Canal 1)

## SEGUNDA, 31

## Um Coração em Perigo

«Heartbeat» (EUA/1946). Real: Sam Wood. Int.: Ginger Rogers, Jean-Pierre Aumont, Adolphe Menjou, Basil Rathbone. P/B, 98 min. *Comédia Romântica.* (14.20, SIC)

## Hollywood de Ontem

«Name» (EUA/1974). Real: Gene Saks. Int.: Lucille Ball, Beatrice Arthur, Robert Preston, Bruce Davison. Cor, 126 min. *Comédia Musical.* (15.00, TV 2)

## Ases Indomáveis

«Top Gun» (EUA/1986). Real: Tony Scott. Int.: Tom Cruise, Kelly McGillis, Val Kilmer, Anthony Edwards. Cor, 106 min. *Drama / Guerra.* (22.30, SIC)

## A Rainha está em Perigo

«Mantrap» (Gr.Br./1953). Real: Terence Fisher. Int.: Paul Henreid, Lois Maxwell, Kieron Moore, Hugh Sinclair, Lloyd Lamble. P/B, 75 min. *Policial.* (00.50, Canal 1)

## TERÇA, 1

## Nina

«A Matter of Time» (EUA/1976). Real: Vincent Minnelli. Int.: Ingrid Bergman, Liza Minnelli, Charles Boyer, Isabella Rossellini. Cor, 95 min. *Comédia Dramática.* (14.20, SIC)

## O Aventureiro de Cincinnati

«The Cincinnati Kid» (EUA/1965). Real: Norman Jewison. Int.: Steve McQueen, Edward G. Robinson, Karl Malden, Ann-Margret. Cor, 98 min. *Drama.* (14.30, Quatro)

## Negócio de Pijamas

«The Pajama Game» (EUA/1957). Real: Stanley Donen. Int.: Doris Day, John Raitt, Carol Hancy, Eddic Foy, Reta Shaw. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (15.



# TEMPO DE ANTENA DO PCP

## Sexta-Feira 28 Outubro

### RTP 1 a seguir ao Telejornal RDP-Antena 1 depois do noticiário das 13 h.



Com os Trabalhadores, com o PCP por uma nova política para uma vida melhor

### Quinta, 27

#### CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.05 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira de Amor
- 14.30 Malha de Intrigas
- 15.15 Boa Tarde
- 16.00 Caderno Diário
- 16.05 Missão Impossível
- 17.00 Culinária
- 17.20 Série
- 18.20 Na Paz dos Anjos
- 18.50 Lotaria Nacional
- 19.05 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 Isto Só Vídeo
- 22.00 Concurso 1, 2, 3
- 23.30 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 00.25 24 Horas
- 01.00 A Vida Amorosa de Moll Flanders
- (ver «Filmes na TV»)

#### CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV 2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Cavalheiros de Indústria
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Escola Paraíso
- 18.00 Super Juvenil
- 18.30 Rua Sésamo
- 18.55 Um, Dó, Lá, Tá
- 19.45 Dez Grandes Escritores
- 20.40 Magazine - «Artes Visuais»
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Remate
- 22.20 Vício / Versa
- 23.10 Peter Gabriel ao Vivo em Itália
- 00.15 A História de Adèle H.
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.50 Partita

#### SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.20 A Mulher do Domingo
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.20 Buêré
- 17.15 Notícias
- 17.20 Donos da Bola
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.50 Ponto de Encontro
- 23.50 Último Jornal
- 00.05 Internacional Sic
- 01.00 Sim, Senhor Ministro + Sim, Sr. Presidente

#### QUATRO

- 11.00 Lumen 2000
- 11.30 Moda
- 11.45 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.45 MacGyver
- 21.55 Quem Casa Quer Casa
- 22.55 Picket Fences
- 23.55 Novo Jornal
- 00.55 Fora de Jogo
- 01.10 Doido por Ti

### Sexta, 28

#### CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Prisioneira de Amor
- 14.25 Malha de Intrigas
- 15.20 Boa Tarde
- 15.55 Caderno Diário
- 16.05 Missão Impossível
- 17.00 Culinária
- 17.20 Série
- 18.30 Na Paz dos Anjos
- 19.10 Com a Verdade m' Enganas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Fera Ferida
- 21.30 Desculpem Qualquer Coisinha
- 22.00 Pátio da Fama
- 23.00 Danças de Salão (Concurso)
- 23.30 24 Horas
- 24.00 Cem Mil Volts de Terror
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.55 Caça ao Homem
- (ver «Filmes na TV»)

#### CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 12.55 TV 2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Uma estútua com Vida
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.55 Escola Paraíso
- 17.55 Super Juvenil
- 18.20 Rua Sésamo
- 18.50 Um, Dó, Lá, Tá
- 19.45 Grandes Comandantes
- 20.35 Desenhos Animados
- 20.45 Histórias Que o Tempo Apagou
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Remate
- 22.20 Bâton no Colarinho
- 23.20 Musical - Elvis Costello & Brodsky Quartet
- 00.10 O Professor de Música
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.45 Partita

#### SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.20 A Noite de Varennes
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.20 Buêré
- 17.15 Notícias
- 17.20 Os Donos da Bola
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sonho Meu
- 19.30 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite + 7 à Sexta
- 21.20 A Viagem
- 22.30 Chuva de Estrelas
- 23.35 Último Jornal
- 23.50 Playboy
- 00.50 Ferdynuke
- (ver «Filmes na TV»)

#### QUATRO

- 11.00 Lumen
- 11.30 Moda
- 11.45 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Coração de Trovão
- (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Novo Jornal
- 01.10 Fora de Jogo
- 01.25 Doido por Ti

### Sábado, 29

#### CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.00 Parlamento
- 13.00 Notícias
- 13.10 Prisioneira de Amor
- 14.10 Made in Portugal
- 14.40 Clube Disney
- 16.05 Lucky Luke
- 17.05 Arca de Noé
- 17.50 Futebol
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Noite Mágica
- 21.40 Parabéns
- 23.20 A Maldição dos Mortos-Vivos
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 24 Horas
- 01.15 O Jovem Fugitivo
- (ver «Filmes na TV»)

#### CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Uma Família Feliz
- 13.00 O Rosto da Europa
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 14.55 TV2 Desporto
- 16.30 Para Além do Ano 2000
- 17.05 Aventuras de Sherlock Holmes
- 17.55 Quase Anjos
- (ver «Filmes na TV»)
- 19.30 Forum Musical
- 21.30 TV2 Jornal
- 21.45 De Lisboa com Amor...
- 22.00 Quem Conta Um Conto
- 23.00 Praia da China
- 23.45 TV2 Desporto
- 00.20 «The Best Intentions»

#### SIC

- 11.30 Buêré
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 Gladiadores Americanos
- 14.20 Nunca Digas Banzai
- 15.00 Rock de Fogo
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Lei e Ordem
- 18.00 Os Imortais II
- 19.00 Muita Louco
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 O Café do Surdo
- 22.10 Partir o Coco
- 23.10 Walker - O Ranger do Texas
- 00.10 Último Jornal
- 00.25 O Passe da Meia-Noite
- (ver «Filmes na TV»)

#### QUATRO

- 10.00 Animação
- 12.30 Novos Ventos
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.20 Contra-ataque
- 15.00 Telemotor
- 15.30 Top 25 RFM / TVI
- 16.00 A Grande Aposta
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Trocado em Miúdos
- 20.30 Os Homens do Presidente
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.00 Últimas Notícias
- 23.15 Jornal do Mundo
- 23.45 As Asas do Desejo
- (ver «Filmes na TV»)

### Domingo, 30

#### CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.00 Luta Livre Americana
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.10 Top +
- 14.00 86-60-86
- 14.30 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
- 15.15 Simpsons
- 15.40 Salão de Festas
- 16.45 A Grande Pirâmide
- 17.50 Futebol
- 19.45 Joker
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Casa Cheia
- 21.20 Eu Tenho Dois Amores
- 22.15 Com Peso e Medida
- 23.15 No Calor da Noite
- 00.05 24 Horas
- 00.25 A Mensagem de Holly
- (ver «Filmes na TV»)

#### CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
- 09.30 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.00 Regiões
- 13.00 O Homem e a Cidade - «Leiria»
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.25 TV2 Desporto
- 17.00 Lisboa 94
- 17.30 Maigret
- 18.30 Europa das Ilhas
- 19.30 Canadian Brass: «Home Movies»
- 20.30 Domingo Desportivo
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Artes e Letras: «Gore Vidal»
- 23.25 Mentira
- (ver «Filmes na TV»)

#### SIC

- 11.30 Buêré
- 11.45 Programa Infantil / Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 National Geographic
- 14.30 No Fim do Mundo
- 15.30 A Provocadora
- (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Obras em Casa
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 O Memorial de Maria Moura
- 21.40 A Vingança de Porky
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Último Jornal
- 24.00 O Senhor que se Segue
- 01.30 Sim, Sr. Ministro + Sim, Sr. Presidente

#### QUATRO

- 10.00 Animação
- 11.30 Missa e Informação Religiosa
- 13.30 Jornal do País
- 14.05 Portugal Português
- 15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Trocado em Miúdos
- 20.30 Ficheiros Secretos
- 21.30 Doutores e Engenheiros
- 22.30 Melrose Place
- 23.30 Últimas Notícias
- 23.45 Jornal Negócios

### Segunda, 31

#### CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.05 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira de Amor
- 14.25 Origens
- 15.25 Boa Tarde
- 15.55 Caderno Diário
- 16.10 Táxi
- 16.05 Missão Impossível
- 17.25 Culinária
- 17.40 Sarilhos com
- 18.30 Na Paz dos Anjos
- 19.05 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 Nico d'Obra
- 22.05 Zona + Carlos Cruz
- 23.30 Coisas da Vida
- 00.25 24 Horas
- 00.50 A Rainha Está em Perigo
- (ver «Filmes na TV»)

#### CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV 2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Paixão nas Ruas
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.55 Escola Paraíso
- 17.55 Super Juvenil
- 18.20 Rua Sésamo
- 18.50 Um, Dó, Lá, Tá
- 19.45 O Tecto do Mundo
- 20.40 Magazine: «Teatro»
- 21.10 Desenhos Animados
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Remate
- 22.20 Dinheiro em Caixa
- 22.50 Bailado: «Elisa Monte»
- 23.50 Partita

#### SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.30 Um Coração em Perigo
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêré

#### CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Negócio de Pijamas
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Escola Paraíso



«Bâton no Colarinho»: o último episódio nesta sexta-feira

- 17.15 Notícias
- 17.20 Os Donos da Bola
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 A Viagem
- 21.50 Ora Bolas, Marina
- 22.30 Ases Indomáveis
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Último Jornal
- 00.50 Flash Back
- 01.50 Sim, Sr. Ministro + Sim, Sr. Presidente

#### QUATRO

- 11.00 Novos Ventos
- 11.30 Moda
- 12.00 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.45 O Jogo do Ganço
- 24.00 Novo Jornal
- 00.45 Prolongamento
- 01.15 Frasier
- 01.45 Top 25 RFM / TVI

#### SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.25 Olhos nos Olhos
- 14.20 Nina
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêré
- 17.15 Notícias
- 17.20 Os Donos da Bola
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 Destino X
- 22.50 Terça à Noite
- 23.55 Último Jornal
- 00.10 A Noite da Má Língua
- 01.10 Sim, Sr. Ministro + Sim, Sr. Presidente

#### QUATRO

- 10.00 Animação
- 11.45 Documentário Religioso
- 12.00 Missa
- 13.15 Jornal da Uma
- 13.45 Cassandra
- 14.30 O Aventureiro de Cincinnati
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.45 MacGyver
- 21.50 Trapos & C.º
- 22.10 Queridos Inimigos
- 00.15 Novo Jornal
- 01.15 Fora de Jogo
- 01.30 Top 25 RFM / TVI



«Forum Musical», com Paula Aresta, agora ao sábado ao fim da tarde

### Terça, 1

#### CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.05 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira de Amor
- 14.20 Origens
- 15.00 Patrulha Fluvial
- 15.25 Boa Tarde
- 16.05 Táxi
- 16.35 Missão Impossível
- 17.25 Culinária
- 17.40 Sarilhos com Elas
- 18.05 Malha de Intrigas
- 18.45 Na Paz dos Anjos
- 19.15 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telejornal
- 20.25 Futebeol: Steaua-Benfica
- 22.30 Fera Ferida
- 23.00 Prova Oral
- 24.00 24 Horas
- 00.25 RTP / Finantial Times
- 00.45 Rasto de Fogo
- (ver «Filmes na TV»)

#### CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Negócio de Pijamas
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Escola Paraíso

### Quarta, 2

#### CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira de Amor
- 14.20 Origens
- 15.00 Patrulha Fluvial
- 15.25 Boa Tarde
- 15.55 Caderno Diário
- 16.10 Táxi
- 16.35 Missão Impossível
- 17.25 Culinária
- 17.40 Sarilhos com Elas
- 18.45 Na Paz dos Anjos
- 19.15 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telejornal
- 20.25 Futebeol: Steaua-Benfica
- 22.30 Fera Ferida
- 23.00 Prova Oral
- 23.15 Sô Riso
- 23.20 Vamos Jogar no Totobola
- 22.10 Um Rosto Sem Passado
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 24 Horas
- 00.30 A Corrida Mais Louca do Mundo
- (ver «Filmes na TV»)

#### CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Negócio de Pijamas
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Escola Paraíso



«Bâton no Colarinho»: o último episódio nesta sexta-feira

- (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Escola Paraíso
- 17.45 Super Juvenil
- 18.30 Rua Sésamo
- 18.55 Um, Dó, Lá, Tá
- 19.40 O Golo da Jornada
- 19.45 Descoberta dos Metais
- 20.45 Magazine - «Saúde»
- 21.10 Desenhos Animados
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Rock Rendez-Vous
- 00.10 À Roda do Mundo
- 00.40 A Ascensão de Titmuss
- 02.10 Partita

#### SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicallente
- 13.25 Olhos nos Olhos
- 14.20 Liza: Estranhos
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêré
- 17.25 Notícias
- 17.30 Os Donos da Bola
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.45 All You Need Is Love
- 22.50 Casos de Polícia
- 24.00 Último Jornal
- 00.15 Tostões e Milhões
- 01.15 Sim, Sr. 1º Ministro + Sim, Sr. Presidente

#### QUATRO

- 11.00 Oitavo Dia
- 11.30 Moda
- 11.45 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.45 MacGyver
- 22.00 Trapos & C.º
- 22.30 A Pequena Endiabrada
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 Novo Jornal
- 01.15 Fora de Jogo





Uma brilhante criação de Isabelle Adjani em «A História de Adèle H.», de François Truffaut



Graham Green e Val Kilmer num fotograma de «Coração de Trovão», de Michael Apted

## Por isto e por aquilo...

### A Mulher do Domingo

(Quinta, 14.20, SIC)

A primeira vista, tudo aponta para que nos encontremos perante mais um filme policial, com a curiosidade de ele ter nascido a partir de uma história de crime passada no seio de uma sociedade com a qual as televisões, na ficção cinematográfica, pouco contacto nos permitem: estamos na Europa, em Itália e, mais concretamente, em Turim. Assim, as personagens que nos surgem são diferentes das que quotidianamente nos habituámos a ver em centenas de filmes policiais, mais ou menos iguais uns aos outros. São pessoas da grande ou da pequena burguesia com as quais é confrontado um modesto inspector vindo do Sul para investigar a morte de um prestigiado arquitecto. Daí que o mais interessante seja, precisamente, a observação das relações de classe que o filme nos dá a ver, embora Luigi Comencini, o realizador, por vezes hesite no tom a dar a esta obra que é uma das mais originais da sua filmografia. Por outro lado, os intérpretes também não lhe facilitam a vida: enquanto Mastroianni está ao nível do que nos habituou, Jean-Louis Trintignant e Jacqueline Bisset estão alguns furos abaixo. Apesar de tudo, um *policial* que marca a diferença.

### Cavalheiros de Indústria

(Quinta, 15.00, TV 2)

Bem melhor, é este outro filme europeu, cujo horário parcialmente coincide com o anterior. Neste caso, estamos perante o tradicional humor britânico: um grupo de oito antigos oficiais organiza um assalto a um banco, em pleno dia, que resultaria às mil maravilhas se não fosse um pequeno pormenor que deita tudo a perder. Assim contado, nada faria pensar que o filme justificasse particular destaque. Só que o seu autor, Basil Dearden, confirma aqui os seus dotes de grande cineasta, em particular na sequência do assalto na qual, durante vinte minutos, nenhuma palavra é pronunciada em cena e tudo nos surge construído pela férrea lógica de uma montagem impecável. A não perder.

### A História de Adèle H.

(Quinta, 00.15, TV 2)

Com este filme, é o cinema europeu de novo a marcar presença nas televisões - coisa rara e pouco vista! Agora é Truffaut a observar, distante e com olhar quase clínico, os conturbados mecanismos da paixão num filme que é um estilhaço biográfico de um longo período da vida de Adèle Hugo, filha do grande escritor francês, e do seu arrebatamento amoroso por um jovem oficial, que a repudia, e que ela persegue até ao Canadá e, depois, até às Ilhas Barbados, onde acaba por enlouquecer. Isabelle Adjani vive calorosamente a paixão da personagem que incarna, num dos seus melhores papéis, enquanto Truffaut é, segundo algumas opiniões, demasiado frio e distante - o que parece transmitir ao filme um desconforto de certo modo limitador das expectativas criadas. Mas a fotografia, esplendorosa, é do aclamado mestre catalão Nestor Almendros.

### A Noite de Varennes

(Sexta, 14.20, SIC)

Olhar invulgar e lateral sobre a Revolução Francesa, este filme escrito e realizado pelo italiano Ettore Scola (o quarto europeu deste início da semana) é uma prodigiosa obra cinematográfica, criminosamente desperdiçada num tal horário, em que acompanhamos uma série de personagens - entre as quais um liberal americano, uma dama de companhia da rainha com o seu cabeleireiro, um industrial e, até, Casanova, já em crise e sem um tostão... - viajando de carruagem na esteira de Luís XVI e Maria Antonieta, em fuga das Tulherias em direcção a Varennes, onde são surpreendidos. O colapso de um mundo e de uma época contado por um cronista, Restif de la Bretonne, a que Jean-Louis Barrault dá o sabor de

uma grande criação, e simbolizado na figura de um Casanova, magistralmente interpretado por Mastroianni. A gravar.

### Coração de Trovão

(Sexta, 21.55, Quatro)

A história deste filme transporta-nos até à investigação de um crime que um agente do FBI desenvolve numa reserva situada na região do Dakota, em meados dos anos 70, durante um confronto violento entre um grupo de militantes do Movimento Pró-Índios Americanos e a delegação daquela agência federal. Baseado em factos autênticos e partindo de um conflito essencial centrado à volta do compromisso entre a fidelidade à conduta profissional ou às origens raciais (o agente em questão é de descendência índia e a sua escolha, como investigador, tem a ver com isso mesmo), o filme é uma importante peça de denúncia contra a segregação dos índios americanos e foi realizado por Michael Apted, um cineasta que soube transportar para a «ficção» elementos da abordagem da realidade que a sua experiência de documentarista facilmente ajudou a convocar.

### As Asas do Desejo

(Sexta, 23.45, Quatro)

Considerado, em geral, como um dos melhores filmes de Wim Wenders, *As Asas do Desejo* rompe com o chamado «período americano» do realizador alemão para retornar ao seu país de origem. Abandonando também o ciclo de filmes sobre a errância do indivíduo em busca de uma identidade, o filme é um «conto filosófico» em que dois anjos pairam sobre as alturas de Berlim misturando-se com as suas gentes, sem que sejam notados. Uma mescla de tristeza e optimismo, temperada pelos contrastes em preto-e-branco e cor, numa fábula de tonalidades metafísicas.

### O Passe da Meia-Noite

(Sábado, 00.25, SIC)

Há quem diga muito bem, há quem diga muito mal. A história nada esclarece à partida: um marinheiro prende-se de amores com uma prostituta que tem um filho nascido de uma anterior ligação com um homem de raça negra, do que resulta uma história vagueando entre a

cruza da realidade e a doçura do melodrama. Sórdido e pretendendo fazer chorar as pedras da calçada, segundo uns, sensível e elevado na abordagem do tema, para outros, sem dúvida que é a sua visão que vai esclarecer a justeza de tão antagónicas referências. Com James Caan e Marsha Mason nos principais papéis.

### Mentira

(Domingo, 23.25, TV 2)

O próprio Hitchcock considerava este o seu melhor filme americano até ter feito *O Desconhecido do Norte-Expresso*, embora alguma crítica tenha aspirado a que, nele, o cineasta tivesse conservado com idêntico fulgor o espírito de «humor negro» que tanto o caracterizava, mesmo nas suas obras mais terríveis e aflitivas. Como terrível e aflitiva continua a ser, sem dúvida, a história deste filme em que um insuspeitado assassino psicopata vem inesperadamente de visita aos seus afáveis e adoráveis parentes, que vivem na pacífica e pequena cidade de Santa Rosa, na Califórnia, até que a sua jovem sobrinha começa a perceber o género de tio que lhe caíra em sorte... Convém salientar, entretanto, que a personagem principal, brilhantemente trabalhada por Joseph Cotton, é, talvez, aquela em que o realizador mais aprofunda, em toda a sua cinematografia, a personalidade e os contornos psicológicos de um criminoso - aliás, uma figura extraída da vida real. E, já agora, o espectador é mais uma vez convidado a descobrir em que cena aparece, em pessoa, o próprio Hitchcock!

### Negócio de Pijamas

(Terça, 15.00, TV 2)

Realizado por um especialista do género - Stanley Donen - este filme apresenta, além disso, alguma originalidade em relação aos esquemas em que se filia: os da *comédia musical*. É que se, nos anos 50, já era insólito que o cinema americano mostrasse na tela os conflitos sociais ou as acções reivindicativas de operários em greve contra os patrões, fazê-lo no espaço de uma comédia musical era, então, ainda mais impensável. Excelentes momentos de boa disposição e boa música povoam o filme de ponta a ponta, embora haja por vezes que lamentar-se o fio condutor, demasiado frágil, e a irregularidade no resultado final, como é o caso, entre outras, da cena mal conseguida em que Doris Day canta *Hey There*.

### Repórter X

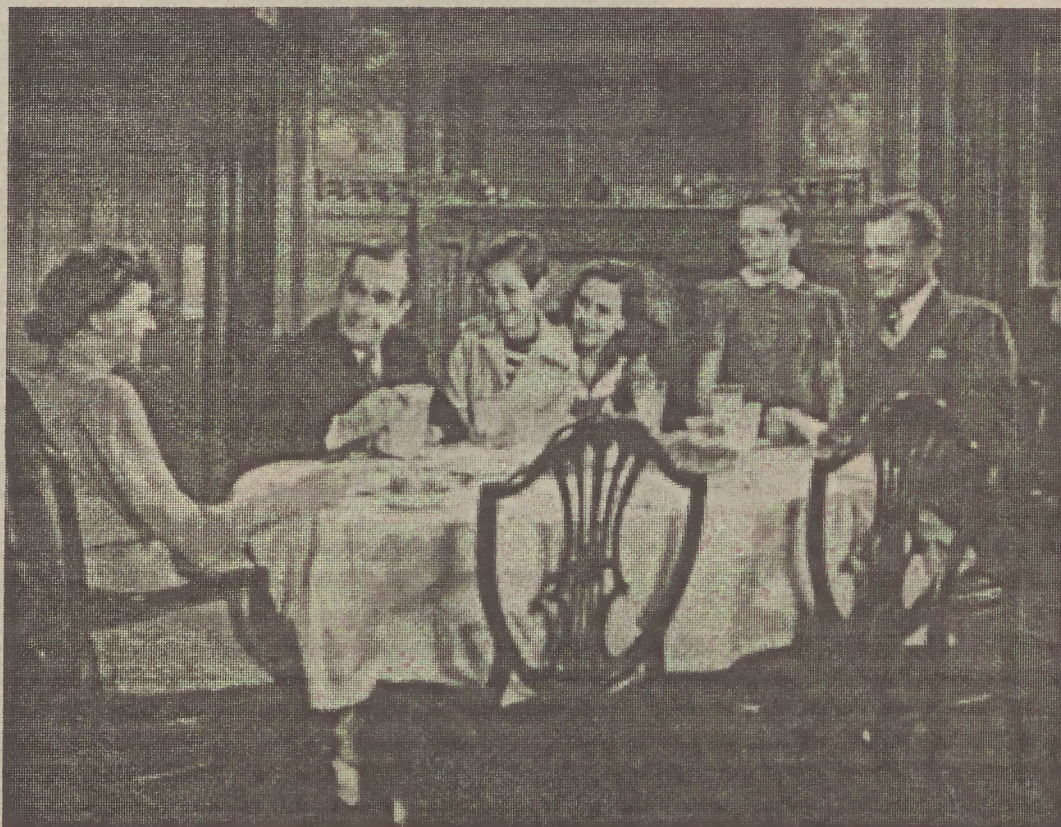
(Terça, 22.50, TV 2)

Baseado na figura criada pelo jornalista Reinaldo Ferreira - e que ficou conhecida por *Repórter X* - José Nascimento encena neste seu primeiro filme os anos 20 lisboetas como pano de fundo para uma história policial, à qual o realizador transmite um tom eficaz, bem acompanhado, aliás, pelo actor Joaquim de Almeida.

### Liza: Estranha

(Quarta, 14.20, SIC)

Qualificado pelas referências como uma obra televisiva de qualidade superior à mediana habitual, este telefilme dramático é, ao mesmo tempo, um espectáculo de representação da célebre Bette Davis, em fim de carreira, excelentemente acompanhada por Gena Rowlands, numa história em que a primeira é surpreendida pela chegada da filha após vinte anos de silêncio e abandono.



Uma família pacata e serena com um assassino psicopata no seu seio - ou Joseph Cotton em «Mentira», de Alfred Hitchcock



# Moções e outras censuras

■ Francisco Costa

Quem, na manhã de anteontem, tivesse ouvido os noticiários matutinos da TSF ou da Antena 1, teria ficado a conhecer, pela boca dos seus respectivos responsáveis - Sena Santos e Miguel Lemos - a antecipação de algo de verdadeiramente essencial que, nessa mesma noite, no programa «Prova Oral» do Canal 1, iria fazer estremecer de fremente expectativa os espectadores portugueses, a saber: a performance do dirigente do CDS, Manuel Monteiro, em particular no que poderia relacionar-se com o tão propagandeado difendendo que grassaria entre si e membros da bancada parlamentar do seu partido.

E quem tivesse folheado as páginas da última edição do «Independente» - a bíblia de cabeceira daquele tão venerado, e ainda tão jovem, trauliteiro da direita -, poderia também maravilhar-se com a análise de outras performances: as das «estrelas» do debate sobre a recente moção de censura ao Governo. Cavaco Silva, visto como grande «encenador» de gestos, pausas e ajustadas colocações de voz; Nogueira de Brito, simpaticamente qualificado de «contido», sem deixar de ser «combativo»; António Guterres, admitido como autor de «certeiros improvisos» causadores de «estrágos», embora rodeados de alguma «demagogia»; Pacheco Pereira, compreendido, coitado, pelo prejuízo da sua faladura em «hora tardia» mas absolvido pelo «silêncio» com que foi escutado. E quanto ao PCP, porventura incluído no «elenco artístico» porque (apesar de tudo!) o seu Grupo Parlamentar sempre apresenta o activo de um triplo de deputados em relação ao partido censurante, lá foi despachado com o qualificativo de ter sido «o partido mais ausente do debate», ficando-se a saber que não tinha brilhado - restando averiguar o que é, hoje, «brilhar» em política - e que não se tinha enganado - o que, pelos vistos, é capaz de constituir grosso e baço defeito.

Quer dizer: pelos vistos, o que nos nos-

estratégia que a estação da 5 de Outubro teve de acompanhar, avançando mesmo na correcção do tiro em termos de pluralismo político-partidário. A senhora que se seguiu, a TVI, ainda moldada a um projecto de bem-fazer a quem dela ingenuamente necessitasse (e de bem-pedir a quem dele lhe emprestasse), enveredava antes pela abordagem da dramática realidade e isolamento do interior profundo, este por sua vez desconhecido do espectador dos grandes centros. Quanto à informação da TV2, vivendo sempre à custa de um certo prestígio que a actuação de outros no passado lhe imprimira e ainda constituía um certo lastro, mantinha-se paulatinamente no recato da sua parca audiência, apenas se constituindo em outra escolha para quem ansiava ter, da vertigem dos eventos, uma visão aparentemente selectiva e mais aprofundada.

A segunda fase desta rápida evolução mostrava a face já regateira dos respectivos projectos, mesmo assim ainda diferentemente identificáveis. Marcada pela SIC e imediatamente seguida pelo Canal 1, era chegada a hora de arremeter pela via do «sensacionalismo»: nos televisores desfilavam os grandes planos das equimoses das crianças espancadas ou violadas, as perguntas sem piedade e de câmara e microfone em riste acerca dos efeitos visíveis (que nunca das causas profundas) das maiores misérias morais e humanas, o relato pormenorizado dos crimes sem nome e das desesperadas reacções populares às branduras da Justiça, a exploração da temática da negligência médica e dos meandros da pequena e média corrupção (sem jamais tocar os grandes senhores da retaguarda) - tudo acompanhado da criação de uma crescente sensação de insegurança e impotência perante o que está mal e errado na sociedade. Procurava-se, em geral sem princípios, identificar os espectadores com as reacções, tantas vezes alienadas, dos populares seus-iguais, protagonistas preferenciais das notícias, captando-os ao mesmo tempo para a fruição do insólito e do «proibido».

E assim se preparou o caminho para a terceira fase deste perverso caminho. Haveria, então, que arranjar os responsáveis por este estado de coisas em que o povo-espectador navega, provavelmente desorientado e na

ferência dos jornalistas, com poucas e raras excepções transformados em vedetas da própria informação e alardeando a sua insolência, quantas vezes feita de ignorância e primários preconceitos. Uma fase em que o Canal 1 e a SIC lutam, com armas e processos no essencial idênticos, na batalha pela primazia da autopromoção e afirmação, em que os problemas económicos e a ridícula percentagem de audiências provoca na TVI, pouco tempo depois, uma clara e radical mudança estratégica e em que a TV2 passa a juntar-se aos seus «concorrentes» no cada vez mais profundo e descarado regresso da censura ideológica, com um destinatário claramente comum a todos eles - o PCP.

## Um escandaloso cardápio

Deixando de lado o miserável silenciamento da SIC há dias cometido a propósito da sessão de abertura dos «Debates com o País» promovidos pelo PCP, agravado por idêntico acto censório da SIC, e também da TVI, ao discurso do Secretário-Geral do PCP na sessão de abertura da A.R., o que se passou, nas várias televisões, em relação à recente cobertura da chamada «moção de censura» ao Governo é por de mais escandaloso para ter sido imperceptível ao espectador. Registem-se aqui, entretanto, algumas das omissões mais gravosas, para que de uma vez por todas se apaguem quaisquer ilusões mais duradouras quanto à falácia da «alternativa informativa» das televisões privadas - e, mesmo, do canal da RTP que geralmente é apresentado como o garante da prestação do «serviço público».

Tendo sobretudo em consideração os serviços noticiosos principais - os da hora do jantar, mais vistos pelos espectadores - e independentemente de considerações mais profundas sobre o modo ligeiro e superficial como essa cobertura foi, em geral, realizada, chega-se rapidamente às seguintes conclusões:

No primeiro dia do debate, e para além do diferendo Cavaco Silva-Manuel Queiró, apenas Nogueira de Brito, Cavaco Silva e

os dias constitui notícia prioritária para a lamentável informação audiovisual que nos submerge são, por um lado, as guerras e afrontamentos entre sensibilidades e linhas políticas de alguns partidos e seus destacados intérpretes - enfim, tudo aquilo que é susceptível de provocar escândalo e controvérsia pública; e, por outro lado, o elogio da artificial e superficial actuação de algumas das suas figuras públicas, não necessariamente pela seriedade, capacidade e competência que demonstram na afirmação e defesa das propostas políticas mas pela ilusória embalagem exterior ou encenada truculência com que elas gostosamente participam no «espectáculo da política», independentemente dos artificialismos oratórios que o frágil vazio de conteúdo amplamente deixa espelhar.

## Uma premeditada escalada

Talvez seja por isso oportuno debruçarmo-nos, com algum rigor e frontalidade, sobre as várias fases que a informação televisiva conheceu nos últimos dois anos - a partir da abertura da televisão à iniciativa privada - apresentada que era como verdadeiro motor e justificação de uma, afinal ilusória, «alternativa» nas escolhas do espectador.

O início das emissões da SIC foi acompanhado (em termos formais) por uma maior agilidade na utilização dos grafismos e dos meios técnicos, acompanhada da revelação de caras novas: meia dúzia de jornalistas vindos da rádio (e demonstrando adaptar-se com talento e vivacidade à linguagem televisiva) ou roubados às frustradas e repletas prateleiras dos injustiçados da RTP. Foi o tempo em que, ao espectador do interior do país (que importava captar para a «novidade»), eram também revelados o protesto popular nas grandes cidades, as manifestações anti-governamentais, as greves localizadas ou generalizadas e as movimentações sindicais. Era, também, a informação contentinha e agitada, do género «a SIC sabe que...» - uma

medida do possível desorientando-o ainda mais. Sendo óbvio que a estratégia implícita continuaria a ser a de ignorar e contornar a caracterização ideológica e de classe susceptível de conduzir à identificação das origens e causas reais das marcas gritantes da crise económica e social, do autoritarismo, da repressão, das desigualdades, do parasitismo, da incultura e do novo-riquismo, os «bodes expiatórios» de que as televisões passaram a servir-se configuravam, agora, essa entidade que se procura ao mesmo tornar generalizável, indefinida e impalpável - os políticos! - não tais ou tais políticos, de tais ou tais partidos, com tais ou tais idênticas responsabilidades, hoje ou ontem no Poder, mas

todos os políticos, em geral metidos num caldeirão de acontecimentos mediáticos, sem qualquer arrumação, profundidade ou positivas consequências previsíveis. Isto é: a reprodução irresponsável da linha reacçãoária e populista de Manuel Monteiro, enquanto semente do desânimo e do desencanto e geradora de apetências por uma qualquer solução «musculada»!

E é o tempo da proliferação dos debates televisivos, entendidos mais como terreno de luta e berraria entre personalidades indiferentes ao «sangue» e não de calmo e profundo confronto de ideias e projectos. É o tempo do progressivo esbatimento das imagens (mesmo distorcidas) da realidade. E, também, o tempo do primado da inter-

António Guterres (estes últimos, por duas vezes) tiveram honras de «discurso directo» no «TV2 Jornal». Para o «Jornal da Noite» da SIC, também apenas contaram os excertos com som de representantes do CDS, PS e PSD, sem qualquer referência ao PCP, o que, aliás, viria também a verificar-se no «Telejornal» da TVI - sendo que, nesta sessão parlamentar, Carlos Carvalhas havia interpelado o Primeiro-Ministro, que respondeu, e João Amaral havia colocado uma questão essencial ao CDS.

No segundo dia do debate, também o serviço informativo da TV2 entendeu silenciar qualquer intervenção do PCP, ilustrando as suas peças com profusas declarações de todos os outros partidos intervenientes e chegando, mesmo, a repetir a dose de Cavaco, entrevistando-o fora do Plenário para o colocar no mesmo plano de Manuel Monteiro. Já a SIC, pretendeu parecer emendar a mão no «Jornal da Noite» com dois únicos e curtos excertos da intervenção de Octávio Teixeira, mas inserindo-os num bloco em que a posição do PCP quanto à oportunidade da moção e o seu sentido de voto era «comentada» por Marques Mendes (!), de forma a eludi-los por completo. E não deixou de também inventar uma peça «burlesca», completamente despropositada, que apenas se destinou a ridicularizar «os parlamentares» - mas não Manuel Monteiro, entrevistado durante cinco minutos em directo, a partir dos Passos Perdidos, por um invulgarmente cordato e reverencial Carneiro Jacinto. Veremos o que fará o Editor de Política Nacional da esta estação quando for, por acaso, o PCP a interpelar o Governo em futura ocasião. Quanto à TVI, esta optou por mais uma vez ignorar por completo o PCP nas suas peças de reportagem sobre este dia, apenas a ele se referindo pela primeira vez em «off» numa síntese apresentada no «Novo Jornal» de Albarán, por outro lado magnânimo nos mais de dez minutos concedidos em duas-fatias-duas ao ministro Marques Mendes!

É assim que se apresentam, para que conste, os tão decantados caminhos de pluralidade das nossas televisões. Até quando será permitido este escândalo?!



# de FOICE Daqui ali

*Daqui ali vai uma vida.  
Isto digo eu, armado em filósofo.  
Isto digo eu, coitado, a fingir que não me acho um filósofo.  
Isto diz toda a gente, sem obrigações idiotas sobre os fins, quanto mais os princípios, da filosofia.  
Pelo que, quanto a isto, estamos conversados.  
Daqui ali vai uma vida.  
Ponto final.  
Mas um ponto final é também um ponto de partida, mais as subtilidades de pontuação que determinam, para o parágrafo, um destino de mais longe.  
O meu ponto ali atrás, embora tecnicamente parágrafo, não vai longe nem vai perto.  
Vai como pode, e a mais não é obrigado.  
Neste caso, a partir da ideia de que daqui ali vai uma vida.  
Uma distância, portanto.  
A vida pode assim ser uma distância.  
Afirmo, sem filosofâncias.  
(Não especulo, vejam lá se entendem).  
Mas reparem: quando afirmo que a vida é uma distância - e sem filosofâncias - raciocino sobre "uma vida".  
A tal que vai daqui ali.  
A nossa, individualmente considerados.  
A que, entre o berço e a mortalha, se diz que valeu realmente a pena quando a última multiplicou os carinhos do primeiro, mais Bíblia menos Bíblia e com todo o respeito.  
Mas a vida dos homens não é o somatório do que, cada um, vive daqui até ali.  
Nem sequer é a sucessão do que gerações viveram de acolá até aqui ou dali até além - isto para, mesmo adverbialmente, darmos a máxima respiração à coisa.  
A vida dos homens é o que os homens fazem, todos e cada um, num contínuo de trabalho, num colectivo de resultados, num universo de contradições, em permanente criação.  
Nesta magia tão terrena, a máxima ventura de cada um é fruir o que só todos podem dar.  
Fale-se de trens de cozinha ou carradas de respeito, de mansões e "Ferraris" ou cadeirões em S. Bento.  
A máxima ventura de cada um é olhar-se ao espelho do que o rodeia e ver-se grande. Num tamanho que tem sempre a medida dos outros - por importante que se seja ou se julgue ser, por desprezo que se tenha ou se julgue ter pelos critérios alheios.  
A vida dos homens não vai daqui ali - mesmo sem a desculpa (aliás desculpável) de não sabermos muito bem donde viemos e desconhecermos absolutamente para onde vamos.  
A vida dos homens é um prodígio contínuo de trabalho organizado, de apropriação e dádiva, de contradição e luta, de trevas e luz. De infinita capacidade de ser, sendo. De concreta capacidade de transformar, lutando.  
A vida dos homens é. E é-o tão absolutamente que até os seus deuses sempre assim foram, na nitidez dos espelhos que todos os altares do mundo são. Pelo que (afinal filósofo!), daqui ali é uma vida. E sendo-o, é bom saber que, na do nosso caso e nestes tempos de interrogação - ó Contemporâneos de Todo o Mundo! - aqui estamos para beijar a eternidade.*

HC

# Cavaco foge da Universidade de Coimbra

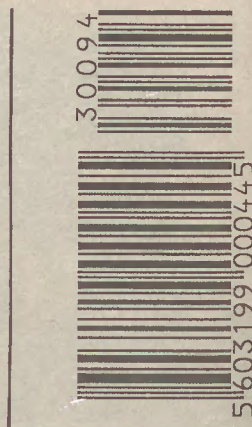
Uma anunciada visita de Cavaco Silva a Coimbra para presidir à sessão de abertura do novo ano lectivo da Universidade foi cancelada dois dias antes de se realizar, segundo notícia divulgada pelo jornal «Diário As Beiras» que cita uma fonte governamental que disse que tal cancelamento tinha a ver com o facto de «uma minoria de estudantes pretender boicotar a abertura solene das aulas». Cavaco Silva justificaria assim esse cancelamento por pretender «evitar o divisionismo no seio dos estudantes».

De facto, os estudantes previam encetar formas de luta durante a visita do primeiro-ministro, mas, segundo os estudantes, não se trataria de um boicote mas somente da entrega de um manifesto aprovado pelo Conselho das Repúblicas e de uma tomada de posição pública. Na altura em que o cancelamento da visita foi anunciado, os estudantes esta-

vam reunidos em Assembleia Magna para decidir sobre a realização de formas de luta que poderiam incluir uma manifestação de desgosto contra as propinas e o sistema de ensino.

Segundo o «Diário As Beiras», também os professores anunciaram que iriam contactar pessoalmente o primeiro-ministro e a ministra da Educação -

que foram convidados pelo reitor da Universidade, professor Rui Alarcão - através de uma delegação constituída por docentes do ensino superior da FENPROF e da direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro, a qual entregaria um abaixo-assinado que reclamava uma correcção da grelha salarial e exigiam diálogo por



Cidadão informado, responsável e político-socialmente activo e empenhado».

Críticas à política económica, com exigência de «introdução nos raciocínios económicos de uma vertente Humanis-

## Cavaco Silva foi convidado e aceitou inaugurar o ano lectivo da Universidade de Coimbra. Mas ao saber da organização de acções de protesto por parte de estudantes e professores, cancelou a visita dois dias antes de ela se realizar

parte do Ministério, que não reúne com os sindicatos do sector há cerca de dois anos.

ta, incompatível com os interesses fundamentais da actual classe dirigente» e perguntas como «para onde vão as receitas fiscais?», o manifesto dos estudantes refere-se depois à política cultural e ao sistema de ensino.

«A liberdade de criação e os horizontes que ela produz, não acontece com concursos, novelas e informação manipulada», diz o Conselho das Repúblicas da Universidade de Coimbra que contrapõe às leis do mercado cultural «uma Cultura potenciadora das capacidades e diversidades de cada um».

Sobre o ensino, defende-se a sua orientação «no sentido de uma formação Humanista», por um lado e, por outro, diz-se que «é função do Estado garantir a progressiva gratuitidade de todos os graus de ensino», que inclua o não pagamento de propinas, «uma Acção Social escolar efectiva» e a «criação de infra-estruturas de apoio adequadas à garantia de igualdade de oportunidades».

Palavras que, pelos visto, Cavaco Silva não quis ouvir.

## JCP comenta: Medo e desrespeito pela Universidade

«Esta decisão e afirmações são demonstrativas da surdez, cegueira e teimosia do primeiro-ministro em ignorar que existe de há três anos para a esta data um amplo movimento de contestação à sua política», diz o secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP a propósito do cancelamento da visita do primeiro-ministro à Universidade de Coimbra.

Em nota de imprensa, a JCP critica as afirmações atribuídas a Cavaco Silva (ver notícia) ao tentar reduzir um amplo movimento de contestação a um pequeno grupo de «agitadores profissionais».

«Por outro lado, vem à tona o medo do responsável máximo pelo Governo de Portugal em contactar com as realidades do país que governa e ainda o profundo desrespeito por uma instituição centenária como é a Universidade de Coimbra», lê-se.

### GOVERNO ATACA SALÁRIOS, DIREITOS E CONDIÇÕES DE VIDA

## ISTO NÃO PODE CONTINUAR!

O Governo do PSD reduz o poder de compra. Limita os salários, ataca direitos e social, põe a protecção social a desemprego, profunda injustiça e desigualdades sociais, destrói a qualidade produtiva nacional, preocupa a população quanto a uma grande incerteza quanto à situação do país.

Propaganda e promessas, manipulações sobre a «economia», «mercado», «sociedade», «Estado» e «Governo de Cavaco Silva» não podem ser a verdade sobre a vida dos cidadãos e sobre o futuro do País. Mas a realidade está aí e nada o pode diminuir ou negar.

Este é o momento de transformar os aflicções dos portugueses com a saúde e educação, segurança social em terreno para chorados negócios privados.

Este é o momento de mobilizar as forças populares.

Esta é a hora de ampliar e desenvolver um grande movimento de protesto e de luta contra a continuação de uma política de um Governo que se trata de mais «enfrentamento» e «desemprego» e «incerteza» e «desemprego».

Esta é a hora de resistir firmemente e de dar combate sério a esta política injusta e mobilizar «vontades».

## Jornada de Propaganda

Decorre, entre a próxima segunda-feira e 6 de Novembro, uma Jornada de Propaganda do PCP que em alguns locais do país, nomeadamente Lisboa, será antecipada para amanhã, contando com iniciativas onde se integram dirigentes e deputados comunistas.

Esta Jornada de Propaganda é especialmente dirigida aos trabalhadores e dá privilégio aos contactos nos locais de trabalho bem como com a população em geral, sobretudo nas zonas urbanas.

Um cartaz/jornal de parede, um folheto em formato tablóide e a transmissão pela RTP e RDP de tempos de antena amanhã (na televisão depois do Telejornal e na rádio após as notícias das 13 horas) são alguns dos materiais que dão corpo a esta iniciativa.

## Carlos Carvalhas visita Espanha

A convite do Partido Comunista de Espanha, deslocou-se a Madrid, em 25 de Outubro, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, acompanhado por Albano Nunes, membro do secretariado.

A delegação do PCP encontrou-se com Júlio Anguita, secretário-geral do PCE e Coordenador Geral da Esquerda Unida, Francisco Frutos, responsável pelas Relações Internacionais do PCE, e José Cabo, do Departamento Internacional.

As conversações realizadas possibilitaram uma amigável e útil troca de informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos bem como sobre questões da actualidade da situação internacional.

Particular atenção foi dada à problemática da União Europeia e às negativas consequências do Tratado de Maastricht, sendo realçada a importância do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia no Parlamento Europeu, em que se integram os deputados do PCP e da E.U.

Foram confirmadas as relações fraternais entre os dois partidos e consideradas iniciativas para o desenvolvimento ulterior da sua cooperação.